



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

MINHOCÃO:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE UM FATO

JOÃO MONTENEGRO DA S. P. REIS

Rio de Janeiro

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

MINHOCÃO:
A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE UM FATO

Monografia submetida à Banca de
Graduação como requisito para obtenção
do diploma de Comunicação Social –
Jornalismo.

JOÃO MONTENEGRO DA S. P. REIS

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji

Co-orientadora: Sofia Zanforlin (MS)

Rio de Janeiro

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

REIS, João Montenegro.

Minhocão: a construção discursiva de um fato. Rio de Janeiro, 2009

Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO.

Orientador: Mohammed ElHajji

Co-orientadora: Sofia Zanforlin

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinalada, avalia a Monografia **Minhocão: a construção discursiva de um fato**, elaborada por João Montenegro da S. P. Reis

Monografia examinada em:

Rio de Janeiro ,/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Mohammed ElHajji

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof.^a Dra. Alba Maria Zaluar

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP

Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a Dra. Cristina Rego Monteiro

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Rio de Janeiro

2009

REIS, João Montenegro. **Minhocão: a construção discursiva de um fato**. Orientador:
Prof. Dr. Mohammed ElHajji. Co-orientadora: Sofia Zanforlin (MS). Rio de Janeiro:
UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a construção discursiva operada pelo veículo eletrônico “O Globo Online” (GLON) na cobertura do caso “Minhocão”, que envolveu a demolição de prédio homônimo na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, em 2009. Para isso, foram empreendidas análises acerca das matérias publicadas pelo GLON sobre o evento, com base no modelo tridimensional de análise crítica do discurso de Norman Fairclough (2001), considerando-se, portanto, as propriedades textuais (vocabulário, estrutura oracional, etc.) e práticas do discurso (produção, distribuição e consumo; efeitos político-ideológicos). A hipótese a ser defendida é a de que tal abordagem se deu com base na associação de elementos ou aspectos representativos hegemônicos das favelas – como o crescimento desordenado, pobreza, informalidade, ilegalidade – ao nascimento deste que seria um dos maiores imóveis da Rocinha, de modo a justificar sua destruição. Ou seja, o caso Minhocão simbolizou a ratificação de um modelo político e social de tratamento à questão das favelas no Rio de Janeiro que é ainda impregnado por imagens consensualmente aceitas a seu respeito e que respaldam ações como a remoção, a repressão e a exclusão dessas localidades e seus moradores.

À minha família, que sempre me apoiou e orientou durante minha vida, provendo-me de insumos que possibilitaram a realização deste trabalho;

Ao Professor Dr. Mohammed ElHajji, que mesmo previamente a este trabalho, já vinha me ajudando a lidar com a produção acadêmica em geral;

À minha também orientadora, Professora Sofia Zanforlin,, que sempre avaliou cuidadosamente meus trabalhos e prestou-me ensinamentos fundamentais;

Ao Colégio Pedro II, que me deu uma formação humanística e instigou minha vontade de pensar;

À Escola de Comunicação da UFRJ, que me proporcionou a introdução de fato ao mundo acadêmico;

Ao Programa de Educação Tutorial da ECO – UFRJ (PET-ECO), que, durante os dois anos em que me acolheu, permitiu-me vivenciar experiências e adquirir mais conhecimento, agora transformados, ressignificados de alguma forma nesta produção acadêmica.

“A fantasia da solução final – a remoção e o extermínio – revelou-se (...) desastrosa (...). No fim do século passado, havia no Rio uma só favela; no fim deste século, elas são mais de quinhentas.” (VENTURA, 1994: 13).

“É claro que um edifício como esse não é moradia para uma família. É um grande empreendimento para ser alugado. Até onde se sabe, não há autorização. Se for o caso, a demolição vai servir como exemplo. As pessoas precisam parar de enfrentar a ordem e obedecer às regras justamente criadas para proteger a população.” (Prefeito Eduardo Paes. O Globo Online, 14/03/2009)

SUMÁRIO

- 1 INTRODUÇÃO**
- 2 DAS FAVELAS E DO CONCEITO DE “REPRESENTAÇÃO”**
 - 2.1 Afinal, o que é “favela”?
 - 2.2 Cronologia das favelas no Rio de Janeiro
- 3 FAVELAS: IMAGENS NA HISTÓRIA**
 - 3.1 A problematização da favela
 - 3.2 A favela na música popular
 - 3.3 Do Cabeça-de-Porco ao Minhocão
- 4 ANÁLISES**
 - 4.1 ACD, discurso e enunciação
 - 4.2 O fato tornado público
 - 4.3 Executivo vs. Judiciário
 - 4.4 A demolição
 - 4.5 Desdobramentos
- 5 CONCLUSÃO**
- 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1 Introdução

Embora constituam um fenômeno recorrente em toda a América Latina e outras partes do mundo, as favelas têm um papel de destaque na vida social, econômica, política e cultural do Rio de Janeiro. Mais de um milhão de cariocas vivem em cerca de 1.000 favelas, aglomerações estas que reúnem não só expressiva fração da mão-de-obra da cidade como também dão origem a movimentos culturais e sociais importantes, além de consistirem em áreas de interesse político.

Consequentemente, a exposição das favelas cariocas na mídia é também mais intensa do que em outros lugares, a tal ponto que essas áreas parecem ser tratadas como uma “anomalia” particular à cidade do Rio de Janeiro.

Alguns fatores contribuem para essa visão. Em primeiro lugar, há a questão da organização espacial das moradias da cidade, que se distribuem por entre e sobre seus morros, sejam elas ricas ou pobres (pois as classes mais altas também habitam certos morros). E, no caso específico da Zona Sul do Rio de Janeiro, região mais rica da cidade e uma das mais expostas pelos meios de comunicação do país, as moradias se espremem entre esses relevos e o mar, numa proximidade que não é comum em outros lugares do mundo. Ou seja, há uma interação fora do comum entre bairros ricos e pobres que se verifica na organização espacial da cidade, a qual, não obstante, é caracterizada por uma segregação social que adquire grande visibilidade justamente por essa proximidade, numa dinâmica, por conseguinte, um tanto paradoxal.

Em segundo lugar, as favelas no Rio de Janeiro ganharam destaque na mídia em função da temática da violência. Ainda que em aglomerações pobres de outras partes do mundo esse problema também ocorra, as favelas cariocas, mesmo aquelas ao lado das áreas mais ricas, reúnem traficantes fortemente armados que, por vezes, descem ao ‘asfalto’ afetando diretamente a vida dos cidadãos das classes mais abastadas. Daí o fato de a imprensa de todo o país – e, não raro, internacional – cobrir a questão da violência, quase sempre associada às favelas, no Rio de Janeiro.

As favelas cariocas, no entanto, não são conhecidas somente pela violência e pobreza, mas também pela efervescência cultural que lhes é característica. O samba, o funk, o hip-hop – com o grafite, *break* e *rap* – entre outras manifestações culturais, são embrionárias das favelas do Rio e se propagaram por toda a cidade, chegando também a atingir níveis nacionais e internacionais.

Contudo, apesar das transformações sofridas ao longo do tempo pelas favelas – que não podem ser simplesmente reduzidas a um local onde vivem pobres, sem higiene alguma, e contraventores, malandros, etc. – e da complexidade que caracteriza essas aglomerações urbanas, a atitude do poder público quanto à questão das favelas é, em sua essência, a mesma que era operada no início do século XX, quando elas começaram a ser identificadas: baseada na repressão, na remoção e no clientelismo/assistencialismo político.

Um exemplo do comportamento das autoridades em relação às favelas pode ser verificado no recente caso “Minhocão”, em que uma construção horizontal de onze andares que estava sendo construída na Rocinha – a maior favela da América Latina, situada entre os bairros nobres da Gávea e São Conrado – acabou sendo demolida pela prefeitura do Rio de Janeiro.

A exemplo do Cabeça-de-Porco, um dos diversos cortiços que compunham a cidade entre os séculos XIX e XX, demolido pelo poder público, em janeiro de 1893, “numa verdadeira operação de guerra”, como lembra Lilian Fessler Vaz (2002), o Minhocão foi uma espécie de bode expiatório, um símbolo do que estaria por vir na nova administração carioca, encabeçada pelo prefeito Eduardo Paes, cujo mandato se iniciara em janeiro de 2009. Com seu projeto “Choque de Ordem”, o prefeito prometeu à população que daria um jeito na informalidade que parece imperar na vida social carioca, o que certamente teria implicações nas favelas da cidade, que já nascem “carregando a culpa” de ocupar irregularmente terrenos no Rio de Janeiro.

Embora não fosse a maior construção na Rocinha; ainda que outras construções similares existam em outras comunidades, e por mais que significativa porção das moradias da cidade também seja irregular¹, o Minhocão teve seu processo de demolição no centro de uma cobertura ativa da mídia, com matérias que ocuparam espaço de destaque tanto nos veículos impressos quanto eletrônicos.

Em meio a essa cobertura, os veículos jornalísticos das Organizações Globo foram aqueles que reservaram mais espaço ao caso Minhocão. E dentre estes, “O Globo Online” (GLON), até por seu caráter mais dinâmico, devido à rapidez permitida pela

¹ De acordo com dados da prefeitura municipal do Rio de Janeiro, um terço da população, cerca de 2 milhões de pessoas, vive em terrenos ilegal ou irregularmente ocupados. Na cidade, existem atualmente 1500 assentamentos ilegais. Desse total, 90% não possuem título de propriedade da terra (...). Entre os anos de 1991 e 2000, ocorreu um aumento de 450 novas áreas. Nessas áreas, a taxa de crescimento da população foi de 2,4 % ao ano, enquanto na cidade formal, a taxa de crescimento vegetativo foi de 0,3% (MENEGA, 2009).

internet, promoveu uma cobertura intensa sobre a questão, com matérias publicadas de hora em hora, ou mesmo com um espaço de minutos entre si.

Com a importância conferida ao caso pelos meios mais tradicionais – o jornal impresso “O Globo” e a “TV Globo” – o conturbado processo de derrubada do Minhocão, que envolveu uma acirrada disputa entre os poderes Executivo (Prefeitura do Rio) e Judiciário, foi sendo narrado praticamente em tempo real pelo GLON, que publicou 34 matérias em 32 dias sobre o caso.

Dada a forma como foi conduzida a cobertura do GLON quanto ao caso Minhocão e, considerando-se o tipo de representação da favela (e dos moradores) explorado pelo veículo – sem dúvida com raízes na imagem historicamente construída dessas aglomerações no Rio de Janeiro – na construção discursiva do fato em questão, este trabalho terá por objetivo analisar o discurso do GLON, enfocando as ferramentas e estratégias linguísticas que estruturaram os enunciados a respeito do evento.

Num segundo plano, o trabalho terá como motivação mostrar como a representação hegemônica das favelas e de seus moradores consiste num construto social que é intermediado direta e indiretamente pelos meios de comunicação, num processo que suscita a formação de estereótipos e, com isso, uma visão “pré-conceituosa” a seu respeito. E, dado que “uma estrutura discursiva não é uma entidade meramente cognoscitiva ou contemplativa; é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais” (MOREIRA, 2009), a construção discursiva de um acontecimento como o Minhocão da Rocinha é capaz de ter efeitos concretos na realidade, como a influência sobre políticas públicas voltadas às favelas que serão empreendidas pelas autoridades, bem como a relação destas e da população em geral com os moradores dessas localidades.

Nessa dinâmica de tratamento conferida às favelas envolvem-se os meios de comunicação, conferindo-lhes determinada imagem e gerando um tipo de representação que justifica, em certa medida, a atuação das autoridades e do poder público junto a elas. Daí a relevância do trabalho, que procura constatar, por meio da análise da cobertura de um desses veículos de comunicação sobre um caso envolvendo a maior favela da América Latina, como a representação das favelas está impregnada no posicionamento e nas ações de autoridades e da sociedade para com elas.

As análises das matérias se basearam conceitualmente no trabalho descrito por Milton José Pinto em *Comunicação e Discurso* (2002). Para o autor, todo discurso é, antes de tudo, dependente de um contexto sócio-histórico e está carregado de ideologia

(herança marxista-althusseriana), de modo que contribui para a manutenção ou transformação da ordem social. Os discursos, então, não apenas produzem efeitos de real, conformando a realidade sob certo ponto de vista, como também são produtos de uma realidade social específica, em termos conjunturais.

Stuart Hall toca precisamente nessa questão, atentando para o fato de que quem está por trás dos veículos de comunicação são pessoas de carne e osso, que interpretam a realidade (o evento, fato bruto) para então transmiti-las ao público, que por sua vez, as interpretará novamente. Constitui-se, assim, um processo cíclico de codificação e decodificação. “Uma vez concluído, o discurso deve então ser traduzido – transformado de novo – em práticas sociais, para que o circuito ao mesmo tempo se complete e produza efeitos” (HALL, 2006: 388).

Em meio a esse processo, que compreende uma dinâmica de interpretação e reinterpretação – momentos estes indissociáveis – dos acontecimentos, há invariavelmente o predomínio de certas ideias, opiniões ou concepções, seja pela maior exposição ou frequência com que aparecem ou pelo caráter do agente do discurso, capaz de ter sua fala legitimada por sua posição ou *status* social (a voz das autoridades policiais, por exemplo, tende a ser tratada como verdadeira frente à dos favelados). Além disso, a maior aceitação de certo discurso é fruto também de seu alinhamento com as convenções sociais, com certos consensos, isto é, visões de mundo já naturalizadas e tidas, muitas vezes, como verdades inquestionáveis. Para atingir tal condição – de uma verdade apriorística – o discurso precisa alcançar a hegemonia que, segundo Gramsci, se caracterizaria pela aquiescência dos dominados à ordem social; pela produção de uma vontade geral consensual. E para alcançá-la, o discurso deve passar por um processo articulatório: “A construção de um discurso hegemônico é o resultado de uma articulação, que é uma prática que estabelece relações entre elementos tais que sua identidade é modificada como resultado de uma prática articulatória.” (LACLAU & MOUFFE, 2004, p. 178 *apud* MOREIRA, 2009: 15).

Ao produzir um tipo de discurso e, como consequência, determinada visão sobre um assunto, os meios de comunicação propõem uma espécie de contrato comunicacional com os leitores/ouvintes/telespectadores. Nesse contrato, certos pressupostos são assumidos por conveniência – seja de ordem ideológica, pela manutenção do *status quo*, ou simplesmente pela falta de conhecimento do receptor da informação – de forma a permitir que um entendimento consensual se estabeleça entre o emissor e o receptor das mensagens em questão. O emissor sabe que não pode escrever

qualquer coisa devido ao perfil do público que paga por seu serviço (de informar), assim como o receptor tem conhecimento da linha editorial e/ou da bandeira política do veículo por cujo serviço está pagando. No caso da cobertura do GLON, o contrato parte do princípio de que as favelas são um espaço associado à pobreza, à marginalidade, violência, desordem – imagens já historicamente associadas a essas formas de moradia.

Outro aspecto que contribui para o firmamento desse contrato, o qual também se apoia na naturalização de certas visões quanto às favelas, é o fenômeno da disciplinarização e formatação inerente à prática discursiva. Michel Foucault afirma que existem, no âmbito dos discursos, procedimentos de controle e delimitação, aos quais se refere como “sistemas de exclusão” (FOUCAULT, 2008: 17-19). No caso das matérias, nota-se a presença de indícios do que o autor chama de vontade de verdade, que “tende a exercer sobre os outros discursos (...) uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (*Ibid.*, p. 18), sem deixar, no entanto, de ser mascarada pela própria verdade que busca. Isto é, nos textos analisados, o que parece prevalecer é o objetivo de afirmar como verdade última o fato de que a construção do Minhocão é o símbolo da falta de controle sobre as favelas, as quais são tratadas como um problema para a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, ao prédio derrubado foram agregados sentidos que superaram a mera questão/problema de um prédio estar sendo construído irregularmente numa favela. O caso Minhocão terminou por adquirir o *status* de marco referencial de uma campanha política (Choque de Ordem) e moral – carregada de valores ideológicos –, pelo combate à informalidade e ao “jeitinho brasileiro”, que tem sua melhor expressão na malandragem carioca, e que estariam por trás da condição de subdesenvolvimento do país.

A fim de confirmar tais hipóteses, far-se-á, neste trabalho, uma análise detalhada das matérias veiculadas pelo GLON sobre o assunto. Para isso, foram coletadas e impressas 34 matérias desse veículo – o total de publicações sobre o caso –, publicadas entre 14 de março e 17 de abril de 2009.

O estudo dos textos se dará com base na análise crítica do discurso de Norman Fairclough (2001), que combina a análise detalhada de textos linguísticos com uma orientação social para o discurso – entendido aqui como uma forma particular de representação e significação do mundo, sendo moldado por relações de poder e ideologias, e tendo efeitos construtivos sobre as relações sociais. O método de análise tridimensional de Fairclough, segundo o qual o autor entende o discurso como prática textual, discursiva e social, forneceu as ferramentas utilizadas nas análises das matérias,

permitindo avaliar os textos desde seu vocabulário à estrutura enunciativa empregada e efeitos político-ideológicos suscitados pelas matérias.

É importante ressaltar as motivações para a adoção desse método de pesquisa, baseado na análise de textos jornalísticos – no caso, de matérias do GLON. Em primeiro lugar, a escolha se deve ao fato de que os veículos jornalísticos estão constantemente pautando a vida social, determinando – ainda que não absoluta ou invariavelmente – os assuntos que devem ser discutidos, ao conferir-lhes destaque em detrimento de outros. Essa é uma das principais formas pelas quais o discurso tem efeitos construtivos, práticos nas relações sociais.

“os *mass media*, descrevendo a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre o que é necessário ter opinião e discutir. O pressuposto fundamental é que a compreensão que as pessoas tem de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*.” (WOLF, 1995: 130).

Segundo, porque o GLON possui expressiva credibilidade junto às classes média e alta da cidade do Rio de Janeiro, na condição de ‘extensão eletrônica’ do principal jornal impresso da cidade, “O Globo”. Sendo que esse público leitor do GLON representa a faixa da população carioca com maior influência junto às políticas públicas e à administração da cidade. Ou seja, por essa razão, as representações das favelas e de seus moradores feitas por esse veículo influenciam, em alguma medida, o pensamento de seu público leitor que, por sua vez, atua direta ou indiretamente no sentido de determinar a condução político-administrativa em relação às das favelas.

Uma vez existindo esta preocupação de entender o tratamento dispensado às favelas por parte da mídia e, como consequência, da sociedade em geral, este trabalho propõe-se a fazer, antes mesmo das análises, um mapeamento do conceito de “favela”, considerando seu surgimento, sua história e representações. Por isso, no capítulo 2, procura-se explicar o que são as favelas, descrevendo-se suas características, sua história, avaliando-se algumas de suas definições – tanto oficiais como aquelas consideradas alternativas. Além disso, nesse capítulo ainda se discute o conceito de representação, a fim de fundamentar a concepção de um dos termos centrais nas análises empreendidas neste trabalho.

Já no capítulo 3, empreende-se um exame da representação histórica das favelas, isto é, uma espécie de registro das imagens tradicionalmente associadas às favelas ao

longo de sua existência², seja por parte da mídia e das autoridades, como também por meio da música popular; especificamente o samba, gênero por meio do qual os próprios moradores das favelas se expressavam e manifestavam.

No capítulo 4, são feitas as análises das matérias publicadas pelo GLON sobre o caso Minhocão. Em seu primeiro sub-item, explica-se a análise crítica do discurso (ACD) de Norman Fairclough, que embasa a metodologia do trabalho, e se discutem os conceitos de discurso e enunciação, palavras-chave para a compreensão das análises realizadas. Estas, foram divididas em quatro sub-itens, que estão de acordo com os “sub-assuntos” de que tratavam cada grupo de matérias. As primeiras da série de notícias introduziram a questão aos leitores, tornando público o caso; em seguida, as matérias trataram basicamente das disputas ocorridas no âmbito judicial, com a prefeitura tentando obter o aval da Justiça para demolir o Minhocão e os advogados de defesa impedindo (postergando, como se sabe) a derrubada por meio de liminares. Após a liberação da Justiça para a demolição, outro grupo de matérias tratou especificamente da operação de derrubada e dos argumentos finais das autoridades, procurando não só justificar a ação, como sancionar o próprio posicionamento do veículo. Já o último grupo de matérias consistiu nos textos que levaram adiante a questão das construções irregulares, seja por meio de exemplos de casos semelhantes em outras favelas, ou de entrevistas de autoridades, como o secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, ratificando a importância simbólica da demolição do Minhocão e das possíveis extensões e prosseguimentos de operações do tipo.

Como afirma Gilles Deleuze, toda informação está condicionada à transmissão de “palavra de ordem”, a qual seria a unidade elementar da linguagem – o enunciado (DELEUZE & GUATTARI, 1995: 12). A confirmação, por parte do GLON, de um modelo de relacionamento institucional e, conseqüentemente, social, com as favelas, configura, da mesma maneira, uma espécie de ordenamento/direcionamento ideológico sobre seus leitores, o que pode ser interpretado a partir da relação de seus enunciados com “pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado e que podem se realizar apenas nele” (*Ibid.*, p.16). Isso não significa que os enunciatários seguiriam tal direcionamento ou aceitariam todas as versões apresentadas, mas, sem dúvida, uma vez publicados num veículo detentor de credibilidade e formador de

² Considerou-se neste trabalho que as favelas tiveram sua primeira expressão, no país, nos cortiços da cidade do Rio de Janeiro, ao final do século 19 (ver capítulo 2, “Cronologia das favelas”)

opiniões em nível nacional, os enunciados detêm certo poder de influência, pois são eles mesmos a palavra de ordem do GLON.

2 Das favelas e do conceito de “representação”

Antes de perpassar o histórico da representação das favelas e a construção de sua imagem ao longo do século 20, especificamente na cidade do Rio de Janeiro – onde o fenômeno da favelização foi percebido e tratado como questão social pela primeira vez no Brasil –, é necessário que se abra uma breve discussão sobre o que são efetivamente as favelas, bem como a respeito do conceito de representação.

O dicionário “Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia (LALANDE, 1999) define o termo “representação” como “ato de representar alguma coisa, faculdade de pensar uma matéria concreta organizando-a sob categorias”. Essa definição tem o mérito de remeter à distorção sofrida pelo objeto da representação no processo que abrange sua interpretação e transmissão, já que, ao se pensar a “matéria concreta”, imediatamente esta é associada pela mente a um conjunto de significados, por sua vez relacionados a eventos passados da vida de um indivíduo, à sua subjetividade e ambiente cultural. Nesse momento mesmo já se opera uma distorção, que é ainda reforçada quando a “matéria” é transmitida a outrem, variando conforme o meio e a forma que lhe é empregada.

Seguindo essa linha, Isaías Paim elabora uma definição mais objetiva, também a partir do argumento de que o ato de representar envolve a referência ou lembrança de algo percebido ulteriormente.

A representação é a reprodução na consciência de percepções passadas. Do mesmo modo que a percepção, não pode ser considerada como uma cópia, fotografia ou reflexo dos objetos e fenômenos do mundo exterior. (PAIM, 1993: 25)

Pode-se inferir a partir de tais explicações que a representação envolve um processo mental de organização das ideias, percepções ou eventos passados. Trata-se de uma forma pela qual um indivíduo pode compreender o mundo para além da imagem bruta que vê a sua frente. Ao ver-se algo, opera-se uma representação da “matéria bruta”, em que o cérebro a associa a significados já conhecidos, pré-existent na mente.

A representação é, portanto, uma espécie de agente facilitador, um processo que permite aos indivíduos entenderem o mundo, já que cada um representa tudo com o que tem contato para si mesmo em meio à absorção do plano físico, que pode ser percebido pelos sentidos humanos – sons, imagens, cheiros, tato e paladar.

Para um esclarecimento mais prático sobre essa questão, pode-se recorrer ao clássico exemplo que remonta à chegada das caravelas de Cristóvão Colombo, na América Central, no século 15. Costuma-se discutir a forma como teriam reagido os nativos que presenciaram a cena, supondo-se que eles não teriam visto as caravelas, pois jamais se haviam deparado com nada parecido antes. Ou seja, as embarcações não faziam parte do “registro de informações” da mente dos nativos, o que os teria impedido de reconhecê-las como objetos em movimento sobre o mar.

O que se pode tirar desse exemplo? Que a representação é fundamental para a absorção de sentidos por parte de um indivíduo e, conseqüentemente, para a comunicação, para a troca de idéias. Processos estes que precisam ser atravessados, de alguma forma, por convenções e acordos, enfim, pontos em comum – como numa conversa em que duas pessoas falam a mesma língua (uma forma de representar coisas abstratas ou concretas em palavras, conhecida pelos envolvidos no diálogo).

A função organizativa ou de orientação associada à representação é destacada pelo trabalho do sociólogo francês Sergei Moscovici, que praticamente cunhou a expressão “representação social”, em que o termo parece assumir o sentido da criação de um mundo comum. Para o autor, as representações consistem em sistemas de valores, idéias e práticas que possibilitariam aos indivíduos orientarem-se no mundo social, além de facilitar a comunicação entre membros de uma mesma comunidade, ao estabelecer um código para nomearem e classificarem os vários aspectos de seu mundo e suas histórias individuais e grupais. (ver FLATH & MOSCOVICI, 1983).

Moscovici explica que há duas formas de adquirir conhecimento e comunicar-se: uma que envolve o universo consensual, ou seja, pelas conversas informais com o outro; e outra que consiste no universo científico, em que apenas alguns detêm o direito de falar, de acordo com sua especialidade. Embora, na prática, esses dois universos sejam mesclados, formalmente, como no caso do discurso jornalístico, o universo científico das representações é o que parece embasar o consenso, como ocorre nas matérias analisadas nesta monografia. Os textos são produto do trabalho dos jornalistas, espécie de “cientistas da informação” que, por sua vez, utilizam como fonte a fala de outros “cientistas”, ou melhor, autoridades que detêm o direito de falar num espaço privilegiado de forma(ta)ção de opinião.

Pierre Bourdieu enfatiza o poder que as representações podem adquirir quando elaboradas por aqueles reconhecidos como autoridades, lembrando como não só seu discurso legitima sua posição de autoridade como essa própria condição legitima, num

sentido inverso e complementar, seu discurso. Há, nesse processo, mais do que a representação de um fato: há a criação de um novo fato; uma espécie de simulacro.

Mesmo quando se limita a dizer com autoridade aquilo que é, ou então, quando apenas se contenta em enunciar o ser, o auctor produz uma mudança no ser: pelo fato de dizer as coisas com autoridade, ou seja, diante de todos e em nome de todos, pública e oficialmente, ele as destaca do arbitrário, sancionando-as, santificando-as e consagrando-as, fazendo-as existir como sendo dignas de existir, ajustadas à natureza das coisas, "naturais". (BOURDIEU, 1996: 109)

Entende-se, por conseguinte, que o ato de representar está diretamente associado às relações de poder presentes nas sociedades. Qualquer forma de representação passa necessariamente pela formatação de um discurso, o qual, por sua vez, passa por processos de codificação e decodificação – entendidos aqui como interpretação e elaboração de uma mensagem, respectivamente. Nesses processos, opera-se automaticamente uma deformação da realidade, já que a formatação da matéria bruta exigida pelas convenções da linguagem implica necessariamente uma abstração da realidade. Abstração esta que é ainda feita de acordo com os interesses, sejam eles conscientes ou inconscientes, do sujeito – aquele que detém a palavra –, levando então a um ato de poder.

“Esse objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana, é: a linguagem – ou, para ser mais preciso, sua expressão obrigatória: a língua. (...) Por sua própria estrutura, a língua implica uma relação fatal de alienação. Falar, e com a maior razão discorrer, não é comunicar como se repete com demasiada frequência, é sujeitar: toda língua é uma reição generalizada.” (BARTHES, 1980: 12,13)”

Esse ato de poder pode envolver a transmissão de ideias, pensamentos ou visões de mundo, que vão construindo os sentidos, organizando as formas de significação, de maneira – para resumir – ora reacionária, contribuindo para a manutenção do *status quo* social, ora progressista, conduzindo a abordagens questionadoras, gerando algum nível de desestabilização na ordem social hegemônica.

Será visto, neste trabalho, como o discurso do periódico GLON, cujos enunciados enquadram-se na categoria “linguagem jornalística” (objeto em que se inscreve o poder, como diz Barthes), construiu o caso Minhocão, fazendo uso, em seu discurso, de referências à representação hegemônica histórica das favelas do Rio de Janeiro. A cobertura do caso feita pelo veículo foi de tal forma operada que justificou,

no contrato comunicacional com seus leitores, a derrubada do prédio, a partir do momento em que ele passou a representar o crescimento desordenado e a ameaça das favelas à cidade organizada conforme o paradigma da ordem.

2.1 Afinal, o que é “favela”?

Para a compreensão do tipo de representação historicamente empreendida acerca das favelas do Rio de Janeiro – o que fundamentará as análises das matérias do periódico eletrônico GLON, cujo discurso se fundamentou nas representações hegemônicas das favelas, fruto de mais de cem anos da centralidade de tais imagens nos noticiários, literatura, música e produção acadêmica – é preciso definir o que são as favelas, buscando, na medida do possível, esquivar-se dos estereótipos a ela tradicionalmente associados.

As favelas são, *a priori*, um espaço diferente na cidade. Primeiramente, há o aspecto estético, talvez o que, num primeiro olhar, chame mais atenção. Entre barracos e casas de alvenaria ou mesmo concreto sem pintura e acabamento, a falta de espaçamento entre os imóveis e o emaranhado de fios de eletricidade – muitos dos quais transmitindo energia ilegalmente (os chamados “gatos”) –, o verdadeiro “formigueiro humano” que se desenha devido à alta densidade demográfica desses locais acaba destoando da “cidade do asfalto”, principalmente se for o caso de uma favela na zona sul do Rio de Janeiro, onde há um mínimo de organização e projetos arquitetônicos e urbanísticos mais elaborados. Mas, além da questão estética, o que, nos dias de hoje, provavelmente, chama mais a atenção de gringos do que dos cariocas, o que diferencia fundamentalmente a favela do asfalto é a falta de acesso a serviços básicos ou, de modo geral, a ausência do Estado nessas localidades. E, com isso, abre-se o espaço para a atuação de um Estado paralelo, comandado por aqueles que lidam com um dos negócios mais rentáveis do mundo: o tráfico de drogas.

As características descritas acima, entretanto, se concentram sobre os pontos negativos das favelas, que, além de heterogêneas entre si, ao contrário do que leva a crer a construção representativa hegemônica dessas “habitações coletivas” dos séculos 20 e 21, são muito mais do que apenas feiúra, falta de higiene, desorganização e violência.

É exatamente para isso – o fato de que as favelas são diferentes entre si e

detentoras de uma vida social e cultura que vão além dos tradicionais estereótipos a elas associados –que o Observatório de Favelas, que se define como uma “organização social de pesquisa consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos”, procura atentar.

Por se tratar de um fenômeno diverso e complexo, e ao mesmo tempo marcado por forte estigmatização, observa-se que os pressupostos centrados em parâmetros negativos têm sido utilizados como referência hegemônica na representação social e na elaboração de definições mais concisas sobre o fenômeno [as favelas]. Estes pressupostos se sustentam em torno das idéias de ausência, carência e homogeneidade, e tomam como significante aquilo que a favela não é em comparação a um modelo idealizado de cidade: “a favela não possui arruamento regular”; “a ocupação é ilegal”; “não há oferta formal de serviços públicos”; dentre outros exemplos. (*apud* Seminário O que é a Favela Afinal?, p. 1)³

De acordo com a organização, as favelas constituem um espaço singular no conjunto da cidade, pois, uma vez integradas ao tecido urbano, elas destoam dos “padrões hegemônicos que o Estado e o mercado definem como sendo o modelo de ocupação e uso do solo nas cidades.” (*Ibid.*, p. 1). Mas, devido mesmo a essa singularidade, o Observatório das Favelas defende que a concepção de favela não pode ser elaborada a partir do que elas carecem, em relação ao asfalto, onde se faz presente o modelo urbanístico dominante. “Pelo contrário, elas devem ser reconhecidas em sua especificidade sócio-territorial e servir de referência para a elaboração de políticas públicas apropriadas a estes territórios.” (*apud* Seminário O que é a Favela Afinal?, p. 2)⁴

A definição de favela deve, portanto, seguir certas referências, como a ausência histórica do Estado, a forte estigmatização espaço-territorial que sofrem; o fato de que suas edificações são, geralmente, construídas sem apoio de técnicos, como arquitetos ou engenheiros; a alta densidade demográfica, altos níveis de subemprego e baixa escolaridade, entre outros parâmetros que também devem nortear a concepção do termo.

Já sob os auspícios da legislação a favela é definida (e definições não deixam de ser representações) de maneira mais engessada, técnica. No artigo 147 do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro de 1992, o qual serviu de base para um dos mais importantes projetos político voltados para as favelas – o programa Favela-Bairro –,

³ Disponível em

<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/164308ca4eebfd4fd62ab414e0ad4fb.pdf>. Acessado em 15/08/09.

estas são definidas como uma

(...) área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais (*apud* Seminário O que é a Favela Afinal?, p. 9)⁵

No meio político carioca, isto é, na concepção da prefeitura, ou mesmo do governo do estado, as favelas são definidas muitas vezes como “assentamentos irregulares”, “loteamentos clandestinos”, terrenos favelizados ou mesmo pelo termo “comunidade”.

Essas concepções estão ainda muito arraigadas à representação histórica das favelas e a estereótipos, o que, conseqüentemente, gera uma visão homogeneizante dessas localidades. Fato que não corresponde à realidade, uma vez que, além das favelas haverem sofrido, ao longo do século 20, expressivas transformações, principalmente em termos de urbanização e acesso a certos serviços, como saneamento básico, educação, etc., elas são diferentes entre si em diversos aspectos.

(...) esse olhar homogeneizante da favela inviabiliza a implementação de políticas públicas adequadas, uma vez que os gestores são incapazes de reconhecer a dimensão da diversidade e da diferença, o que comprometeria a realização de ações voltadas para reduzir o quadro de desigualdades. (*apud* Seminário O que é a Favela Afinal?).⁶

Já o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com sua definição de favela como um “aglomerado subnormal” agrega ainda mais preconceito ao termo, empregando certo negativismo a sua alteridade frente ao que seria “normal”, e dificulta, desse modo, a desmistificação da concepção de favela. Desmistificar o termo seria um primeiro passo na abertura de um novo caminho, no âmbito oficioso, para o tratamento e o tipo de política pública que deve ser voltado para as favelas, que já representam cerca de 20% das moradias da cidade do Rio de Janeiro.

É imperativo, portanto, que se compreenda a favela não como uma anomalia da

⁴ Idem.

⁵ Disponível em

<http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/includes/publicacoes/164308ca4eebfd4fd62ab414e0ad4fb.pdf>. Acessado em 17/09/09.

cidade, ou somente a partir das representações que se lhe fazem desde o final do século 19, quando começaram a aparecer efetivamente. As favelas são parte integrante da dinâmica social do Rio de Janeiro, tendo também uma dinâmica própria, que lhes permitem diferenciar-se entre si, não só em termos estéticos ou urbanísticos, mas no tipo de vida social que lhes é particular. Uma definição mais justa que se pode fazer das favelas deve necessariamente passar pelas causas sociais, políticas e econômicas que “geram” essa forma de assentamento humano, que não pode, de modo algum, ser tratada como um acidente de percurso, mas como fruto de um sistema que é, ao contrário do que se pensa, altamente dependente de fenômenos como esse. Pois o que seria do asfalto sem a favela? Além do fato de que grande parte dos serviços citadinos é executada por moradores “favelados”, a própria concepção e imagem que se tem da cidade são baseados no forte contraste em relação às favelas. Assim como a lei só existe em função do crime, da contravenção, enfim, da ilegalidade; assim como o mal é imanente ao bem, isto é, como parte constitutiva de seu oposto, sustentando sua existência, como diria Jean Baudrillard, a conformação da cidade do Rio de Janeiro já chegou a tal ponto que, talvez, só exista de fato e seja percebida como tal, devido a sua gritante oposição quanto às favelas, das quais não pode mais ser dissociada.

2.2 Cronologia das favelas no Rio de Janeiro

De acordo com dados oficiais, o primeiro conjunto de moradias identificado como favela foi o que atualmente corresponde ao Morro da Providência, embora haja pesquisas que indiquem a existência de aglomerações semelhantes anteriores. Inicialmente conhecido como “Morro da Favella”, devido à presença, em seu relevo, de planta homônima, o Morro da Providência começou a ser ocupado, em 1897, por ex-combatentes da Guerra de Canudos que vieram ao Rio de Janeiro, então capital federal, reivindicar seus soldos junto ao governo. O antigo nome – Morro da Favella – faz, inclusive, referência à paisagem da cidade de Canudos, também de relevo acidentado e recoberto pela planta. Referência essa não só motivada pelas semelhanças geográficas, mas em função de uma “conotação simbólica que remete à resistência, à luta dos oprimidos contra um adversário poderoso e dominador.” (VALLADARES, 2004: 29). Ou seja, o nascimento de uma das primeiras favelas no Rio de Janeiro foi já atravessado

⁶ Idem.

pelo conflito que remetia à batalha e à luta dos pobres e oprimidos pela sobrevivência contra um agente dominador – o Estado.

Antes de ser generalizado, o que aconteceu apenas anos depois do início da ocupação do Morro da Providência, o termo “favela” não era conhecido. A mais próxima designação formal para essas áreas era cunhada pela expressão “cortiço”, termo ao qual, no século 19, era associada à pobreza urbana. Os cortiços, assim como as estalagens, eram uma forma de habitação coletiva – modelo de moradia projetado para as classes proletárias menos favorecidas a partir do século 18 – e são considerados por muitos pesquisadores como os germes das favelas. Essas instalações eram frequentemente identificadas com as mazelas da cidade: “verdadeiros infernos sociais, propícios à vagabundagem, ao crime e a epidemias e que representavam uma ameaça à ordem social e moral” (*Ibid*, p. 24).

Geralmente, as habitações coletivas passavam a ser tratadas como cortiço à medida que o projeto original sofria, ao longo do tempo, modificações operadas pelos próprios residentes e/ou proprietários de imóveis da área. Estes, muitas vezes, fragmentavam as construções, criando novos cômodos para aluguel, por exemplo. Além disso, a apropriação dos corredores e varandas pelos moradores para execução de atividades cotidianas, como a lavagem de roupa e mesmo como espaço de lazer, contribuía para sua associação à imagem de cortiço. O aspecto fundamental, no entanto, que levava uma habitação coletiva a ser assim chamada era a falta de serviços aos quais outras áreas da cidade já tinham acesso.

As deficiências dos projetos de habitação para as classes mais pobres à época, aliadas à falta de planejamento urbano, suscitaram a primeira grande crise de moradia na cidade do Rio de Janeiro, ao final do século 19. Porém, sua principal motivação foi o vertiginoso aumento da taxa de crescimento demográfico (3,48% ao ano) verificado precisamente entre 1870 e 1906, quando termina a administração Pereira Passos, responsável pela remoção de cortiços do Rio de Janeiro em sua reforma urbana, entre os anos de 1902 e 1906.

Segundo Lilian Fessler Vaz (2002), esse crescimento não foi acompanhado nas devidas proporções por um aumento do número de moradias, o que acabou afetando a maior parcela da população, que era de pobres. Sem espaço devido à falta de opções, os mais pobres se amontoavam em locais que não tinham estrutura para suportar tanta gente. Não demorou, portanto, que se detectasse uma relação entre os cortiços e habitações coletivas e a insalubridade ou a episódios de violência da cidade do Rio de

Janeiro.

A aglomeração era associada a duas ameaças potenciais: a propagação de doenças e a convulsão social. As habitações coletivas foram responsabilizadas então pela insalubridade e, por esse motivo, foram condenadas a desaparecer, substituídas por habitações higiênicas. Dessa maneira, considerava-se possível não só controlar as epidemias, como também as classes trabalhadoras. No combate às habitações coletivas destacaram-se dois agentes sociais: o Estado, atuando através da normatização e do controle da construção, da imposição de normas higiênicas e da intervenção direta (fechamento de cortiços); e o emergente setor da construção civil. (*Ibid*, p. 32)

Culminando com a política de remoção do prefeito Pereira Passos, no início do século 20, a atuação do Estado junto às habitações coletivas – entendidas aqui como embriões das favelas no Rio de Janeiro – resumia-se, no mais das vezes, na repressão a sua população e/ou em sua demolição. Um exemplo clássico foi a destruição do mais conhecido dos cortiços: o Cabeça-de-Porco, em 26 de janeiro de 1893, numa “verdadeira ação de guerra” (VAZ, 2002), que envolveu o prefeito Barata Ribeiro, vários delegados, sanitaristas, concessionários, trabalhadores da prefeitura, policiais, bombeiros, soldados da infantaria e cavalaria – fato que chega a lembrar a operação montada pela prefeitura da cidade para a remoção do prédio “Minhocão”, na Rocinha, caso analisado neste trabalho.

Com a política de remoção de Pereira Passos, justificada principalmente por razões sanitárias e popularizadas por campanhas de cunho médico-higienista, o número de pessoas desabrigadas aumentou, restando aos mais pobres instalar-se em locais onde o acesso à terra não era oneroso: “fora da cidade ou nos seus vazios, os morros. (...) A presença de casebres em morros levanta a hipótese de se tratar de formas embrionárias de favelas.” (VAZ, 2002: 38)

O discurso médico-higienista contribuiu, por conseguinte, para a aceitação da política de remoção de cortiços e habitações coletivas e a conseqüente ocupação de espaços que vieram a dar origem às favelas. Os profissionais por trás desse discurso – médicos e engenheiros principalmente –, ainda no século 19, promoveram uma campanha que disseminava “a condenação das habitações populares coletivas (insalubres ou não), fazendo abstração das más condições de higiene que imperavam igualmente nas moradias não-populares, nas fábricas, escolas, quartéis, etc.” (*Ibid*. p. 35) Essa representação discursiva deu início, portanto, à história de confrontos entre o

Estado e as favelas no Rio de Janeiro.

3 Favelas: imagens na história

Para tratar da representação histórica das favelas no Rio de Janeiro, será usado como base o livro “A invenção da favela: do mito de origem a favela.com”, de Licia do Prado Valladares, obra que é indispensável para a compreensão acerca do lugar que a favela ocupa atualmente na sociedade, tanto física quanto psicologicamente.

De acordo com a antropóloga, as primeiras representações das favelas foram elaboradas por jornalistas, escritores e reformadores sociais do início do século 20. “Amplamente divulgados naquela época, seus escritos permitiram o desenvolvimento de um imaginário coletivo sobre o microcosmo da favela e seus moradores, ao mesmo tempo em que opunham favela e cidade.” (VALLADARES, 2004: 28).

Com forte influência da célebre obra de Euclides da Cunha, ‘Os Sertões’, a favela no Rio de Janeiro era vista como lembrança de Canudos na cidade; como o sertão na *urbis*: um território rebelado contra a República, com ordem política marcada pelo domínio de um chefe (como Antônio Conselheiro), como um local formador de uma identidade coletiva (ideia de comunidade, como a de Canudos) e espaço de uma miséria indolente, aspecto este influenciado pelo pensamento da época (não raro presente em discussões *em off*, de hoje em dia) de que os pobres são preguiçosos e não têm apreço pelo trabalho.

A imagem que se tinha da favela era diretamente associada ao “morro”; uma região dotada de uma geografia particular, de difícil acesso, por sua topografia irregular. Tal visão é confirmada pelo relato a seguir do cronista João do Rio, publicado na Gazeta de Notícias, em 1908, sobre o Morro de Santo Antônio, ocupado a partir de 1898:

O morro era como outro qualquer morro. Um caminho amplo e mal tratado, descobrindo de um lado, em planos que mais e mais se alargavam, a iluminação da cidade. (...) Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. *Estávamos da roça, no sertão, longe da cidade.* O caminho que serpeava descendo era ora estreito, ora largo, mas cheio de depressões e buracos. De um lado e de outro casinhas estreitas, feitas de tábuas de caixão, com cercados indicando quintais. A descida tornava-se difícil (...). Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? (...) Todas [as casas] são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas-de-flandres, taquaras. (...) Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada do arraial de canudos ou a funambulesca ideia de um vasto galinheiro multiforme. (MARTINS *apud* VALLADARES, 2004: 30)

Em resumo, a favela era então considerada um lugar exótico, rural, distante da cidade, cujo acesso se limitava à ponte feita pelo jornalista, pois os habitantes de classe média e da elite não ousavam ali subir.

3.1 A problematização da favela

Foi durante a administração do prefeito Pereira Passos (1902-1906) que a recém descoberta “favela” passou a ser tratada como problema. Nesse momento, o discurso de médicos e engenheiros somou-se ao de jornalistas para problematizá-las, incluído-as no “hall” das habitações insalubres.

Esse discurso, que tinha raízes numa concepção positivista da ciência – a qual deveria contribuir para o desenvolvimento e a resolução de problemas sociais – foi o principal responsável pela reelaboração da representação social das favelas, até então apenas associadas à pobreza, ao rural e a uma antítese da cidade. A partir daí, como foi dito, as favelas passaram à condição de um problema a ser resolvido, por representarem um risco à saúde da população carioca.

Na década de 1920, com sua imagem já moldada pelas campanhas antes mencionadas, a favela passa a ser consensualmente relacionada à ideia de doença, mal contagioso, e vista como patologia social a ser combatida. Para o discurso médico-higienista, que então fornecia as diretrizes para a gestão social no Rio de Janeiro, essas habitações iam de encontro à racionalidade técnica da máquina chamada cidade e, por isso, deveriam ser combatida (VALLADARES, 2004: 40-41). Ideia esta – de combate às favelas – que, ainda nos dias de hoje, perpassa o imaginário social e parece subsistir na atuação das autoridades junto às favelas. Uma prova da força e do poder da representação que se fez valer ao longo da história.

O trecho a seguir, escrito por Mattos Pimenta, por vezes apresentado como engenheiro e jornalista, outras como médico sanitário, é um dos tantos que foram responsáveis pela construção dessa imagem das favelas, como habitações insalubres, que ofereciam risco à integridade da cidade.

(...) é mister que se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira profiláctica contra a infestação avassaladora das lindas

montanhas do Rio de Janeiro pelo flagelo das “favelas” – lepra da esthetica, que surgiu ali no morro, entre a estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cais do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de beleza. (PIMENTA *apud* VALLADARES, 2004: 42).

Contando com o apoio da mídia impressa da época – periódicos como “O Globo”, “A Notícia”, “Jornal do Commercio”, “O Jornal”, “Correio da Manhã” e “Jornal do Brasil” –, Mattos Pimenta organizou a primeira grande campanha contra as favelas, na década de 20. E o interessante é que, já nesse momento, havia uma preocupação estética que envolvia os cuidados à natureza – como pôde ser visto no trecho anterior –, esta ameaçada pela ocupação dos morros cariocas pelas favelas, segundo os “pleiteantes” da campanha.

Além dessa preocupação e da associação da favela às questões sanitárias, Mattos Pimenta fazia questão de destacar as favelas como espaço propício ao crime, à indolência e vagabundagem, e à pobreza; discurso este que não se difere tanto do que criminalizava os cortiços do século anterior.

Desprovidas de qualquer espécie de policiamento, construídas livremente de latas e frangalhos em terrenos gratuitos do Patrimônio Nacional, libertadas de todos os impostos, alheias a toda ação fiscal, são excelente estímulo à indolência, atraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhacoito de laráprios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e dos furtos (Idem).

Até esse momento, portanto, havia três aspectos centrais associados à imagem problemática da favela: o crime, a falta de higiene e a preocupação estética, o que foi pontualmente explorado por Mattos Pimenta nessa campanha “anti-favelas”, que se deu especificamente nos anos de 1926 e 1927. Tidas como a “lepra da estética” (expressão que reforça tais habitações como uma antítese da beleza e “saúde” da cidade), as favelas foram aí definitivamente transformadas em problema, ocupando, frequentemente, as páginas dos grandes jornais, que apoiavam a causa de Mattos Pimenta e o discurso médico-higienista em geral.

A simples remoção das favelas – até então, a única solução proposta para a questão das moradias irregulares na cidade – foi, pela primeira vez, posta em discussão, na década de 30. Apesar da perspectiva médico-higienista permanecer, a administração

do prefeito Pedro Ernesto (1931-1934 e 1935-1936) reconheceu a necessidade de melhorar a condição de vida dos favelados, contrariando a predominante proposta de remoção. Uma prova disso foi a aprovação do código de obras de 1937, vigorado até 1970, que mostrou ser preciso administrar a questão das favelas, pois não bastava demolir casas e expulsar moradores para resolver o problema da habitação na cidade. Para alguns autores, essa foi a primeira política formal quanto às favelas.

Mesmo com esse início de formalização de políticas específicas e, apesar de sua presença diária em jornais e periódicos, as favelas, na primeira metade do século 20, ainda não eram oficialmente conhecidas por esse nome. O substantivo “favela”, segundo Valladares (2004), se generalizou somente na segunda metade do século, quando, no Recenseamento Geral de 1950, as favelas foram identificadas por tal palavra. Em paralelo, a atualização, no mesmo ano, do Código de Obras de 1937 também contribuiu para o seu reconhecimento ao estabelecer a favela como um tipo específico de espaço urbano na cidade (*Ibid*, p. 63).

No referido recenseamento, a definição metodológica adotada para as favelas era a seguinte: “aglomerados que o consenso público classifica como tal, estejam situados no morro ou qualquer outra parte.” Cinco critérios justificavam a condição para um aglomerado ser classificado como favela, segundo o documento de 1950: “Proporções mínimas”, que indicava agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50; “Tipos de habitação”, que se referia à predominância do material de construção empregado nos casebres e barracos; a “Condição jurídica de ocupação” (construções sem licença e fiscalização); “Melhoramentos públicos”, que apontava a ausência de rede sanitária e outros serviços básicos; e “Urbanização”, indicando que a área não era urbanizada.

Além de reconhecer oficialmente as favelas, o Recenseamento de 1950 foi também responsável por um início de transformação em sua imagem pública. Seu autor, Alberto de Passos Guimarães, concluiu que a população favelada era “ativa, predominantemente trabalhadora, ligada através de ocupações diversas aos principais ramos de atividade econômica desenvolvidos no Distrito Federal.” (VALLADARES, 2004: 70). Afirmação esta que, por sua abordagem sociológica de qualidade, mostrou que a maior parte dos favelados não era composta por marginais. Além disso, o documento explicitou o fato de que as favelas não eram um fenômeno particular do Distrito Federal, mas comum a outras metrópoles brasileiras. O termo “favela” passou então de categoria local à categoria nacional (*Ibid*, p. 71).

Nessa mesma década, a noção de comunidade passou a ser associada à favela. Isso ocorreu por duas razões básicas: primeiro, pelo fato de que, no contexto de Guerra Fria que marcava a época, grupos de comunistas atuavam nas favelas – onde teoricamente encontrava-se o operariado – incentivando a criação de associações de moradores e a organização comunitária desses espaços. Em segundo lugar, pela atuação da Igreja Católica, por meio da Fundação Leão XIII, que adotava princípios como o “comunitarismo”, já antes experimentados por organismos internacionais. Embora tal visão fizesse parte da estratégia assistencialista de alguns grupos, ela foi importante na medida em que gerava nova imagem de tais aglomerações, as quais ganhavam alguma força política pela mínima organização que iam adquirindo: “(...) a promoção dos moradores da favela ao estatuto de comunidade e, por conseguinte, a sujeito político potencialmente autônomo, rompia com a visão puramente negativa do mal a ser erradicado (...)” (*Ibid*, p. 77-78).

Na segunda metade dos anos sessentas, um grande estudo do jornal “O Estado de São Paulo” descreveu as favelas de maneira diferente, lançando novas bases para construção de sua imagem. O relatório retratou as favelas como realidades heterogêneas entre si, bem como sua população, e desmistificou ideias trazidas com os recenseamentos anteriores: a favela, dizia o estudo, não constitui um mundo à parte; os pobres daí são como os outros pobres e são vítimas do clientelismo político. O documento conferiu, ainda, uma dimensão política à questão das favelas, pois incitou autoridades a levar para esses locais – que, gradativamente, passavam a ser considerados ‘bairros pobres’ – os serviços a que outras moradias na cidade tinham acesso.

No final dos anos sessentas, as favelas passam a ser, com frequência, objeto de estudo das ciências sociais. Muitas pesquisas acadêmicas abordaram, a essa época, a questão das favelas, sendo responsáveis por novas mudanças em sua representação. Os trabalhos propunham uma visão dessas aglomerações como realidade específica do mundo urbano brasileiro, contribuindo para a desmistificação da teoria da marginalidade, fruto das representações predominantes do século 19 e início do século 20. Tal concepção partia de princípios como o de que os indivíduos eram pobres em virtude de suas fraquezas morais, que os levavam a não trabalhar e a viver uma vida de vadiagem. A teoria fundou, portanto, a ideia de uma cultura da pobreza, a qual permitiria aos pobres se adaptarem e sobreviverem na sociedade moderna, a partir de um comportamento, hábitos e valores específicos. Apesar do esforço acadêmico no

sentido de se abolir tal pensamento, a percepção dos pobres como marginais seguiu em voga durante as décadas de 60-70, não havendo mudanças de fato nas políticas públicas.

Se as políticas não se adequavam, a população das favelas, impulsionada pela efervescência política em torno da redemocratização do país, nas décadas de 70 e 80, passou por novas transformações. A valorização e o reconhecimento do “saber fazer popular,” da participação e da “voz do povo”, estimularam os moradores a se organizar, o que deu origem a movimentos sociais que lutavam por seus direitos. Entretanto, com a adoção de políticas e orientações neoliberais, tais grupos, assim como muitas outras organizações sociais brasileiras e latino-americanas, foram sendo enfraquecidos entre as décadas de 80 e 90, principalmente. E foi justamente nos anos 90, logo após a ‘década perdida’, quando um verdadeiro retrocesso econômico e social se abateu sobre a América Latina, que as favelas adquiriram nova dinâmica social, caracterizada pelo papel crescente do tráfico de drogas. Elas passaram a ser consideradas como o lugar por excelência da exclusão social (cidadania parcial ou incompleta) moderna e da pobreza. “Às tradicionais imagens depreciativas, (...) acrescentou-se agora um novo estigma ligado às consequências sociais e políticas negativas da globalização.” (VALLADARES, 2004: 143).

3.2 A favela na música popular

Para a discussão deste tópico, também envolvendo a questão das representações das favelas, utilizar-se-á como parâmetro o livro “Um Século de Favela”, de Alba Zaluar e Marcos Alvito.

A favela não foi apenas representada por jornalistas, médicos, engenheiros, políticos e acadêmicos. Artistas brasileiros, principalmente aqueles ligados à música, foram também responsáveis pela construção da imagem das favelas e sua representação no imaginário social brasileiro.

A participação de músicos nessa construção de sentido tem sua relevância associada a dois motivos centrais: primeiro pelo fato de que a música, num país como o Brasil que – mesmo nos dias de hoje – ainda é composto por significativa parcela de analfabetos ou analfabetos funcionais, é uma das formas de comunicação e, conseqüentemente, de formação de opinião, de grande importância. Em segundo lugar,

porque a classe artística não é diretamente comprometida com a política e, por conseguinte, com as relações de poder que, muitas vezes, acabam moldando os discursos de acordo com interesses particulares. Isto é, a música popular brasileira representou um espaço que dava voz a fontes não-oficiais (até porque muitos dos compositores eram moradores das favelas, no caso do samba principalmente) ou, pelo menos, possibilitou um novo tipo de abordagem e representação das favelas e seus moradores.

De maneira resumida, pode-se dizer que a música popular brasileira, ao contrário de outras formas e espaços discursivos, trouxe à tona os problemas enfrentados pelos favelados, além de suas qualidades e virtudes, em detrimento dos aspectos negativos quase sempre associados às favelas e seus moradores. “Desde sua origem (...), a tematização da favela no cancioneiro popular, para além dos laços de pertencimento ao lugar, reflete a especificidade de uma história marcada por conflitos, preconceitos e estigmas, resistência e vitalidade.” (ZALUAR & ALVITO, 1998: 61)

A importância da música na representação das favelas está também ligada a sua evolução histórica. O surgimento de novas favelas e o desenvolvimento ou mesmo urbanização de antigas comunidades não eram somente medidos e avaliados pelos recenseamentos ou pesquisas do Instituto Pereira Passos ou IBGE, mas também eram revelados e descritos nas composições populares. “Nos anos 20, cantava-se apenas o Morro da Favella; nos anos 90, Bezerra da Silva, autor de uma modalidade de samba definida como de ‘protesto’, mencionaria o nome de nada menos que 54 favelas na composição ‘Aqueles Morros’.” (*Ibid.*, p. 71).

Se a música popular brasileira acompanhou a história das favelas, logicamente um dos assuntos principais abordados nas composições era a pobreza. E, com isso, eram também “cantadas” todas as dificuldades enfrentadas por pessoas que, na condição de cidadãos sem direitos e deveres garantidos, viviam numa situação de constante conflito, seja social, econômico ou até mesmo étnico e cultural. Destacava-se, nesse emaranhado de dificuldades, a questão da remoção e o uso da força na repressão aos moradores das favelas.

A centralidade da característica de ocupação ilegal na definição de favela vai se explicitar (...) na MPB, a partir de uma situação limite: a remoção. Reiteradas vezes presentes na história das favelas brasileiras (...) e das cariocas, em particular, a ameaça da remoção ou a concretização desta também se inscrevem na canção popular, como exemplificam *A Favela vai Abaixo* e *Foram-se os Malandros*.

Além destas, outras composições, produzida sobretudo nos anos 50-70, retomam a mesma temática, registrando, inclusive, as demonstrações de uso da força policial e os incêndios praticados (anos 60) para erradicar a favela do cenário urbano. (ZALUAR & ALVITO, 1998: 74).

Composições populares como “Saudosa Maloca”, de Adoniran Barbosa (1955) e “Opinião”, de Zé Ketí (1963) são exemplos desse tipo de abordagem, com letras que expressam o sofrimento de moradores ao ver seus barracos sendo removidos, e a reação de outros que se recusavam a sair da favela e acabavam sofrendo a repressão policial.

Trecho de “Saudosa Maloca”, de Adoniran Barbosa (1955):

Mas um dia/ "nóis" nem pode se "alembra"/ Veio os "home" com as ferramenta/ E o dono "mandô derrubá"/ Peguemos todas nossas coisas/ E fumos pro meio da rua/ "Apreciá" a demolição/ Que tristeza que "nóis" sentia/ Cada táuba que caía/ Doía no coração/ Matogrosso quis gritar/ Mas em cima eu falei/ Os "home tá cá" razão/ "nóis arranja" outro lugar/ Só "se conformemo"/ Quando o Joca falou/ Deus dá o frio conforme o "cobertô"

Trecho de “Opinião”, de Zé Ketí (1963)

Podem me prender/ Podem me bater/ Podem, até deixar-me sem comer/ Que eu não mudo de opinião/ Daqui do morro/ Eu não saio, não/ Se não tem água/ Eu furo um poço/ Se não tem carne/ Eu compro um osso/ E ponho na sopa/ E deixa andar/ Fale de mim quem quiser falar/ Aqui eu não pago aluguel/ Se eu morrer amanhã, seu doutor/ Estou pertinho do céu

Contudo, não só aspectos negativos da favela e seu cotidiano eram abordados na música. Muitas composições, lembrando obras dignas do período romântico, remetiam – e exacerbavam, por vezes – às qualidades da vida na favela, frequentemente sob um ar nostálgico do autor. Por exemplo, a particular geografia das favelas cariocas, situadas em morros de onde se descortinavam belas vistas da cidade, foi lembrada em diversas composições, que faziam referência “à proximidade com o céu, à imponência dos morros e à beleza da paisagem como forma de exaltação do lugar.” (ZALUAR & ALVITO, 1998: 78), como na composição *Morro* (1944). “Morro...és o primeiro a dar bom-dia/ Ao sol, que nasce no horizonte/ Depois da lua cheia a desmaiar/ Morro... és o primeiro que recebe/ O boa noite das estrelas/ Que gostam tanto de te ouvir cantar”.

Numa espécie de dinâmica cíclica, a música foi também responsável pela

representação da favela como espaço do samba. Se por um lado a música contribuiu para essa representação, não se pode esquecer que essas mesmas composições – cujo estilo predominante era o samba – vinham, em muitos casos, da própria favela, sendo originárias dessas localidades. Vale dizer que o carnaval, o ápice da expressão do samba, era o momento de valorização, destaque e reconhecimento para as favelas e seus moradores.

Paralelamente à sua configuração como espaço do pobre, a favela viria a se consagrar também como espaço do samba. (...) No imaginário da música brasileira, o samba é acionado para representar simultaneamente meio de identificação e valorização do lugar: por intermédio, o samba se afirma positivamente. (*Ibid.*, 82)

O trecho a seguir, extraído da composição “A Voz do Morro”, de Zé Ketí (1955) é bastante representativo a esse respeito: “Eu sou o samba, a voz do morro sou eu mesmo, sim senhor, quero mostrar ao mundo que tenho valor...”.

Segundo Jane Souto de Oliveira e Maria Hortense Macier (1998), as composições populares estabeleciam frequentemente um forte sentimento de alteridade entre a favela e a cidade. “Inúmeras são as referências musicais que tratam a favela como algo alheio, algo que não faz parte, algo, enfim, que é distinto da cidade, não importa a situação, os personagens ou os sentimentos que estejam aí envolvidos.” (*apud* ZALUAR & ALVITO, 1998: 90)

Letras de músicas entre as décadas de 30 e 50, por exemplo, abordavam a trajetória de famílias que deixavam a favela para se estabelecer no asfalto. O tom dramático, devido em grande parte ao frequente insucesso da mudança, fazia referência à nostalgia do ex-favelado quanto a seu local de criação e ao fato de que esse afastamento o faria se “perder” na cidade. Isto é, a cidade aí seria o perigo, a ameaça, e não a favela, que, geralmente, exercia esse papel. “A ênfase, contudo, se centra na inviabilidade de deslocamento favela-cidade, como se muralhas intransponíveis estivessem a separar uma da outra.” (ZALUAR & ALVITO, 1998: 90). Em “Menos eu”, de Roberto Martins e Jorge Faraj (1936), tem-se um exemplo da tristeza generalizada que toma conta de uma favela devido à saída de um morador que acabou sendo envolvido pela “crueldade” da cidade.

Trecho de “Menos eu”:

Eras do morro a mais formosa flor/ Todo mundo cantava em seu louvor/ Todo mundo menos eu (BIS)/ Todo mundo colheu a tremer de desejo/ Entre a flor dos teus labios a flor do teu beijo/ Todo mundo menos eu/ Tu fugiste depois pra' cidade/ A alegria do morro morreu/ Todo mundo chorou de saudade/ Todo mundo menos eu/ Entre as luzes fatais da cidade/ A orgia cruel te envolveu/ Todo mundo chorou de piedade/ Todo mundo menos eu

Outra representação dos moradores das favelas muito explorada pelas composições populares foi, e ainda é, embora sob outra nuance e por meio de adjetivos distintos, a imagem do malandro e da mulata, da mulher fogosa. Muitas referências musicais “associam a favela ao samba, à música, ao botequim e ao jogo, integrando todos esses elementos a uma ética da malandragem” (ZALUAR & ALVITO, 1998: 94), reforçando a noção de marginalidade.

No universo social que assim se delineia, os tipos humanos da favela se reduziram, basicamente, às figuras masculinas do *bamba*, do *malandro* e do *sambista*, que teriam seu correspondente feminino na *mulata*, na *cabrocha* e na *morena faceira* que sabem gingar e têm o samba no pé. (*Ibid*, p. 94)

Trecho de “Foram-se os malandros”, de casquinha e Donga (1928):

(...) Os malandros da Mangueira/ Que vivem da jogatina/ São metidos a valentões/ Mas todos têm a mesma sina (...)

Trecho de “Saudosa Mangueira”, de Herivelto Martins (1954)

Tenho saudade do terreiro da escola/ Eu sou do tempo do Cartola/ Velha guarda o que é que há?/ Eu sou do tempo em que malandro não descia/ Mas a polícia no morro também não subia

A resposta para essa concepção de imagem dos habitantes das favelas está presente em composições como as de Crioulo Doido e Bezerra da Silva, de protesto, mostrando que os verdadeiros criminosos são os de colarinho branco, enquanto que a população favelada é vítima da sociedade. Há também aí a conservação da oposição favela/cidade, o que não impediu, todavia, que uma inclinação pela representação da favela como questão/problemática social fosse, cada vez mais, abordada no cancionário popular, nitidamente a partir das décadas de 60 e 70.

Devido à efervescência política da época, e o advento da militância e do engajamento como palavras-chave do período da Ditadura Militar, a favela passa a ser objeto privilegiado pela produção musical. As composições tinham tom de protesto (por mudanças sociais) e lamento (pela situação dos moradores), dando ao samba contornos dramáticos. Entre os protestos figurava o pedido de reconhecimento dos morros como parte da cidade – num contraponto à exclusão de seus moradores e sua cultura – num tom melodramático, de certa forma, reforçado pela exaltação das qualidades das favelas.

Trecho de “O Morro Não tem Vez”, de Tom Jobim e Vinicius de Moraes:

O morro não tem vez/ E o que ele fez já foi demais/ Mas olhem bem
você/ Quando derem vez ao morro/ Toda a cidade vai cantar/
Samba pede passagem/ O morro quer só estar/ Abram alas pro morro

Trecho de “Feio Não é Bonito”, de Carlos Lyra e Gianfrancesco Guarnieri

Feio, não é bonito/ O morro existe/ Mas pede pra se acabar/ Canta,
mas canta triste/ Porque tristeza/ É só o que se tem pra contar/
Chora, mas chora rindo/ Porque é valente/ E nunca se deixa quebrar/
Ah! Ama, o morro ama/ Um amor aflito, um amor bonito/ Que pede
outra história

Já na década de 70, a linguagem é mais direta e contundente:

o tratamento da favela como questão social se faz de inúmeros ângulos que se complementam: o da insegurança econômica trazida pelo desemprego, pela precariedade do trabalho e pela insuficiência de salários; o do descaso das autoridades e da falta de assistência pública efetiva; o da discriminação social. (ZALUAR e ALVITO, 1998: 100)

Mais recentemente, o que se destaca é a temática da violência cotidiana das favelas. Desde os anos oitentas, com a escalada da violência nos morros cariocas, devido ao crime “organizado” que começa a agir nessas localidades, muitas composições se voltam para a questão da repressão da força policial, além da que é exercida pelos traficantes de drogas. As letras tratam, em muitos casos, jovens moradores de comunidades como vítimas, sujeitos à violência tanto por parte das

autoridades como dos criminosos. A composição “Tiro de Misericórdia” (1977), de João Bosco e Aldir Blanc é exemplificadora. Apesar de datar da década de 70, quando o crime organizado ainda não se instalara de fato nas favelas cariocas, a música relata o caso de um menino nascido no morro que acabou sendo morto por mais de cem tiros. O interessante é que o personagem é constantemente metaforizado por meio de nomes de animais, como “lagartixa” e “cachorro”, expressando a sua condição de vida simples e sofrida.

Trecho de “Tiro de Misericórdia”:

O menino cresceu entre a ronda e a cana/ Correndo nos becos que nem ratazana./ Entre a punha e o afano, entre a carta e a ficha/ Subindo em pedreira que nem lagartixa./ Borel, juramento, urubu, catacumba./ Nas rodas de samba, no eró da macumba./ Matriz, querosene, salgueiro, turano./ Mangueira, são carlos, menino mandando,(...) Grampearam o menino do corpo fechado/ E barbarizaram com mais de cem tiros./ Treze anos de vida sem misericórdia/ E a misericórdia no último tiro./ Morreu como um cachorro e gritou feito um porco/ Depois de pular igual a macaco./ Vou jogar nesses três que nem ele morreu:/ Num jogo cercado pelos sete lados.

3.3 Do Cabeça-de-Porco ao Minhocão

Com esse breve resumo histórico da representação das favelas cariocas, é possível identificar alguns traços centrais que compõem o construto social, por assim dizer, a que corresponde sua imagem. Em primeiro lugar, a pobreza, ora associada à “fraqueza moral” dos moradores, ora vista como consequência da opressão sofrida e de sua péssima condição de vida. Em segundo lugar, principalmente se levarmos em conta as mais recentes representações, aparece a violência, atualmente, diretamente associada ao tráfico de drogas. Em terceiro, a questão higiênica, da insalubridade, já que as favelas careceram (e ainda carecem, em muitos casos), durante boa parte do século 20, de serviços como o saneamento básico. Em quarto lugar, as representações das favelas as associam a um afrontamento à estética da cidade, à feiúra e má conservação, além de as qualificarem como ameaça ao meio-ambiente, circunscrito aí às vegetações das encostas de morros ocupados (representação esta que ganhou força mais recentemente, devido à

ascensão do discurso ambiental). Por último, sua imagem carrega o estigma da ilegalidade, pois são consideradas destarte moradias sem licenças, ocupando espaços pertencentes ao Estado ou a quem quer que seja o proprietário.

É importante destacar que todos esses traços apontam para um cenário de conflito, como se constata no exemplo da demolição do popular Cabeça-de-Porco, no século 19. A representação da favela está, portanto, intrinsecamente relacionada ao enfrentamento, seja na guerra direta com as autoridades, na batalha por reconhecimento de seus habitantes junto aos moradores do asfalto, ou na busca pela garantia de seus direitos, estes ameaçados pela condição de cidadania parcial ou incompleta, como lembra Valladares (2004). E é justamente num cenário de conflito, envolvendo distintos atores sociais, que se deu a cobertura da versão eletrônica do jornal “O Globo”, o GLON, sobre o caso do prédio Minhocão da Rocinha, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Vale dizer desde já que, como a polêmica esteve ligada ao questionamento da legalidade da construção do prédio, cujas dimensões – embora semelhantes às de outras edificações já existentes na favela – chamaram a atenção da mídia, de autoridades e de “moradores do asfalto”, a questão da representação da favela como espaço irregular, desprovido de licença, aparecerá como um dos pontos principais deste trabalho. Mesmo porque, tal imbróglio se deu no contexto da campanha denominada “Choque de Ordem”, promovida pelo recém eleito prefeito Eduardo Paes, que buscava, com isso, combater a ilegalidade e informalidade em diversos setores da vida social carioca.

Com essas informações, tanto sobre a representação histórica das favelas cariocas quanto a respeito do contexto em que se deu a cobertura do GLON sobre o caso Minhocão, abre-se caminho para o próximo capítulo, em que já se iniciam as análises sobre o discurso do veículo eletrônico, começando pelas primeiras reportagens sobre o caso, as quais têm relação direta com a campanha “Choque de Ordem”, promovida pela corrente administração municipal do Rio de Janeiro.

4 Análises

Para uma análise coerente das matérias do veículo eletrônico GLON sobre o caso Minhocão é preciso contextualizar o momento em que tais textos foram produzidos. Isso porque a produção, circulação e consumo dos discursos variam de acordo com o momento histórico, sendo influenciado pelas tendências e modismos teóricos, pelas convenções sociais e disciplinares da época, entre outros aspectos. Segundo Norman Fairclough, cuja análise crítica do discurso (ACD) será de fundamental importância para as análises deste trabalho, a contextualização é de suma relevância para a ACD, já que os discursos são históricos e só podem ser entendidos se em referência a seus contextos.

A série de notícias publicadas sobre o caso Minhocão tem, sem dúvida, motivações históricas, ligadas, num primeiro plano, à expansão das favelas no Rio de Janeiro, fato que preocupa autoridades e a sociedade carioca desde o início do século 20, como foi visto anteriormente. Mas esse é apenas o pano de fundo dessa questão. Se analisarmos o chamado contexto situacional imediato, isto é, aquele que fornece as bases para a compreensão do fato motivador dessa intensa cobertura, que ganhou destaque na mídia carioca entre os meses de março e abril de 2009, é preciso recorrer à chamada campanha “Choque de Ordem”, principal bandeira política da administração municipal do Rio de Janeiro, no mandato de Eduardo Paes, que foi iniciado em janeiro daquele ano. A campanha tem como foco reprimir a informalidade que marca atividades em diferentes setores na cidade, principalmente nas áreas social e econômica. Camelôs, a população de rua e o transporte coletivo ilegal estão entre os alvos prediletos da campanha, a qual não poderia deixar de fora um dos símbolos da informalidade (que é inserida pelas autoridades na categoria ilegalidade) no Rio de Janeiro: as favelas.

Ao contrário de gestões anteriores, que chegaram a ser acusadas por alguns setores da sociedade de fazer vista grossa para o crescimento das favelas (caso das administrações de César Maia durante a década de 90) e de, inclusive, estimular o seu crescimento (Brizola na década de 80), a administração de Eduardo Paes adotou o posicionamento, pelo menos em nível “midiático”, de não somente conter o crescimento das favelas como a regularizar sua situação fundiária e inserir o Estado de fato em seu território. O morro Dona Marta, em Botafogo vem servindo como modelo para essa operação de Paes: muros ao seu redor estão atualmente sendo construídos, casas sendo

numeradas e regularizadas, com seus proprietários adquirindo título de propriedade, e os traficantes da área, desde os anos 90 ali presentes, sempre fortemente armados, parecem ter sido expulsos do morro, após a instalação da chamada UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) na localidade.

Se a administração de Eduardo Paes parece dar um novo rumo às políticas voltadas para as favelas, certos resquícios da histórica relação entre autoridades e favelas parecem subsistir. Além da continuidade das violentas incursões policiais, que não raro transgridem os limites dos direitos humanos, a política de remoção e demolição de edificações nessas localidades ainda ocorre. E foi exatamente isso que aconteceu com o Minhocão, edifício horizontal que estava ainda fase de construção na favela da Rocinha, na Zona Sul da cidade, e acabou sendo demolido em março de 2009.

Assim chamado devido a sua semelhança com o tradicional prédio Minhocão, no bairro da Gávea (próximo à favela da Rocinha), o Minhocão da Rocinha, embora não fosse a maior construção da favela, e apenas mais uma obra de expansão entre as centenas que ocorrem no morro, parece ter sido escolhido como símbolo do que a atual administração municipal estaria disposta a fazer quanto às novas edificações irregulares. Tal qual o Cabeça-de-Porco, que acabou sendo demolido muito mais pelo que representava – pobreza, doenças, falta de pudor e etiqueta, etc. – do que por uma real política que visasse a solucionar o problema da habitação na cidade, o Minhocão foi alvo de uma operação espetacular (que atraiu visibilidade desde seus imbróglios burocráticos até a demolição em si) explorada pela prefeitura para mostrar aos eleitores o que a nova administração reservaria às favelas.

4.1 ACD, discurso e enunciação

Dado o contexto em que foram produzidas e publicadas as notícias sobre o caso Minhocão, seguirão agora as análises das matérias, todas publicadas entre 14/03/09 e 17/04/09. Antes de partir para as análises, contudo, faz-se necessária uma explanação do modelo adotado para sua execução neste trabalho, além da discussão de conceitos-chave como “discurso” e “enunciação”.

Como já foi dito, a análise crítica do discurso (ACD) de Norman Fairclough fornecerá os parâmetros para as análises que aqui serão desenvolvidas. O que interessa

primordialmente no trabalho do estudioso é seu modelo tridimensional de ACD, que considera que qualquer evento discursivo é, ao mesmo tempo, um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social (FAIRCLOUGH, 2001).

A primeira dimensão – discurso como texto – trata de analisar linguisticamente os discursos, operando-se uma leitura de sua gramática, coesão, vocabulário e estrutura textual. Já análise dos textos como prática discursiva deve levar em conta aspectos como a produção do texto, utilizando como ferramenta de análise o conceito de intertextualidade; a distribuição do texto, em que se consideram as transformações sofridas pelos textos de acordo com a ocasião, o público ou seu ator; o consumo dos textos, para a discussão de como são interpretados; e as condições das práticas discursivas, por meio das quais se especificam as práticas sociais de produção e consumo do texto.

A terceira dimensão de análise – discurso como prática social – tem como objetivo especificar “a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001: 289). Trata-se de uma forma de analisar as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que maneira elas moldam a natureza da prática discursiva. Para essa dimensão, há três elementos básicos de análise: a matriz social do discurso, com a qual se verifica como o discurso é fundamentado em relação às estruturas sociais e hegemônicas que o permeiam; as ordens do discurso, donde se pode inferir como foi ordenado e categorizado um texto, e como ele acompanha certos padrões ou os transforma; e os efeitos ideológicos e políticos do discurso, em que se focalizam os efeitos dos textos sobre os sistemas de conhecimento e crença, relações sociais, identidades sociais.

Como se vê, a metodologia de análise de Norman Fairclough, que está longe de ter sido descrita na íntegra, é bem detalhada. Por isso, é preciso adiantar que as análises a serem operadas neste trabalho não utilizarão necessariamente, na análise de cada uma das matérias, todos esses elementos de análise, uma vez que a ideia é fazer uma interpretação o menos engessada possível dos textos. No entanto, a metodologia de Fairclough servirá de parâmetro básico para as análises, sendo seu modelo tridimensional – e o conseqüente uso de parte dos elementos de análise antes apresentados – o principal fundamento para o estudo das matérias desenvolvido a seguir.

Além do método tridimensional de análise de discurso, é preciso esclarecer de que forma são aqui entendidos os conceitos de discurso e enunciado não só por serem centrais na metodologia de Fairclough (e, consequentemente, na avaliação das matérias do GLON neste trabalho), mas por exercerem papel fundamental na ACD em geral.

Existem variadas definições que podem ser empregadas ao conceito de discurso, muitas das quais são discordantes entre si. Porém, é praticamente um consenso o fato de que o discurso não surge do nada, não é puro nem inédito, pois remete, necessariamente, a outros textos, a convenções – como, por exemplo, a forma pela qual se estrutura por meio da gramática, sintaxe, semântica – e responde a fatores conjunturais e estruturais. Isto é, o discurso, como lembra Milton José Pinto (2002), é, antes de tudo, dependente de um contexto sócio-histórico, estando, portanto, sujeito a pressões ideológicas, já que é o campo por excelência da batalha pela hegemonia cultural.

A fala de Pinto coincide com a linha bakhtiniana, a qual parte do princípio de que nenhum projeto discursivo pode se sustentar fora de suas esferas de produção, circulação e recepção. Com base nessa premissa, Bakhtin desenvolve o conceito de enunciado concreto, compreendendo aí formas enunciativas que, afastadas de seus contextos, perdem o seu sentido. Assim, os enunciados são também constituídos por elementos extraverbais, como a forma pela qual está sendo veiculado, a quem está se dirigindo, a que outros textos, convenções ou crenças populares faz referência, além de ser parte de um contexto histórico mais amplo.

A característica distinta dos enunciados concretos consiste precisamente no fato de que eles estabelecem uma miríade de conexões com o contexto extraverbal da vida, e, uma vez separados desse contexto, perdem quase toda sua significação – uma pessoa ignorante do contexto pragmático imediato não compreenderá estes enunciados. (V.N. Voloshinov, op. Cit., s.d. *apud* BRAIT, 2008: 67).

Mas o que seria então o enunciado? Todo enunciado é concreto? Na realidade, o termo enunciado pode consistir em qualquer conjunto de palavras ou frases dispostas de maneira a transmitir uma ideia: “Grosso modo, enunciado equivale a frase, ou seqüências frasais.” (BRAIT, 2008: 63).

No entanto, não se avalia, em tal concepção, se essa ideia fará sentido ou não para o destinatário, pois este pode não estar familiarizado com o contexto ou condições em que se veiculou tal enunciado, ou mesmo a par dos diálogos intertextuais/interdiscursivos presentes em sua estrutura. Já o enunciado concreto

envolve o processo pontual de interação entre os participantes de determinada enunciação, levando-se em conta sua dependência das esferas de produção, circulação e recepção. “O enunciado concreto (e não a abstração lingüística) nasce, vive e morre no processo da interação social entre os participantes da enunciação. Sua forma e significados são determinados basicamente pela forma e caráter dessa interação.” (*Ibid.*, p. 68).

O conceito de enunciado concreto destaca, portanto, o papel do destinatário na própria constituição do discurso, no processo mesmo de enunciação, em que algo em seu estado bruto é transformado em enunciado. De acordo com Bakhtin, pode-se falar em três tipos de destinatários: o destinatário concreto, parceiro e interlocutor direto do diálogo na vida cotidiana; o destinatário presumido, que se instala a partir da circulação do enunciado, e o sobredestinatário, que esfazela fronteiras de espaço e de tempo. Neste trabalho, o segundo tipo – destinatário presumido – é o que balizará as análises do discurso do veículo informativo GLON, cujos enunciados formatados de acordo com os modelos da prática jornalística são dirigidos a um destinatário padrão ou leitor virtual, conceito que será explicado mais adiante.

É comum a atribuição a conjuntos específicos de enunciados a qualidade de discurso, configurando uma espécie de metonímia que faz referência ao que é consensualmente falado em certas áreas acadêmicas, profissionais ou mesmo por povos, comunidades, tipos identitários, etc. Por exemplo, o discurso jornalístico, o psicanalítico, o discurso da Escola de Frankfurt, da esquerda, do favelado, do operariado, entre outros. Enfim, o discurso, nesse sentido, é um conceito instrumental, de organização das idéias. Por isso mesmo, trata-se de uma ferramenta de inclusão/exclusão, de controle dos enunciados, uma vez que “são sistemas de regras que tornam possíveis a ocorrência de certos enunciados, e não outros, em determinados tempos, lugares [daí sua variabilidade sócio-histórica] e localizações institucionais” (FAIRCLOUGH, 2001: 65).

Michel Foucault, que fala em formações discursivas, aponta esse caráter excludente, devido ao controle que tais formações exercem na comunicação de modo geral. O autor explica que isso se dá, por exemplo, por meio de “sistemas de exclusão” (FOUCAULT, 2008: 17-19).

Uma formação discursiva consiste de regras de formação para o conjunto particular de enunciados que pertencem a ela e, mais

especificamente, de regras para a formação de objetos, de regras para a formação de modalidades enunciativas e posições de sujeito, de regras para a formação de conceitos e de regras para a formação de estratégias (FOUCAULT, 1972 *apud* FAIRCLOUGH, 2001: 65).

A propriedade de exclusão, intrínseca, portanto, a qualquer modalidade enunciativa e presente nas estruturas discursivas, carrega em si um forte traço político-ideológico, já que o poder se manifesta exatamente na predileção pela veiculação de um fato, ideia ou teoria, por exemplo, em detrimento de outro. Desse modo, o discurso pode ser entendido como um agente de transformação, manutenção e modulação social, pois é na esfera discursiva que o mundo é continuamente significado e ressignificado.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (FAIRCLOUGH, 2001: 91)

Para resumir, pode-se dizer que o discurso é uma prática que, por meio da veiculação de conjuntos de enunciados, atua na formação de identidades, baliza as relações sociais e envolve a construção de sistemas de conhecimento e crença, estes ao mesmo tempo produtos e campos de produção ideológica. Daí o fato de o discurso estar diretamente ligado à ideologia, quando entendido como prática social, produzindo e moldando significados, visões de mundo, (con)formando identidades e definindo (ao menos num plano simbólico/representativo) o lugar de cada indivíduo na sociedade.

4.2 O fato tornado público

O primeiro grupo de matérias – publicadas entre 14/3 e 16/3 de 2009 – a ser analisado trata do caso Minhocão pela primeira vez, tendo, portanto, como objetivo levar ao conhecimento público o advento das obras que já eram realizadas na favela da Rocinha.

O título da primeira delas, “Rocinha cresce: do Empire State ao Minhocão”⁷ revela destarte o que, de acordo com a abordagem do GLON, representava o Minhocão: o crescimento das favelas no Rio de Janeiro, fato que preocupa a população e autoridades cariocas desde o início do século 20. O título faz ainda referência a outro edifício já construído na favela que, por sua altura, ficou conhecido como ‘Empire State’, um famoso arranha-céu da cidade de Chicago, nos EUA. Assim, o veículo resumiu, por meio de dois marcos simbólicos, o processo de crescimento da Rocinha.

Ainda com relação ao título, pode-se inferir que a preocupação quanto ao crescimento das favelas já se deve a uma nova modalidade de expansão: o crescimento vertical. O que se contrapõe ao tipo de crescimento que era ‘combatido’ pelo discurso de engenheiros e jornalistas ao final do século 19 e ao longo do século 20, basicamente horizontal. É importante atentar também para a frase “Rocinha cresce”, com um verbo nocional (que indica ação) conjugado no presente do indicativo, transformando, assim, em fato o crescimento da favela, embora em nenhum momento na matéria isso seja comprovado.

O *lead* do texto – “A rapidez dos construtores informais em favelas é tamanha que, em uma semana (entre os dias 4 e 11 deste mês), um prédio ainda em tijolos foi emboçado e teve o andar de cima pintado de amarelo” – expressa outra preocupação associada às favelas e que está diretamente relacionada aos objetivos da operação “Choque de Ordem” da prefeitura do Rio: a questão da informalidade. Sem mesmo ter a certeza de que engenheiros e/ou arquitetos estivessem envolvidos no projeto do prédio, o GLON dá como certo que o Minhocão está sendo erguido informalmente, fato que está relacionado à percepção histórica que se tem da forma como são erguidas as edificações nas favelas (vide a maneira como é definido o termo favela segundo o artigo 147 do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro de 1992 (item 2.1)).

Em seguida, a matéria explica o porquê do “apelido” Minhocão: “(...) o apelido surgiu por ser longo e ter apenas dois pavimentos”. É preciso, nesse ponto, destacar o fato de que, ao invés de usar a palavra “nome”, o enunciador optou por “apelido”, reforçando o caráter informal da construção. E, para enfatizar a aceleração do crescimento na favela, segundo a visão do próprio veículo de notícias, o texto ainda menciona a construção de outro edifício próximo ao Minhocão “o que mostra que o

⁷ **Rocinha cresce: do Empire State ao Minhocão.** O Globo Online, 14/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/14/rocinha-cresce-do-empire-state-ao-minhocao-754844082.asp>. Acessado em 17/20/2009.

crescimento da favela não tem freios.” Vê-se que a palavra “freios” remete à ideia de aceleração, e esta, por sua vez, à questão do crescimento desordenado, tida por autoridades, órgãos públicos e pela imprensa em geral como um dos principais problemas urbanísticos da cidade. Ou seja, opera-se aí, ainda que de forma velada, um processo de intertextualidade, em que o veículo dialoga com outras produções textuais, já presumidamente conhecidas de seu público leitor.

Seguem no texto falas de duas pessoas que foram entrevistadas, sendo uma delas o presidente da Federação de Favelas do Rio (Faferj) e a outra, o administrador Regional da Rocinha. A escolha dos entrevistados revela a preferência do GLON por fontes oficiais e/ou institucionais, cujo discurso é automaticamente tido como detentor de credibilidade, tanto pelo veículo quanto por seus leitores, que poderiam desconfiar da fala do presidente da associação de moradores da Rocinha ou um morador qualquer.⁸ Ambos os entrevistados revelam preocupação com o crescimento da favela e, enquanto o primeiro, que não é funcionário público, responsabiliza o governo pelo crescimento desordenado, o outro diz que, após saber pelo GLON (!) da construção do Minhocão, enviou um fiscal à área pra averiguar as obras. Percebe-se, com isso, como a imprensa parece estar muito mais preocupada com a questão do que as próprias autoridades.

É preciso atentar, contudo, para o fato de que a fala dos entrevistados foi publicada na forma de discurso indireto, isto é, sem travessões ou aspas; apenas por meio das palavras do interlocutor, no caso o autor da matéria (que não foi assinada). Ou seja, a representação discursiva é feita de maneira indireta, o que, segundo Fairclough (2002), pode gerar o que chama de ambigüidade lingüística, devido à fusão de vozes que não deixa efetivamente claro quem está falando, o jornal ou o entrevistado.

Foto (figura 1): a foto que acompanha a matéria apresenta imagem interna do prédio. Trata-se de um corredor do edifício que, pela perspectiva enquadrada pelo fotógrafo, mostra-se comprido, confirmando o porquê do apelido Minhocão.

⁸ O uso de fontes – institucionais (oficiais ou oficiosas), não institucionais, de especialistas e representantes de corpos tradicionais – pela imprensa foi estudado por Patrick Charadeau (2006).

Figura 1



Vista de corredor do Minhocão

A segunda matéria que introduz o caso Minhocão ao público leitor é intitulada “Paes visita Minhocão da Rocinha e ameaça demolir construção”⁹ e tem como foco a reação da administração municipal quanto ao assunto. Antes de analisar textualmente essa frase, é preciso destacar o aspecto interdiscursivo que caracteriza a matéria. De acordo com Fairclough (2002), interdiscursividade é uma questão de como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de ordens de discurso. No caso, a matéria está inserida numa lógica de estruturação dos enunciados jornalísticos que está por trás da forma como a cobertura de um dado acontecimento é feita. Para o GLON, a segunda matéria sobre o caso Minhocão não poderia ser outra: teria que ser a respeito da reação das autoridades cariocas quanto à notícia veiculada um dia antes. Essa ordem se repete com frequência na forma como o veículo estrutura sua cobertura jornalística.

Voltando ao título, nota-se que o GLON optou por destacar a ameaça de Eduardo Paes, prefeito da cidade, quanto a demolir o Minhocão. A escolha condiz com a posição histórica dos grandes veículos de comunicação quanto ao que deve ser feito para conter o crescimento das favelas no Rio: remover e demolir. O título é, portanto, ideologizado, contendo essa visão dominante a respeito das favelas. Dito isso, fica claro porque, embora o prefeito tenha apenas suscitado a possibilidade de demolir o Minhocão – condicionando-a à hipótese da construção não ter autorização –, o veículo tenha destacado no título a fala do prefeito de forma mais agressiva e severa. É

⁹ DALE, Joana. **Paes visita Minhocão da Rocinha e ameaça demolir construção**. O Globo Online, 15/03/2008. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/15/paes-visita-minhocao-da-rocinha-ameaca-demolir-construcao-754849313.asp>. Acessado em 17/10/2009.

importante ressaltar também que a expressão “Minhocão da Rocinha” foi então, pela primeira vez, usada pelo veículo. Essa construção de um nome para o edifício em obras, além de facilitar o diálogo com o leitor, foi, ao longo da série de notícias, gerando uma identidade para o “objeto”. Identidade esta que carregou consigo toda a bagagem de representações das favelas que ainda permeiam o imaginário popular, contribuindo para que o Minhocão adquirisse o *status* de símbolo ou marco do “novo” Rio de Janeiro de Eduardo Paes.

O *lead* da matéria não é tradicional. O texto começa descrevendo a subida do prefeito ao morro e sua irritação com um portão de ferro que bloqueava uma das vias de acesso à favela. Nesse ponto, aparece na forma de discurso direto (com travessão) a fala de Paes: “- Você acha que é o dono da rua?”. A passagem, embora não esteja diretamente relacionada ao Minhocão, contrapondo-se ao padrão clássico do *lead*, foi publicada no começo da matéria mesmo assim, para reforçar a preocupação da administração municipal com a desordem urbana do Rio de Janeiro. Jornalisticamente, tal passagem chega a dar um ar esquizofrênico ao texto, mas o veículo eletrônico parece querer confirmar ao leitor o sentimento de desordem na cidade, o que justificaria a demolição do Minhocão e, num plano mais geral, a campanha Choque de Ordem.

Outra passagem mais adiante no texto também remete à questão da desordem no Rio: “Antes mesmo de anunciar sua decisão sobre o problema, Paes disse que ‘a Rocinha não precisa ser uma bagunça’”. Num trecho que combina o discurso indireto e direto, a fala do prefeito remete indiretamente à desordem urbana que serviu de bandeira política para sua campanha eleitoral para prefeito da cidade e diretamente à representação das favelas como locais desorganizados, onde impera a “lei” da informalidade.

Outras falas do prefeito aparecem sempre como discurso direto, o que lhes confere importância e credibilidade. Isso se contrapõe à forma como foi representado o discurso dos responsáveis pelo imóvel em construção. O GLON reservou apenas um parágrafo para exibir os argumentos dos proprietários e sob a forma de discurso indireto, fazendo pouco de seu direito de resposta. A seguir, o que poderia ser um espaço para os proprietários se defenderem, o veículo preferiu publicar praticamente na íntegra a primeira matéria sobre o Minhocão, explicando do que se tratava o caso e mostrando a opinião de outras duas fontes institucionais. Esse “retorno” à matéria anterior remete, de certa forma, à questão da interdiscursividade, que discute a “constituição heterogênea de textos por meio e elementos (tipos de convenção) das

ordens de discurso” (FAIRCLOUGH, 2001: 114). Isto é, o texto obedece a determinada ordem enunciativa, adotando, no caso, o princípio de lembrar ou introduzir ao leitor o acontecimento que deu origem a essa nova matéria, fundamento que é identificado no meio jornalístico como “suíte”. Do francês *suíte*, que significa “sequência”, o termo designa

a sequência que se dá a um assunto, nas edições subsequentes do jornal, quando a matéria é quente e continua a despertar o interesse dos leitores.

(...) o redator, nas *suítes* é obrigado a descrever resumidamente o enfoque principal do que já se divulgou. Deve mostrar *fatos novos* e também resumir a notícia em si para avivar a memória dos que leram os exemplares anteriores ou permitir que aqueles que não o fizeram possam entender o que está redigido. (ERBOLATO, 1991: 74)

Foto (figura 2): a imagem é do prefeito Eduardo Paes rodeado de pessoas não identificadas. Mas pode-se presumir que há repórteres, cinegrafistas, moradores e autoridades no local. A legenda limita-se a dizer “Prefeito Eduardo Paes visita Minhocão da Rocinha”, praticamente igual ao título da matéria. Ao fundo, encontra-se a construção alvo da polêmica.

Figura 2



O prefeito Eduardo Paes visita a Rocinha

A próxima notícia é anunciada com a manchete “Secretário de Urbanismo confirma que Minhocão da Rocinha não tem licença e embarga obra”.¹⁰ Alguns

¹⁰ SCHMIDT, Selma. **Secretário de Urbanismo confirma que Minhocão da Rocinha não tem licença e embarga obra.** O Globo Online, 16/03/2009. Disponível em

comentários a respeito dessa frase devem ser tecidos. Em primeiro lugar, mais uma vez, o veículo recorre a uma fonte institucional (o secretário), o que ratifica a predileção do periódico pelo discurso oficioso ao popular. Em segundo lugar, é preciso comentar o uso do vocábulo “confirma”, que tem na frase a função de verbo nocional da oração principal do período, completado por uma oração subordinada objetiva direta – ou seja, tal verbo é, de fato, a base da manchete. A utilização do vocábulo ocorre por este motivo: o veículo e seus leitores têm firmado um contrato de comunicação, o que significa que o receptor da informação (o leitor) e o enunciador (o veículo) já possuem, respectivamente, uma expectativa quanto ao que será publicado e uma pré-concepção do perfil de seu público alvo. Patrick Charadeau explica a expressão contrato comunicacional no seguinte trecho:

O necessário reconhecimento recíproco das restrições da situação pelos parceiros da troca linguageira nos leva a dizer que estes estão ligados por uma espécie de acordo prévio sobre os dados desse quadro de referência. (CHARADEAU, 2006 *apud* MOREIRA, D. J., 2009:46)

Ao coletar informações, escrever, editar o texto e diagramar o material, o jornalista estabelece como parâmetro um tipo, um perfil de leitor, com base em pesquisas estatísticas que pontuem características a respeito dos leitores do veículo para o qual trabalha. Esse leitor, no entanto, não é real, pois as pesquisas fornecem apenas indícios de sua personalidade ou identidade, já que a subjetividade não pode ser transcrita ou interpretada por meio, por exemplo, do número de cômodos da residência de um indivíduo¹¹. Daí o conceito de Márcia Benetti, que fala em “leitor virtual” – além do enunciador e do leitor real – que é para quem “o enunciador imagina estar falando” (*apud* DEODORO, 2009: 46)

Sendo assim, o acordo prévio entre as partes (O GLON e seus leitores) permitiu o uso de “confirmar”, já que era esperado que a construção na Rocinha fosse ilegal; afinal, assim são vistas e representadas historicamente as construções nas favelas. O discurso hegemônico, portanto, prevaleceu aí.

<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/16/secretario-de-urbanismo-confirma-que-minhocao-da-rocinha-nao-tem-licenca-embarga-obra-754855633.asp> . Acessado em 17/10/2009.

¹¹ Esse é um dos critérios utilizados em pesquisas que visam a classificar uma pessoa por classe social, dado relevado na constituição do leitor médio de jornais.

O *lead* da matéria trata da reunião que ocorreria no dia entre o prefeito Eduardo Paes e outras autoridades, entre elas o secretário de urbanismo mencionado na manchete, para discutir o caso “Minhocão da Rocinha”, como relata o enunciador. A frase termina “suitando” o caso, lembrando ao leitor do que se trata o Minhocão e a denúncia feita pelo Globo (versão impressa). Ao contrário do *lead* anterior, esse já se enquadra num modelo clássico, explicitando a relação de continuidade para com a matéria anterior. Pode-se arriscar dizer que se trata de um caso de intertextualidade manifesta, “em que se recorre explicitamente a outros textos específicos” (FAIRCLOUGH, 2001: 114), como se vê no trecho final do *lead* – “(...) e que foi denunciado pelo GLOBO no domingo.”:

O prefeito Eduardo Paes se reúne nesta segunda-feira às 16h, no Palácio da Cidade, com os secretários de Urbanismo, Sergio Dias, e de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, para trata do Minhocão da Rocinha, prédio de dois andares que está em fase de construção na favela e que foi denunciado pelo GLOBO no domingo.¹²

A seguir, o enunciador representa o discurso do secretário Sérgio Dias por meio do discurso indireto. O entrevistado afirma que a “obra não tem licença” e que os responsáveis pela construção haviam sido notificados, ficando a obra embargada. Esse momento é crucial, pois é a partir daí – da fala de uma fonte institucional detentora de autoridade – que o GLON passa a tratar aprioristicamente o Minhocão como um empreendimento ilegal.

No parágrafo seguinte, o enunciador relembra o que o prefeito Eduardo Paes disse durante sua visita ao Minhocão, quando o qualificou como um empreendimento imobiliário e afirmou que “a Rocinha não precisava ser uma bagunça”. Assim, pôde reforçar a ideia de que o imóvel devia ser demolido, pois não seria voltado para o estabelecimento de uma família, mas para o aluguel ou compra de apartamentos. Fato este que justificaria sua derrubada, embora não isso não tenha sido, no texto, respaldado por lei alguma.

A favela, por conseguinte, embora seja parte integrante do sistema social, tendo uma funcionalidade específica dentro desse tipo de organização – capitalista, democrática –, é impedida aí – num nível simbólico, porque, na prática, o Estado não

¹² SCHMIDT, Selma. **Secretário de Urbanismo confirma que Minhocão da Rocinha não tem licença e embarga obra**. O Globo Online, 16/03/2009. Disponível em

consegue regular o mercado imobiliário em favelas – de inserir-se oficiosamente em todas as áreas e atividades capitalistas. Nota-se, com isso, o grau da não aceitação das favelas pela sociedade, que segue com a fantasia de sua erradicação total da cidade. Pode-se perguntar: por que não deixar o mercado imobiliário aquecer na área, como em qualquer outra localidade do município, já que a tendência é que os imóveis se valorizem e, com isso, as pessoas melhorem de qualidade de vida? Isso ocorre porque a questão da inserção ou exclusão social das favelas envolve uma batalha ideológica, mais que simplesmente operacional. Não se trata de um conflito judicial, devido à legalidade ou não da ocupação do terreno pela favela, mas um conflito que conserva disputas de classe, preconceito racial / étnico, e, em sua raiz, é motivado pela significação hegemônica das favelas, processo que abarca as representações sociais feitas sobre elas.

Entende-se por hegemonia a produção de uma vontade geral consensual por meio da aquiescência dos dominados à ordem social, bem em acordo com Antonio Gramsci. Quando se diz “significação” ou “representação hegemônica das favelas”, portanto, faz-se referência à síntese de uma “vontade coletiva”, baseada em certas convenções, consensos ou mesmo dogmas, que passa a orientar ações políticas, econômicas e culturais responsáveis por estabelecer o lugar das favelas na sociedade. E essa vontade, segundo Gramsci, se forma por meio da ideologia.

(...) as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma – sendo que esta distinção entre forma e conteúdo é puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasmas individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 1995 *apud* DEODORO, J. M., 2009: 15).

Dáí o fato de a(s) matéria(s) em análise remeter(em) a uma batalha ideológica. A ideologia, que não deixa de ser uma forma particular de significação do mundo que está impregnada no discurso do GLON – como em qualquer outro enunciador –, confere um *status* simbólico ao caso Minhocão que, por isso, deixa de ser um caso anônimo, ou passível de ser resolvido somente pela Justiça. O Poder Executivo interferiu no caso justamente por sua dimensão simbólica, movida por um discurso ideológico que compõe o quadro hegemônico que estrutura a significação, a produção de sentidos na sociedade brasileira.

Para finalizar a análise da matéria “Secretário de Urbanismo confirma que Minhocão da Rocinha não tem licença e embarga obra”, deve-se destacar, uma vez mais, a repetição de trechos da primeira matéria sobre o caso Minhocão, em que se identifica e explica o que é o Minhocão, e se comenta sobre outra construção sendo feita próximo a ele, lembrando que ambas não chegam a superar o “Empire State”, maior prédio da favela. A republicação desse trecho, somada à repetição da fala do presidente da Federação das Favelas do Rio, que expressa preocupação com o crescimento das favelas na cidade, tem a função de lembrar o leitor do que se trata o caso (complementando a suíte), reforçando o cenário já montado pelo veículo quanto à situação da favela, marcada como desordenada e em expansão.

Foto (Figura 2): a imagem é a mesma da matéria anterior, em que Eduardo Paes aparece com o Minhocão ao fundo, em sua visita ao local. A imagem é repetida porque segue tratando da reação do poder executivo, do qual Paes é símbolo, quanto ao caso denunciado pelo veículo eletrônico.

A forma como vem anunciada a quarta matéria, “Prédio Horizontal da Rocinha teve licença negada e poderá ser demolido nesta terça”¹³, que fecha o primeiro grupo de notícias sobre o caso Minhocão, mostra como a construção já adquirira identidade: a retransmissão da notícia, pela primeira vez, aparece como “Minhocão” (nas duas primeiras fora “Novas construções” e, na terceira, “Desordem”). Sobre a manchete, é preciso comentar que a utilização da expressão “Prédio horizontal da Rocinha” foi usada para que não se repetisse o nome “Minhocão”, já presente na retransmissão. Trata-se de uma estrutura enunciativa convencionada no discurso jornalístico, que evita a repetição ao mesmo tempo em que propicia a complementação da informação: pela retransmissão, já se sabe o nome da construção e, pela manchete, que ela consiste num prédio horizontal na favela da Rocinha.

O ponto fundamental a ser destacado na matéria é o anúncio de que o Minhocão poderia ser demolido na terça-feira seguinte, quando, no próprio *lead* (no segundo período do *lead*) revela-se o quão incerta seria essa derrubada, já que tal notícia havia apenas circulado na favela (até agora sem voz alguma nas matérias) e entre vereadores: “O Minhocão da Rocinha, denunciado pelo GLOBO no domingo, poderá ser derrubado na manhã desta terça-feira. A notícia circulou na noite desta segunda-feira na favela e

¹³ **Prédio Horizontal da Rocinha teve licença negada e poderá ser demolido nesta terça.** O Globo Online, 16/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/16/predio-horizontal-da-rocinha-teve-licenca-negada-podera-ser-demolido-nesta-terca-754867463.asp>. Acessado em 17/10/2009.

na Câmara dos Vereadores”.¹⁴ Está certo que o enunciador não deu como certa a demolição, ao utilizar a locução verbal “poderá ser”, em que se remete a uma hipótese. Mas a referência a essa hipótese na manchete, aparecendo como oração coordenada aditiva, junto à principal, “Prédio horizontal da Rocinha teve licença negada”, revela, nas entrelinhas, mais que uma relação de adição, mas de causa. Isto é: sem licença, o empreendimento é considerado ilegal e, por isso, sem mais discussões, deveria ser demolido.

O texto confirma apenas que, segundo o secretário de Urbanismo, Sérgio Dias, já entrevistado na matéria anterior, o Minhocão não teria licença para ser erguido, porém, não garante que o prédio seria demolido. E mais uma vez, o enunciador repete que a proprietária do imóvel, Maria Clara dos Santos, apresentara ao prefeito, em sua visita à Rocinha, um protocolo de pedido de licença de 2007, o que, nas palavras de Eduardo Paes em matéria anterior, havia sido qualificado como insuficiente. Destaca-se aí que, até o momento, a proprietária do imóvel não foi sequer ouvida pelo GLON, como se não fosse “personagem” fundamental no imbróglio.

O último parágrafo do texto consiste na repetição da fala do prefeito em sua visita à favela, quando qualifica o Minhocão como empreendimento imobiliário. O enunciador acrescenta, contudo, uma frase significativa de Eduardo Paes: “As pessoas precisam parar de enfrentar a ordem e obedecer às regras criadas justamente para proteger a população”. O trecho é importante porque revela como o caso Minhocão envolve mais do que um simples problema de licença para se construir na cidade. A construção é explorada pelo Poder Executivo como exemplo – como o prefeito diz literalmente “Se for o caso, sua demolição vai servir de exemplo.” – de qual será sua conduta quanto à desordem urbana no Rio. Porém, cabe aqui questionar: o que é a ordem, senão uma representação hegemônica, consensualmente aceita, do que é melhor para a convivência de todos os indivíduos? A frase do prefeito incita a adoção de uma postura essencialmente reacionária, conservadora ou retrógrada – “deixar de enfrentar a ordem” –, para que, assim, seja possível a proteção das pessoas. Ou seja, o Estado só poderá exercer seu papel de protetor e realmente “entrar” na favela, quando seus moradores passarem a obedecer às leis, e adotarem comportamento adequado às convenções sociais que, apesar de estarem estabelecidas no nível da significação, tendo raízes culturais, são naturalizadas pelo GLON.

¹⁴ Idem.

O enunciador, inclusive, trata as favelas como espaços antagônicos à ordem social, enfim, fora de ordem, o que torna possível fazer uma breve analogia entre a forma como são representadas as favelas, o modo como o Estado age em relação a esses espaços (por meio de políticas públicas, repressão, etc.), e as prisões, que são, por excelência, o lugar ao qual são enviados os cidadãos excluídos/rejeitados da sociedade. É lógico que um morador da favela possui infinitamente mais liberdade do que um presidiário, mas a comparação se faz valer porque não só seu direito de ir e vir sofre um processo diário de cerceamento, como parte significativa de seus moradores – principalmente os jovens – acabam tendo como destino a cadeia. Fato que passa, em primeiro lugar, pela questão da criminalização da pobreza, como lembra Zygmunt Bauman. O autor explica, em “Globalização: as consequências humanas”¹⁵, que, enquanto a elite tem um nível de mobilidade global – o que, inclusive, dificulta a fiscalização e punição de negociações ilegais, crimes e contravenções que assumem proporções muito maiores que muitos dos crimes cometidos por moradores de favelas e que são diariamente punidos – os mais pobres ficam sujeitos aos “guardiães da ordem, num nível local.

Todos esses fatores considerados em conjunto convergem para um efeito comum: a identificação do crime com os “desclassificados” (sempre locais) ou, o que vem dar praticamente no mesmo, a criminalização da pobreza. Os tipos mais comuns de criminosos na visão do público vêm quase sem exceção da ‘base’ da sociedade. Os guetos urbanos e as zonas proibidas são considerados áreas produtoras de crime e criminosos. (BAUMAN, 1999: 134)

Os moradores das favelas vivem, portanto, num mundo à parte, de certa forma, confinados, por estarem socialmente excluídos em algum nível (já que a exclusão social varia de favela para outra) e, por isso, estão sujeitos a uma atuação distinta do Estado, seja no fornecimento de serviços básicos, seja em termos da repressão dos aparelhos do Estado. Repressão esta que é repetidamente exercida sobre as favelas e seus moradores acima de tudo pela visibilidade que tais operações adquirem junto ao público. Apreensões de drogas, armas, mortes e tiroteios repercutem muito mais nos jornais – devido a seu caráter espetacular e pelo poder apelativo do que está relacionado mais diretamente à segurança individual das pessoas – do que, por exemplo, o desmembramento de quadrilhas do alto escalão especializadas em fraudar licitações

¹⁵ BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999

para o governo, ou desviar recursos da União; crimes que estão na origem mesma da segurança tão protelada pela mídia e reclamada pelos cidadãos.

O que quer que se possa fazer a respeito da segurança é incomparavelmente mais espetacular, visível, ‘televisível’, que qualquer gesto voltado para as causas mais profundas do mal-estar mas – pela mesma razão – menos palpáveis e aparentemente mais abstratas. O combate ao crime, como o próprio crime e particularmente o crime contra os corpos e a propriedade privada, dá um excelente e excitante espetáculo, eminentemente assistível. (*Ibid*, p. 126)

O GLON parece também desconsiderar os moradores das favelas como leitores ou mesmo sujeitos: praticamente não lhes dá voz ou imagem que seja minimamente distante de algo fortemente estereotipado; como se fossem objetos de um trabalho de análise distante, de quem está de fora procurando resolver o problema; como se os moradores dispensassem *a priori* qualquer forma de ordem ou mesmo desenvolvimento para suas comunidades ou bairros. Daí a justificativa- veladamente acordada – para o desinteresse (ou estratégia) pela parca inclusão de seus depoimentos nas matérias. Os moradores das favelas são, freqüente e contraditoriamente, excluídos e marginalizados de sua própria agenda social.

Há, por conseguinte, um trabalho político-ideológico operado nessa última matéria. Político porque desempenha trabalho de manutenção das relações de poder, ao estabelecer uma relação de causa entre o não licenciamento do Minhocão e sua demolição, e ao publicar a fala do prefeito, cuja autoridade e poder de decisão contribuem para a factualização das idéias contidas no texto, orientando a população a obedecer às leis, e a não enfrentá-las. Ideológico porque, em paralelo ao trabalho político, a força ideológica do texto, por meio da fala do prefeito principalmente, mantém e naturaliza as convenções e significados sociais.

Foto (figura 2): Mais uma vez se repete a foto de Eduardo Paes, em sua visita ao Minhocão. Fecha-se nesse ponto, o primeiro grupo de matérias, que consistiu na apresentação e identificação do Minhocão e a conseqüente reação do Poder Executivo.

4.3 Executivo vs. Judiciário

Este próximo grupo de matérias abarca as disputas judiciais que se deram entre a prefeitura (poder executivo), parte interessada na demolição do Minhocão, e defensores públicos que visavam ao impedimento da remoção do prédio da Rocinha.

Por consistir num grande número de matérias (17 ao todo), as análises não serão feitas de forma tão pormenorizada como o foram em relação ao primeiro grupo, em que cada um dos textos foi detalhadamente descrito e interpretado. A partir de agora, o conjunto das matérias é que será analisado, o que não impedirá que interpretações e descrições pontuais sejam feitas, com base nos títulos, *leads*, palavras, orações e períodos desses textos. Esta nova forma de abordagem se justifica não somente pelo grande número de matérias, como também pelo fato de que muitos desses enunciados são repetitivos, já que, na condição de veículo eletrônico, o GLON publicava textos, muitas vezes, com diferença de minutos, não apresentando estruturas textuais significativamente diferenciadas, o que tornaria as análises repetitivas.

Estas matérias já não têm a preocupação de apresentar o Minhocão ao leitor, nem mesmo por meio de suítes, como foi feito nos enunciados precedentes. Isso porque o enunciador considera que o leitor já tem conhecimento do caso. Como recurso, quando o Minhocão é citado pela primeira vez no *lead* destas matérias, o enunciador lhe emprega um *hiperlink*, permitindo ao leitor acessar matérias anteriores que descrevem e explicam do que se trata a construção. Trata-se de uma das propriedades dos textos em plataforma eletrônica, que, por meio da “hiperlinkagem”, podem fazer uma remissão direta a outros textos, o que, em alguns casos, constitui a prática da intertextualidade. É importante salientar, entretanto, que não é sempre que o hiperlink representa a ocorrência de dialogismo textual, no sentido bakhtianiano. No caso dessa última matéria, há, sem dúvida, o diálogo, por meio do link “Minhocão”, com outro texto que se insere na ordem discursiva, isto é, na série de enunciados sobre o caso Minhocão, e que complementa a leitura, permitindo ao enunciatário relembrar ou tomar conhecimento do termo e ficar a par do acontecimento. Contudo, a “hiperlinkagem”, que se faz presente em grande parte dos textos em plataforma eletrônica, frequentemente tem o objetivo de conduzir o leitor a textos novos, que podem estar conectados ao texto lido no momento apenas por uma palavra e não por um contexto igual ou semelhante. Para exemplificar: se, no caso, a palavra “Minhocão” levasse a

outro texto sobre a lenda do Minhocão (cobra gigante que vive às margens do Rio Cuiabá), o *hiperlink* não configuraria prática intertextual no sentido de diálogo entre textos – em que um enunciado responde a outro previamente feito – que é o que está sendo avaliado nas análises deste trabalho.

(...) o hipertexto não garante a intertextualidade, pois o fato de linkar um texto a outro não garante, necessariamente, o fenômeno intertextual. Assim, (...) o link, a rigor, gera a hipertextualidade e não a intertextualidade, pois o que percebemos é que a intertextualidade pode até ser explicitada em um link, mas não gerada por ele. (ARAÚJO & LOBO-SOUZA, 2009: 580)¹⁶

Na primeira matéria deste grupo, “Prefeitura vai recorrer da liminar que suspendeu demolição do Minhocão da Rocinha”,¹⁷ duas passagens revelam como foi se redesenhando a estratégia discursiva do GLON. A primeira consiste na colocação, no meio do texto, de um link com a frase “Juíza proíbe também demolição de minishopping em Jacarépaguá”. É importante destacar tal passagem porque, em muitas outras oportunidades, nas matérias que virão a seguir, o veículo aproveitou para fazer referência, a partir do caso Minhocão, a outros casos de construções ilegais na cidade, o que reforça a condição simbólica do prédio da Rocinha: exemplo a todas as outras construções ilegais; exemplo da atitude e posicionamento da prefeitura quanto à desordem urbana no Rio. O segundo trecho a ser destacado é o que menciona pela primeira vez na série de notícias sobre o Minhocão a proprietária do empreendimento, Maria Clara dos Santos. Além do fato de que essa “personagem” foi apresentada tardiamente (somente na quinta matéria sobre o Minhocão), o que ratifica a predileção do veículo por fontes institucionais em detrimento de vozes não oficiais, é preciso destacar a forma como ela foi apresentada: “A proprietária do prédio, Maria clara dos Santos, conhecida na Rocinha como MC Boquinha (...)”. É explícita aí a tentativa do veículo de desqualificar a imagem da proprietária do prédio ao apresentá-la como “funkeira” conhecida na favela, por meio de um apelido como MC Boquinha. O enunciador tem o conhecimento de que o funk é, no meio social conservador, um

¹⁶ ARAÚJO, J. C. & SOUZA-LOBO, A. C. **Considerações sobre a intertextualidade no hipertexto**. In Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v. 9, n. 3, p. 565-583, set./dez. 2009. Disponível em <http://74.125.155.132/scholar?q=cache:V9pHWldq7ZoJ:scholar.google.com/+Considera%C3%A7%C3%B5es+sobre+a+intertextualidade+no+hipertexto&hl=pt-BR>. Acessado em 20/10/2009.

¹⁷ BASTOS, Isabela; DE CÁSSIA, Cristiane & SCHMIDT, Selma. **Prefeitura vai recorrer da liminar que suspendeu demolição do Minhocão da Rocinha**. O Globo Online, 17/03/2009. Disponível em

movimento cultural marginalizado, associado a drogas, violência e favelas, o que está estabelecido no contrato comunicacional com o leitor do GLON. Por isso, embora não haja fundamentalmente razões para trazer à tona essa informação – uma vez que a condição legal ou ilegal do imóvel independe do fato de sua proprietária ser ou não “funkeira” – o enunciador destaca, a partir dessa matéria (pois isso se repete nas outras), a associação de Maria Clara dos Santos com o funk, procurando denegrir sua reputação, ao tratá-la como mais um ser genérico, “perdido” na massa, sem gosto para a Grande Arte. A exploração dessa representação da proprietária do imóvel como funkeira não foi feita por acaso. Como foi mostrado no capítulo 3, as moradoras das favelas foram, por muito tempo, representadas como mulatas faceiras, com gingado e samba no pé, o que passava uma imagem de sensualidade e malandragem, além de reforçar a associação da raça negra à dança – o que remete a rituais tribais, ao primitivo, ao contraponto da civilização, atraso, etc. – e, nas entrelinhas, à falta de apego pelo trabalho. Lia-se, portanto: os negros e favelados em geral não são pessoas sérias. De maneira análoga, Maria Clara dos Santos foi apresentada como funkeira, sendo que o funk, como foi dito, é alvo de significativo preconceito e, inclusive, repressão por parte do Estado, como já ocorreu com o samba. Por conseguinte, assim apresentada, a figura da proprietária do Minhocão foi deslegitimizada junto aos leitores do GLON.

A apresentação foi acompanhada pela primeira frase de Maria Clara dos Santos em sua defesa, publicada em forma de discurso indireto. No parágrafo seguinte, há uma fala sua sob forma de discurso direto (com travessão), em que afirma viver com seu marido e cinco filhos. O interessante é que o enunciador não lhe permite terminar a frase, pois interrompe o discurso direto, inserindo um travessão e a conclusão da entrevista de Maria Clara dos Santos em forma de discurso indireto, que estrutura igualmente o próximo parágrafo, composto também por outra fala da proprietária do imóvel. Ou seja, o enunciador optou por representar de maneira indireta o discurso de Maria Clara dos Santos – em teoria, um dos “personagens” principais do caso –, gerando certa ambiguidade de vozes. Assim, conferiu menos importância a sua fala e contribui para uma espécie de fragmentação de seu discurso, este desmontado e moldado pelo enunciador. Segue o trecho:

– Estou aqui vivendo num quarto com meus cinco filhos, um neto e meu marido – alegou Maria Clara, acrescentando que quem a está ajudando financeiramente a construir o Minhocão é o sobrinho Frederico Salviano dos Santos, que ajudou a criar e estaria com leucemia morando na Alemanha.¹⁸

Como se viu, a primeira matéria deste grupo inaugura as batalhas judiciais que se deram para decidir o futuro do Minhocão. Novamente, fontes institucionais dominam os textos, que acabam sendo fundamentados com base em suas afirmações. Juízes, advogados e políticos – como o secretário Rodrigo Bethlem e o prefeito Eduardo Paes – estão entre os entrevistados e, apesar de, no mais das vezes, sua visão ter sido apresentada como favorável à demolição, no âmbito da Justiça, a decisão não foi tomada com facilidade, vide o jogo de liminares que ocorreu durante aproximadamente um mês. Tal fato é um dos indícios que apontam para a ideologização do discurso do veículo, que, desde o início, deixava implícito (já que deu espaço basicamente a fontes institucionais com opinião favorável à demolição, pela forma como estruturou o texto, pelos adjetivos usados, etc.) que a decisão correta – e óbvia – a ser tomada era demolir o Minhocão.

As duas matérias seguintes enfocam acontecimentos relacionados à temática exposta, isto é, o assunto que, no momento, permeava a agenda social de debates, por meio da exposição do caso Minhocão. A primeira, “Pereirão em Laranjeiras será próxima comunidade a ganhar regras para a construção de imóveis residenciais”¹⁹, afirma que outra favela da cidade – o Pereirão, em Laranjeiras – ganharia regras para construção de residências, com base no decreto então assinado pelo prefeito Eduardo Paes, devido ao caso Minhocão, que, segundo a matéria, “proíbe novas edificações de uso residencial ou multifamiliar na Rocinha (...)”. A outra, “Justiça proíbe demolição de minishopping irregular em Jacarepaguá”²⁰ conta que a mesma juíza que havia impedido a demolição do Minhocão – pois, a essa altura, o “jogo de liminares” já ocorria – decidira impedir a demolição de nova construção.

¹⁸ Idem.

¹⁹ **Pereirão em Laranjeiras será próxima comunidade a ganhar regras para a construção de imóveis residenciais.** O Globo Online, 18/02/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/pereirao-em-laranjeiras-sera-proxima-comunidade-ganhar-regras-para-construcao-de-imoveis-residenciais-754884920.asp>. Acessado em 17/10/2009.

²⁰ **Justiça proíbe demolição de minishopping irregular em Jacarepaguá.** O Globo Online, 17/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/justica-proibe-demolicao-de-mini-shopping-irregular-em-jacarepagua-754872766.asp>. Acessado em 17/20/2009.

Ambos os textos têm uma função em comum: mostrar como o problema da informalidade e do crescimento desordenado é uma questão presente em outros espaços da cidade, assim, reforçando o caráter simbólico do Minhocão, uma espécie de bode expiatório explorado pela prefeitura. Mas a última matéria cumpre ainda com o papel de politizar, em alguma medida, a ação da juíza. Embora a nota tenha sido estruturada de maneira factual, sem adjetivos, ironias implícitas ou com a representação indireta do discurso da juíza, cuja fala aparece em forma direta, ocupando espaço central do texto, a circunstância em que foi publicada acaba forçando tal interpretação. Explica-se: como a juíza, uma voz institucional, acabou atuando como voz dissonante ao discurso do GLON, o qual destacara, até o momento, basicamente falas favoráveis à demolição, o veículo tratou de noticiar outra decisão de mesma natureza da juíza, a fim de construir uma imagem negativa dela perante os leitores, os quais, segundo o contrato comunicacional “estabelecido”, estariam a favor da demolição do Minhocão. É como se a juíza tivesse seu discurso politizado, como se a decisão de demolir o Minhocão fosse advinda de um posicionamento político-ideológico e não da razão e ética puras, que deveriam, essas sim, nortear a decisão. “Por isso”, diz o GLON implicitamente, “que a demolição foi impedida: porque a juíza se deixou levar por seus ideais”.

As duas próximas matérias foram publicadas num espaço de 45 minutos. Às 19:41 h do dia 17/3, o texto “Advogados do Minhocão da Rocinha renunciam ao processo”²¹ foi publicado, anunciando o afastamento dos advogados que solicitaram a liminar impedindo a demolição do Minhocão. A notícia foi dada com base em informação do vereador Claudinho da Academia, que já aparecera em matéria anterior defendendo a não demolição do Minhocão, em entrevista ao sítio G1 (pertencente às organizações Globo). O texto revela que os advogados eram funcionários públicos, o que os impediria de advogar. A segunda matéria “Advogados do Minhocão da Rocinha são funcionários do vereador Claudinho da Academia”²², publicada às 20:26, foi uma espécie de atualização da anterior. Ela preocupou-se em mostrar a relação entre o vereador, também presidente da associação de moradores da Rocinha (outra voz dissonante) e os advogados que assinaram o pedido da liminar. Assim, o veículo associou uma vez mais, o Minhocão à ilegalidade, já que os defensores da causa

²¹ **Advogados do Minhocão da Rocinha renunciam ao processo.** O Globo Online, 17/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/advogados-do-minhocao-da-rocinha-renunciam-ao-processo-754880345.asp>. Acessado em 17/10/2009.

trabalhavam de forma irregular no caso. Associação esta que remete à representação histórica das favelas como espaço antagônico ao paradigma da ordem. Há aí, portanto, uma referência a outros textos que construíram a significação social da favela e que ainda constituem a representação, a percepção hegemônica das favelas. Mais uma vez, a intertextualidade se fez presente na estrutura discursiva em análise. O que não é algo novo, como explica Roland Barthes.

Qualquer texto é um novo tecido de citações passadas. Pedacos de código, modelos rítmicos, fragmentos de linguagens sociais, etc, passam através do texto e são redistribuídos dentro dele visto que sempre existe linguagem antes e em torno do texto (BARTHES, 1987 *apud* Intersecção com as teorias do contemporâneo).²³

No entanto, cabe atentar para essa forma de estruturação do discurso da mídia, a fim de que se possa compreender que o conteúdo dos textos não é produto exclusivo da subjetividade ou criatividade de seu produtor, mas o resultado de uma filtragem de outras produções, enfim, da cultura em geral.

Essa referência indireta – ou mesmo direta – a textos anteriores gera alguns efeitos sobre a formação dos discursos. Contribui, por exemplo, para seu engessamento, para uma limitação das possibilidades de abertura das discussões e publicação de outras opiniões, uma vez que as discussões seguem girando sempre em torno dos mesmos acontecimentos, com base nos mesmos relatos, em suas réplicas e tréplicas; em seus comentários, os quais, para Foucault, são uma forma de exclusão dos enunciados. Pois, no final das contas, o comentário não diz nada de realmente novo. O comentário, segundo o autor, diz pela primeira vez o que já havia sido dito e repete aquilo que jamais havia sido dito. "O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta." (FOUCAULT, 1996: 26).

Assim, por utilizarem como parâmetro traços representativos consensualmente aceitos das favelas, por explorarem estereótipos e mesmo visões-clichê sobre elas, o GLON não poderia mesmo abrir uma discussão diferente, mais profunda ou que não apontasse precocemente que a solução seria a demolição, a remoção do imóvel, atitude esta que condiz com o posicionamento histórico das autoridades e mesmo da população

²² Advogados do Minhocão da Rocinha são funcionários do vereador Claudinho da Academia. O Globo Online, 17/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/advogados-do-minhocao-da-rocinha-renunciam-ao-processo-754880345.asp>. Acessado em 17/10/2009.

²³ Disponível em <http://www.unicamp.br/~hans/mh/intersec.html>. Acessado em 29/09/2009.

das classes média e alta quanto ao que deve ser feito com as favelas.

As matérias que seguem se revezam em abordar a disputa entre a prefeitura, interessada na demolição do Minhocão, e advogados que defendem a proprietária do imóvel, além de apontar irregularidades relacionadas à obra. São freqüentes as manchetes iniciadas em “Justiça revoga (...)”; “Justiça suspende (...)”; “Prefeitura vai recorrer (...)”; “Liminar adia mais uma vez (...)” enunciados que revelam a acirrada disputa que se deu em torno do tema, com um importante detalhe: nas matérias sobre as decisões de juízes favoráveis à demolição, como “Justiça revoga decisão que impedia demolição do Minhocão da Rocinha”²⁴, o GLON reservou expressivo espaço para as declarações dos magistrados justificando sua decisão, combinando trechos em discurso indireto e direto, esta última forma expressada entre aspas, dando a entender que foi diretamente transcrita de um documento oficial. Isso não ocorreu nas matérias que anunciavam a decisão de um juiz contrária à demolição. Além da justificativa para a decisão dos juízes não aparecer no texto, como na matéria “Liminar adia mais uma vez a demolição do Minhocão da Rocinha”²⁵ o enunciador recorre a fontes institucionais favoráveis à demolição, como o secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, para comentar a decisão. Pode-se inferir, portanto, como o GLON, nessa estruturação discursiva, utilizou, com freqüência, “dois pesos e duas medidas” para cobrir o “jogo de liminares” em torno do caso Minhocão.

Um dos elementos de análise utilizados por Norman Fairclough, em seu modelo tridimensional de análise crítica do discurso, é a coerência textual. Para o autor, um texto coerente tem suas partes constituintes, como as frases, orações, etc., relacionadas a um sentido. O discurso é, nesse ponto, entendido como prática discursiva, tendo, portanto, funções ideológicas.

Os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de compreendê-los e ‘capazes’ de fazer as conexões e as inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes. (...) tais conexões e inferências podem apoiar-se em pressupostos do tipo ideológico. (FAIRCLOUGH, 2001: 113)

²⁴ MEROLA, Ediane. **Justiça revoga decisão que impedia demolição do Minhocão da Rocinha**. O Globo Online, 18/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/18/justica-revoga-decisao-que-impedia-demolicao-do-minhocao-da-rocinha-754897100.asp>. Acessado em 17/10/09.

²⁵ MEROLA, Ediane; VALLE, Luisa; & CANDIDA, Simone. **Liminar adia mais uma vez a demolição do Minhocão da Rocinha**. O Globo Online, 19/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/liminar-adia-mais-uma-vez-demolicao-do-minhocao-da-rocinha-754901404.asp>. Acessado em 16/10/2009.

No contrato comunicacional entre o GLON e seus leitores, foram, da mesma forma, estabelecidas posições para os sujeitos intérpretes. E esse contrato abarca a forma como o caso foi relatado, enfim, descrito por meio da associação de frases, orações e períodos. Quando, por exemplo, o enunciador opta, na matéria “Justiça revoga decisão (...)”, por descrever o Minhocão – que, a essa altura já era conhecido pelos leitores –, dispensando novas descrições, como “edifício horizontal de dois andares, com 22 unidades para aluguel”, associa, nas entrelinhas, esperando que o leitor assim o perceba, o prédio à especulação imobiliária e ao crescimento desordenado (e irregular) das favelas. As “22 unidades para aluguel” indicam que o prédio não foi construído para abrigar uma família, como vinha alegando a proprietária, mas, de acordo com o GLON, que optou por acatar as alegações da prefeitura, seria mais um edifício-produto de especulação imobiliária.

Outro elemento de análise utilizado por Fairclough, quando este estuda a dimensão textual do discurso, é a gramática. Por meio da análise gramatical do texto, é possível, segundo o autor, ter-se uma ideia da função ideacional da linguagem, o que pode ser percebido pela modalidade. Entre os itens que podem ser usados para modalizar as orações estão os verbos auxiliares modais, tempos verbais, advérbios modais e adjetivos equivalentes, além de outros elementos como o padrão de entonação usado no texto. Este último elemento de análise pode ser empregado na leitura da matéria “Liminar adia mais uma vez a demolição do Minhocão”. Percebe-se, tanto na manchete, como no *lead*, este iniciado em “Mais uma vez, a demolição do Minhocão da Rocinha foi adiada.”, certo descontentamento, ou mesmo decepção do enunciador, que, logicamente, o compartilha com o leitor, quanto à decisão da Justiça de impedir a demolição. O uso da expressão “Mais uma vez” foi estratégico: ao invés de se iniciar a frase como “manda” a cartilha do *lead* tradicional – por exemplo, “A demolição do Minhocão da Rocinha foi adiada” – o enunciador lançou mão de um artifício como esse, que acabou empregando à matéria um traço fortemente ideológico.

Ainda a respeito dessa matéria, é fundamental que se destaquem os últimos dois parágrafos, que aparecem após o entretítulo “Ilegais ganham com interferência do Judiciário na política urbana”. O uso do termo “interferência” revela o tom pejorativo do enunciador quanto à atuação do Judiciário no caso Minhocão. Além disso, chama a atenção a substantivação, nesse entretítulo, do adjetivo “ilegais”, o que faz parte da estratégia discursiva do GLON. O veículo, assim, cria a imagem do “outro”, e trabalha –

de forma um tanto maniqueísta – a questão da alteridade, que sempre teve efeitos significativos sobre a forma como as pessoas percebem e problematizam o mundo. No caso, os problemas do Rio seriam causados pelo desrespeito à lei e à ordem, o que, consensualmente (visão hegemônica) é associado às favelas.

Nos dois parágrafos que sucedem o entretítulo, falam duas fontes: um profissional liberal e um juiz (fonte institucional) que ressaltam falhas no funcionamento da Justiça. Assim, o GLON oferece uma espécie de justificativa ao leitor – até mesmo a fim de manter a credibilidade do contrato comunicacional – em relação à dificuldade em demolir o Minhocão. O edifício não foi removido, indica o veículo, devido à morosidade e à ineficiência do Judiciário, e não porque se trata de uma questão complexa, delicada, que, na realidade, era.

Ainda nesta série de matérias que envolvem as disputas judiciais para a demolição do Minhocão, seguem textos que, em sua maioria, procuram desqualificar ou apontar irregularidades quanto à estratégia de defesa da construção, dando a entender que o jogo de liminares que ocorria vinha sendo praticado de maneira “suja” pelos advogados e até juízes que conseguiam postergar sua demolição. Além disso, o GLON também veiculou notícias associando pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a obra a práticas ilegais, mais uma vez numa tentativa de criminalização do “empreendimento”.

A matéria “Minhocão: liminar impedindo derrubada foi redigida às 8h55m”²⁶ é um exemplo disso. A partir do depoimento de uma fonte institucional (o secretário de Ordem Pública), o texto especula – já que se trata da visão de uma pessoa, não se configurando como fato – que o Minhocão pertenceria a uma especuladora imobiliária, o que, segundo o contrato comunicacional entre o veículo e seus leitores, já seria motivo suficiente para sua demolição. É importante mencionar como o título desse texto estabelece uma posição para os sujeitos intérpretes, capazes de fazer conexões e inferências a partir de uma frase que, retirada de seu contexto imediato, poderia não gerar uma leitura coerente. Para um leitor totalmente desfamiliarizado com práticas jurídicas ou mesmo com a história do caso Minhocão, tal enunciado poderia não fazer sentido algum. No entanto, se entendido como um enunciado concreto, de acordo com a concepção bakhtiniana, pode-se fazer a seguinte leitura: para que uma liminar seja

²⁶ CANDIDA, Simone. **Minhocão: liminar impedindo derrubada foi redigida às 8h55m**. O Globo Online, 19/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/minhocao-liminar-impedindo-derrubada-foi-redigida-as-8h55m-754901869.asp>. Acessado em 15/10/2009.

redigida às 8:55 h da manhã, é preciso ter um corpo de advogados eficientes de plantão. E isso somente é possível se os proprietários do imóvel tiverem dinheiro para pagar a esses profissionais. Portanto, o imóvel não pode ser uma simples construção para abrigar uma família de moradores da Rocinha – já que favelados são consensualmente associados à pobreza –, mas provavelmente tratar-se-á de um projeto imobiliário, que visa ao lucro. Ou seja, o enunciador não fala explicitamente, mas direciona ou, pelo menos, trabalha a interpretação num sentido que leve à construção cognitiva a respeito do que a obra representava naquele contexto: a especulação imobiliária nas favelas; a exploração dos pobres pelos pobres, fato eticamente inaceitável e economicamente ameaçador do ponto de vista das classes dominantes.

Mais um exemplo de texto que associa o Minhocão a práticas irregulares: “Dono de restaurante no asfalto teria financiado a obra do Minhocão da Rocinha”²⁷. O título também se apoia em pressupostos ideológicos. Entende-se, na sua leitura, que o Minhocão, provavelmente é um empreendimento imobiliário, que envolve partes interessadas, inclusive de fora da favela, em ganhar dinheiro com sua construção. Vale assinalar o uso do termo “asfalto” que, pelo menos entre os cidadãos cariocas, significa a condição oposta do morador da favela. “Morro” e “asfalto” são termos que implicam forte antagonismo na cidade e representam a dualidade e a desigualdade dos habitantes cariocas, que se dividem entre aqueles que moram nas favelas e os que vivem de acordo com a lei, nos espaços planejados e regularmente construídos, atravessados por ruas asfaltadas. Portanto, o vocábulo “asfalto”, que agrega intenso potencial intertextual, devido a todo o conteúdo representativo que está a ele associado, foi fundamental para gerar coerência na leitura do título.

Outro ponto de interesse analítico dessa matéria envolve seus três últimos parágrafos. Neles, o secretário de Ordem Pública, cuja fala aparece em forma de discurso indireto, diz que o desembargador que emitiu liminar impedindo a demolição do Minhocão o fez de casa. Ao que segue: “Na sua decisão, o desembargador alega que ‘não tem total segurança para permitir que a demolição se concretize’”. Duas considerações devem ser feitas quanto a esses trechos. Primeiro, é preciso atentar para o fato de que o secretário procura, mais uma vez, criminalizar o empreendimento Minhocão, já que ressalta que o desembargador não quis sair de casa para assinar a

²⁷ **Dono de restaurante no asfalto teria financiado a obra do Minhocão da Rocinha**, O Globo Online, 19/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/dono-de-restaurant-no-asfalto-teria-financiado-obra-do-minhocao-na-rocinha-754917615.asp>. Acessado em 15/10/2009.

liminar, dando a entender que o magistrado não se sente seguro para exercer seu trabalho em local público, o que é confirmado pela fala entre aspas transcrita acima. Em segundo lugar, deve-se ressaltar a ambigüidade de vozes presente em tal trecho, em que há três diferentes sujeitos falando: o enunciador, o secretário e, em teoria, o próprio desembargador, cuja fala entre aspas teria sido extraída de uma declaração sua, de origem desconhecida do leitor. O enunciador apenas diz que a fala apareceu “na sua decisão”, mas isso não deixa claro se estava escrito na própria liminar, em outro documento ou se foi fruto de uma entrevista concedida ao GLON.

Já a matéria “Vereador Claudinho da Academia pode ser alvo de ação por improbidade”²⁸ completa a série de textos criminalizando a obra em questão. No texto, cujo *lead* ressalta, assim como o título, o apelido do vereador – estratégia discursiva que, como se viu antes, procura ressaltar o caráter informal da pessoa –, explica-se que o vereador misturou seu papel político e de líder comunitário, ao prestar assessoria jurídica no caso Minhocão. O enunciador associa ainda o vereador a outro caso, relacionado ao repasse de recursos à Comlurb, em que poderia ter cometido a mesma irregularidade. Nessa matéria, portanto, o GLON desqualifica o vereador que, a essa altura, já era associado pelo leitor diretamente à defesa do Minhocão. Em termos da estrutura discursiva do texto, vale dizer que, embora se tenha reservado um parágrafo para a defesa do vereador, sua fala aparece em discurso indireto, o que confere menos credibilidade a seu discurso. E, não bastasse as acusações implícitas no enunciado da matéria, o GLON ainda publicou, no último parágrafo, a fala de um especialista na área, que afirma que a prática do vereador foi irregular.

O tipo de tratamento dado pelo GLON à proprietária do Minhocão – quase sempre identificada como “MC Boquinha” – é também condizente com a forma como foram abordadas as ações de defesa do imóvel, e pode ser avaliado pela disposição do título da matéria “Dona do Minhocão entra na Justiça contra a prefeitura pedindo indenização por dano moral”²⁹. Diz-se “disposição” porque o título aparece acompanhado pela retranca “Expansão irregular”, a qual indica ao leitor qual o tema da reportagem. A conjunção do título com essa retranca ironiza o pedido de indenização da

²⁸ **Vereador Claudinho da Academia pode ser alvo de ação por improbidade.** O Globo Online, 19/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/vereador-claudinho-da-academia-pode-ser-alvo-de-acao-por-improbidade-754917936.asp>. Acessado em 15/10/2009.

²⁹ **Dona do Minhocão entra na Justiça contra a prefeitura pedindo indenização por dano moral.** O Globo Online, 20/03/2009. <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/20/dona-do-minhocao-entra-na-justica-contra-prefeitura-pedindo-indenizacao-por-dano-moral-754936464.asp>. Acessado em 19/07/2009.

proprietária do Minhocão, a qual, na percepção do GLON, estava erguendo um prédio irregularmente. O enunciado, portanto, ecoa uma ideia que não está explícita no texto, reforçando o diálogo ideológico com outras produções textuais que compõem a abstração consensual gerada nos processos de significação do mundo³⁰. O título, além disso, tem também forte teor simbólico, pois estabelece expressiva oposição entre a proprietária do imóvel e a prefeitura, ou seja, entre a desordem que vem da favela, e a ordem urbana, corporificada pela administração municipal.

Para encerrar as análises deste grupo de matérias, é preciso citar a ocorrência de dois textos que, em certa medida, quebram o ritmo das notícias publicadas em série sobre o Minhocão, por tratarem de fatos não associados diretamente ao caso, ainda que se enquadrem na temática “Expansão Irregular”, como “editorializa” o enunciador. São as seguintes: “Secretaria de Urbanismo deve embargar prédio na Muzema na segunda-feira”³¹ e “Censo mostra que número de domicílios da Rocinha aumentou 65% de 2000 até hoje”³². Ambos os assuntos tratados são correlatos ao caso Minhocão, que envolve a questão da expansão das favelas, e a motivação de sua ocorrência certamente se deu pelo “gancho jornalístico” propiciado pela história, já então popularizada, do prédio da Rocinha. Caso a conjuntura, isto é, o contexto situacional imediato, fosse outra, é possível que tais notícias não fossem veiculadas, por serem consideradas pelas redações dos jornais como “frias” ou sem apelo junto ao leitor. Isso mostra como o discurso jornalístico obedece a ordens discursivas, em que o aparecimento de certos enunciados está sujeito a aspectos como o contexto da época, à corrente político-ideológica de seu emissor, pressões comerciais e ao enquadramento nos moldes da formatação de discursos, como os princípios que norteiam a abordagem e a estruturação textual jornalística.

Vistas sob a ótica de um plano mais geral, as matérias refletem a preocupação das autoridades e de parte da população quanto ao crescimento de favelas na cidade, o que é destacado pela mídia desde o início do século 20. Uma delas, por isso, traz a

³⁰ O conceito de ironia, na teoria tridimensional de Fairclough, aparece como um dos elementos de análise do discurso como prática discursiva, remetendo necessariamente à intertextualidade, uma vez que não há, num enunciado irônico, relação direta entre o significado ou função real do enunciado e o que foi ecoado.

³¹ **Secretaria de Urbanismo deve embargar prédio na Muzema na segunda-feira.** O Globo Online, 20/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/20/secretaria-de-urbanismo-deve-embargar-predio-ilegal-na-muzema-na-segunda-feira-754936067.asp>. Acessado em 2/07/2009.

³² **Censo mostra que número de domicílios da Rocinha aumentou 65% de 2000 até hoje.** O Globo Online, 24/03/2009. <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/24/censo-mostra-que-numero-de-domicilios-da-rocinha-aumentou-65-de-2000-ate-hoje-754976504.asp>. Acessado em 20/08/2009.

notícia de que uma edificação pode ser embargada pela Secretaria de Urbanismo e outra trata de uma pesquisa estatística que aponta o crescimento de domicílios na Rocinha. Ambas contêm ainda fotos panorâmicas das favelas em questão, o que sempre contribui para impressionar o leitor, com a visão de barracos amontoados, que é esteticamente antagônica à organização da cidade do asfalto. A produção de tais textos é suscitada também pela ocorrência da campanha “Choque de Ordem” operada pela nova administração da cidade, o que fornece “insumos” para a produção, circulação e consumo de textos abordando assuntos como a expansão de favelas e operações de controle desse crescimento. Por último, as matérias atuam como reforço para a afirmação do discurso do GLON, este favorável à demolição do Minhocão.

Fotos: A imagem da primeira das matérias desse grupo – figura 3 – consiste na visão do Minhocão, que se destaca em comparação com outras edificações do morro, e é acompanhada da legenda “Minhocão da Rocinha”. Em diferente do que ocorre em alguns casos, essa imagem não adiciona informação nova à matéria; apenas identifica o Minhocão (destacado em amarelo), o qual já era de conhecimento do leitor, tendo possivelmente a função de reforçar o choque visual procedente do crescimento das edificações na Rocinha: no ângulo em que foi tirada a foto, outros prédios relativamente grandes aparecem também.

Figura 3



Minhocão (no destaque em amarelo): uma entre outras grandes edificações da Rocinha

Em três textos distintos, aparece a foto (figura 2) de Eduardo Paes em sua visita à Rocinha, imagem que fora usada na segunda das matérias do primeiro grupo. Essa frequência pode ser entendida como tentativa do enunciador de relacionar tais matérias ao envolvimento do Estado no caso Minhocão, e à disputa travada pela prefeitura no

âmbito judicial para demolir a obra: daí a imagem de Eduardo Paes, autoridade máxima da cidade, presente em pessoa na favela da Rocinha.

A matéria “Liminar adia mais uma vez a demolição do Minhocão da Rocinha”, por sua vez, é acompanhada por imagem (figura 4) do comboio que seguiria para a Rocinha para realizar a operação de derrubada do Minhocão. O grupo, no momento registrado, aguarda no batalhão da Polícia Militar, com certo ar de frustração: policiais em pé, de braços cruzados, mãos no bolso ou na cintura, como se estivessem aguardando impacientes a liberação da operação sem poder fazer nada devido à liminar impeditiva. A foto, assim, reflete o discurso do enunciador, posicionado, desde o início, a favor da demolição, e que adotou postura crítica aos juízes que impediram, durante o imbróglio, a derrubada do prédio.

Figura 4



Policiais aguardam liberação judicial para a operação de demolição do Minhocão

Já a imagem do que parece ser (não há legenda confirmando) um encontro entre o secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, e dois agentes da justiça, também no 23º Batalhão da Polícia Militar, (figura 5) aparece em dois diferentes textos. Na foto, um dos agentes (advogados provavelmente) carrega documento que parece ser uma liminar. Uma das conexões que se podem fazer, a partir da presença dessa imagem, consiste na correlação entre os elementos da imagem: o batalhão da polícia (origem da partida do comboio para demolir a obra e que remete à ingerência da polícia em casos envolvendo favelas); os agentes da justiça e o secretário (personagens centrais na batalha judicial que é tema desse segundo grupo de matérias) e o documento que parece ser uma liminar (a força da Justiça que impede a derrubada, mas que pode ser, em contrapartida, utilizada como estratégia da prefeitura para recorrer). Uma das matérias

em que essa imagem se encontra é “Dono de restaurante no asfalto teria financiado a obra do Minhocão da Rocinha”. Por mais que a imagem não tivesse relação direta com o texto em questão, ela foi utilizada para reforçar a associação entre a ilegalidade e o Minhocão, já que retrata o envolvimento de um aparato da Justiça como a polícia (23º Batalhão da PM), de advogados e do secretário de Ordem Pública.

Figura 5



O secretário Rodrigo Bethlem conversa, ao que parece, com dois agentes da Justiça

Outra foto (figura 6), presente na matéria “Dona do Minhocão entra na Justiça contra a prefeitura pedindo indenização por danos morais”, tem ao centro o prefeito Eduardo Paes e, um pouco mais distante, mas também destacada na imagem, Maria Clara dos Santos, ambos cercados por repórteres, enquanto parecem conversar. A foto é significativa: como o texto fala da ação que a dona do Minhocão está promovendo na Justiça contra a prefeitura, a imagem foca uma conversa ou discussão entre os dois, remetendo ao que, simbolicamente, ocorria naquele momento nos trâmites judiciais. Mas a imagem carrega em sua configuração alguns traços ideológicos. Apesar de o texto anunciar uma “ofensiva” de Maria Clara dos Santos contra a prefeitura, na imagem, ela aparece em posição de defesa, com o prefeito mais destacado (e maior fisicamente) por estar em primeiro plano de costas para câmera e olhando para ela, sendo acompanhado por todas as câmeras dos repórteres e do próprio fotógrafo, que a registra de frente, aparentemente protestando junto ao prefeito. É como se toda a mídia, além da prefeitura, estivesse pressionando a proprietária do imóvel, não obstante fosse sua ação contra a prefeitura o fato motivador dessa notícia em particular.

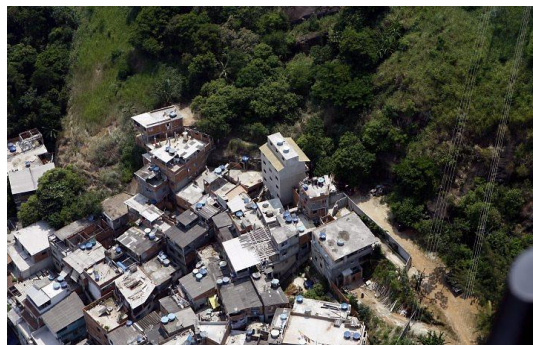
Figura 6



O prefeito Eduardo Paes conversa com Maria clara dos Santos, proprietária do Minhocão

Por último, as duas imagens que acompanham as matérias remetem a um contexto mais amplo e procuram sancionar o discurso e o posicionamento do enunciador quanto ao caso Minhocão. Uma delas (figura 7) consiste em vista aérea da favela da Muzema, onde um prédio também será embargado pela Justiça. A foto possui a legenda “Prédio de 4 andares na Muzema, no Itanhangá”, mas não focaliza o prédio em si. Ou seja, mais do que identificar a edificação, a imagem é usada para forçar um choque visual junto ao leitor, ao enfocar as construções da favela, ressaltando seu processo de verticalização, a modalidade contemporânea do crescimento de favelas.

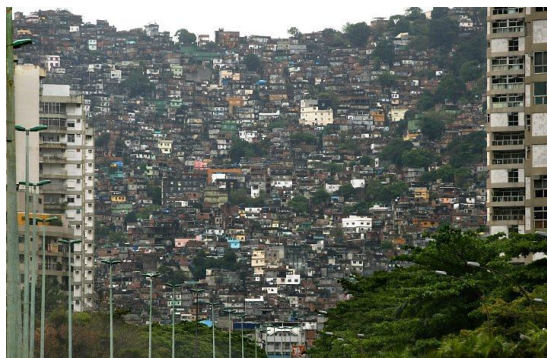
Figura 7



Vista aérea da favela da Muzema

A outra imagem (figura 8), na matéria “Censo mostra que número de domicílios da Rocinha aumentou 65% de 2000 até hoje” consiste na impressionante visão da Rocinha, na encosta de São Conrado, tendo, outra vez, a função de lembrar e chocar o leitor com as dimensões da comunidade (termo este usado pelo enunciador na legenda “Comunidade da Rocinha”). No caso, a imagem procura justificar o enunciado, cuja manchete anuncia uma pesquisa indicando o crescimento da favela.

Figura 8



Rocinha: encosta de São Conrado, Zona Sul do Rio

4.4 A demolição

Este grupo de matérias abarca desde o momento em que a prefeitura anunciou que iria demolir o Minhocão da Rocinha até a conclusão da derrubada, passando por justificativas de autoridades para a operação e pela conseqüente reação de moradores da favela.

A primeira matéria que merece análise é, na realidade, a segunda do grupo, já que a primeira consiste apenas numa nota que anuncia os preparativos da prefeitura para a demolição, o que, num jornal impresso, não seria sequer notícia, dada a dinâmica diferenciada do meio. O título da segunda matéria – “Minhocão começa a ser demolido após decisão favorável na Justiça”³³ – vem acompanhado da retranscrição “Batalha Judicial”. Vale aqui fazer uma consideração quanto às retranscrições utilizadas pelo GLON. São instrumentos de categorização ou classificação por tema das matérias veiculadas, atuando, por um lado, como orientação para o leitor (num sentido de organização do discurso) e, por outro, imprimindo uma visão político-ideológica ao texto.

As retranscrições podem ser relacionadas ao que Fairclough chama de “tema”, um dos elementos da análise textual considerados pelo autor. O tema, segundo ele, “é o

³³ COSTA, Jacqueline & SCHMIDT, Selma. **Minhocão começa a ser demolido após decisão favorável na Justiça**. O Globo Online, 25/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/25/minhocao-comeca-ser-demolido-apos-decisao-favoravel-na-justica-754985158.asp>. Acessado em 30/10/09.

ponto de partida do(a) produtor(a) do texto numa oração e geralmente corresponde ao que pode ser considerado ‘informação dada’, isto é, informação já conhecida ou estabelecida para os produtores e intérpretes do texto.” (FAIRCLOUGH, 2001: 227). Sendo assim, a retransmissão “Batalhas Judiciais” já adianta ao leitor que o Minhocão da Rocinha, o qual é imediatamente associado ao assunto “favelas” – e, com isso, a todas as implicações de ordem representativa que isso envolve –, está no centro de discussões legais, abarcando questões de ordem e desordem e remetendo à representação histórica da favela como espaço irregular da cidade, antagônico à ordem e aos bons costumes da *urbis*.

Vale destacar outra estratégia discursiva que se repete no *lead* “Poucas horas depois de a Justiça permitir a demolição do Minhocão da Rocinha, funcionários da Secretaria municipal de Ordem Pública já começaram a derrubar as marretadas as paredes do imóvel de dois andares e 24 apartamentos, na tarde desta quarta-feira”. Ao identificar o Minhocão como “imóvel de dois andares e 24 apartamentos”, o enunciador destaca novamente as dimensões da obra a fim de impressionar o leitor e justificar a operação de demolição, já que imóveis como este, na tese das autoridades interessadas na demolição e que vinha sendo apoiada pelo veículo, seriam produto de especulação imobiliária, e não teriam a finalidade de espaço para moradia. O enunciador estabelece aí uma posição para o sujeito intérprete, um modelo de leitor que, espera-se, fará uma conexão entre a pontual descrição das dimensões da obra com questões como expansão irregular, crescimento desordenado e especulação imobiliária nas favelas, que permeiam debates mais amplos, estando situadas, portanto, num contexto maior, inclusive com raízes históricas.

Outro trecho a ser destacado, por compor a estratégia discursiva do GLON, é o seguinte: “O secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, esteve no local, mas foi obrigado a deixar a favela escoltado por policiais. Os moradores ficaram bastante revoltados com a demolição e houve confusão. Agentes do controle urbano também precisaram conter os moradores para evitar que o local fosse invadido. O clima ficou bastante tenso no local.”. Algumas considerações devem ser feitas: primeiro, há de se pontuar que a presença do trecho na matéria remete à histórica relação conflituosa entre as autoridades e as favelas. O enunciador destaca um evento – que, diga-se de passagem, não era sequer de maior importância para a matéria em si – em que uma

figura representativa das autoridades (o secretário) precisou ser escoltada por policiais devido à revolta dos moradores. Além disso, relata que os moradores tiveram que ser contidos. Assim, outros dois aspectos devem ser ressaltados. A associação dos moradores da Rocinha ao mau comportamento e à desordem fica evidente no discurso do enunciador, o que remete à representação histórica do favelado como pessoa sem educação e de índole ruim, naturalizando tal condição e omitindo aí, as possíveis causas para tal comportamento. E, daí, chegamos ao segundo ponto: não há uma explicação contundente para a revolta dos moradores, os quais não são ouvidos pelo enunciador (a única entrevista que não consistia na fala de alguma autoridade foi a do presidente da associação de moradores da Rocinha), dando a impressão de que seus protestos não se justificavam

Pode-se também fazer uma análise de algumas palavras-chave utilizadas na matéria que, aliadas ao cenário montado pela prefeitura e descrito em detalhes pelo GLON – “Cerca de 20 agentes, entre policiais militares, guardas municipais, agentes do controle urbano e funcionários da Comlurb, Light e Cedae participam da demolição” – reforçam a associação da favela com desordem. A palavra “ordem” aparece duas vezes; “confusão”, uma vez; o radical “demoli” (presente no substantivo “demolição” e no verbo “demolir”) aparece 12 vezes, contando com o título, lembrando que demolição remete à política de remoção historicamente empreendida pelas autoridades nas favelas cariocas e consensualmente aprovada pela população do “asfalto”; o termo “controle” aparece duas vezes; e, por último, a proprietária do imóvel é identificada como MC Boquinha três vezes, configurando a estratégia do veículo em formar uma imagem negativa acerca de sua pessoa, por razões já discutidas anteriormente.

Para firmar o contrato de comunicação com o leitor e sancionar seu discurso, o GLON publica, praticamente em todas as matérias, falas de fontes oficiais/institucionais, como políticos e juízes, que vão confirmando a visão do veículo, estruturando sua prática articulatória. “São vozes que reafirmam o discurso oficial em todas as suas nuances, portanto, de fundamental importância para que o contrato comunicacional estabelecido com o enunciatário seja totalmente aceito.” (DEODORO, 2009: 48). Em paralelo, vozes dissonantes, como de moradores ou autoridades que eram contrárias à demolição da obra, praticamente não tiveram espaço nas matérias. Reforçando essa discrepância, que é freqüente na abordagem dos meios de comunicação de massa do país, há matérias, como “Juíza diz que Minhocão da Rocinha afronta legislação municipal”, que consistem em entrevistas a uma só fonte, sempre

oficiosa/institucional. Não bastasse o predomínio dessas vozes em todas as matérias, o GLON ainda lançou mão dessa estratégia, a qual deixa ainda mais evidente o desequilíbrio na apuração das informações por parte de seu corpo de jornalistas.

Em mais uma oportunidade, portanto, o veículo apresentou o Minhocão da Rocinha como um elemento antagônico à lei e à ordem da cidade, o que é sancionado pela fala das fontes presentes na matéria: a juíza mesma que autorizou a demolição do prédio e de um procurador da justiça que acompanhou o julgamento.

Para complementar o que foi falado anteriormente sobre a sanção discursiva por parte das fontes usadas nas matérias, vale aqui fazer uma consideração acerca do uso do discurso direto nas matérias do GLON. O veículo, a fim de não pôr em risco o contrato de comunicação com o leitor, fez, com frequência, uso do discurso direto (com travessão), o que teve duas implicações básicas em sua estratégia discursiva. Primeiro, o fato de que o enunciador pôde “esconder-se” a partir do uso dessa ferramenta para que o apoio à causa pleiteada (a derrubada do Minhocão) não ficasse explícita, o que iria de encontro aos princípios básicos do jornalismo, como a imparcialidade e objetividade. Em segundo lugar, essa prática articulatória adotada pelo veículo funcionou como um apoio à construção discursiva, sancionando o discurso do enunciador e permitindo a construção de um discurso hegemônico. Logicamente, tal estratégia se fez possível por meio da desqualificação ou simplesmente da não ocorrência de vozes dissonantes, as quais, como ressalta Arbex Jr. (in PRADO, 2008 *apud* DEODORO, 2009: 49), são postas em cheque ou desautorizadas.

Fechando este grupo de matérias, há seis textos, três dos quais dão conta da finalização da demolição do Minhocão e dois outros trazem novas falas de fontes oficiosas, por sinal, as que apareceram com maior frequência na série de notícias sobre o caso Minhocão: o prefeito Eduardo Paes e o secretário de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem. Já o último aborda conclusão da operação de demolição da obra.

Na matéria “Comboio segue para continuar demolindo o Minhocão da Rocinha”³⁴, o texto se presta basicamente a descrever as dimensões da equipe envolvida na operação, o que é bastante representativo. Vale lembrar aqui, uma vez mais, a semelhança do caso Minhocão com o cortiço Cabeça-de-Porco, demolido ao final do século 19, numa operação que envolveu dezenas de autoridades e teve grande

³⁴ MENDES, Taís. O Globo Online, 26/03/2009. **Comboio segue para continuar demolindo o Minhocão da Rocinha**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/comboio-segue-para-continuar-demolindo-minhocao-da-rocinha-755000976.asp>. Acessado em 20/08/2009.

repercussão na cidade à época. O evento da demolição do cortiço figurou como uma operação simbólica, como mensagem à população pobre que vivia em cortiços ou aglomerações semelhantes sobre qual seria o teor das políticas públicas quanto a essas ocupações, bem como uma mensagem “reconfortante” às classes mais abastadas, preocupadas com a proliferação de cortiços pelo Rio de Janeiro à época. A comparação ou referência intertextual, visto que o advento Cabeça-de-Porco constitui também o imaginário popular, compondo o discurso e a representação hegemônica acerca das favelas, é procedente: no texto em questão, o enunciador, assim como nos textos da imprensa do século 19 sobre o Cabeça-de-Porco, destaca as dimensões do comboio que segue para destruir a obra.

Por volta das 9h30m, um comboio formado por 30 homens da Secretaria Municipal de Obras, 20 agentes da secretaria Especial de Ordem Pública (Scop) e uma equipe da Defesa Civil saiu do 23º BPM (Leblon), em direção à favela. Uma retroescavadeira e dois reboques serão usados na ação, que tem o apoio de 35 policiais militares e 50 guardas municipais.³⁵

A detalhada descrição compõe a estratégia discursiva do GLON, à medida que revela a importância dada pelas autoridades ao caso, o que reafirma o posicionamento favorável do veículo à demolição e, além disso, denota ao Minhocão a condição de ilegalidade e ameaça à sociedade – aspectos estes centrais na representação social das favelas –, fato que é reforçado pela presença de policiais na operação.

A matéria seguinte – “Prefeitura dá continuidade à demolição do Minhocão na Rocinha”³⁶ – não apresenta praticamente nada de novo, fato que se confirma pelos parágrafos “sitados” que compõem a maior parte do texto, com repetições de trechos de matérias anteriores. A notícia consiste basicamente no relato da chegada das autoridades à favela para seguir demolindo o Minhocão e, especificamente, no advento de um “foguetório” que ocorreu justamente na hora de sua subida. Como é do conhecimento da população carioca – e aí se incluem os leitores do GLON –, traficantes costumam soltar fogos de artifício para anunciar incursões policiais nos morros. E esse foi, talvez, o ponto alto da matéria, que procurou passar ao leitor o clima tenso que envolveu a operação, remetendo à violência, e confirmando a condição da favela como

³⁵ Idem.

³⁶ **Prefeitura dá continuidade à demolição do Minhocão na Rocinha.** O Globo Online, 26/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/prefeitura-da-continuidade-demolicao-do-minhocao-na-rocinha-755001021.asp>. Acessado em 17/10/2009.

local perigoso, embora o texto não confirme que os fogos foram mesmo provocados por essa razão.

É importante atentar para a fonte utilizada pelo enunciador ao relatar o acontecimento: outro veículo jornalístico (também parte das organizações Globo):

De acordo com a Rádio CBN, o comboio foi obrigado a parar na Estrada da Gávea por causa do intenso foguetório na favela. As equipes pararam em frente à Clínica da Gávea, um dos acessos à Rocinha. Policiais militares, que apóiam a ação, entraram na frente e abriram caminho para os profissionais da prefeitura, que já reiniciaram a destruição do Minhocão.³⁷

Vale notar o desfecho dado pelo veículo ao evento que antecedeu a subida ao morro. Segundo a CBN, a polícia militar teve que “abrir caminho” para os profissionais da prefeitura, dando a entender que os policiais atuaram como escudo para as autoridades. No entanto, como foi dito antes, não ficou claro se houve confronto, ou ameaça de traficantes na favela, o que não impediu o veículo de construir uma imagem de tensão, remetendo a uma situação de guerra. E, para isso, o enunciador outra vez estabeleceu uma posição de sujeito ao leitor, ao sugerir conexão entre o foguetório, a movimentação policial, e a ameaça dos traficantes. Trata-se de uma estratégia discursiva que permitiu ao GLON abster-se de afirmar que houve realmente tal ameaça, mas que pôde, ao mesmo tempo, passar a ideia de que isso de fato ocorreu. A coesão – outra ferramenta de análise textual utilizada por Fairclough (2001) – teve papel fundamental nessa articulação discursiva.

Vale uma análise do trecho em questão:

O trecho é composto por três períodos, cuja conexão semântica só é possível se entendido como enunciado concreto, considerando-se o contexto situacional imediato (a operação de demolição do Minhocão) e um contexto mais geral (presença de traficantes nas favelas e prática do foguetório). Na primeira frase, tem-se o primeiro indicador da relação que o enunciador sugere ao leitor: a conjunção subordinativa causal “por causa” deixa transparecer a relação de causa entre o foguetório e a parada forçada da subida ao morro. No segundo período, o enunciador situa o leitor quanto ao local onde o comboio parou: num dos acessos à favela (adjunto adverbial de lugar, que ainda contou com o auxílio de uma referência, a Clínica da Gávea), reforçando a ideia de que o foguetório

³⁷ Idem.

era mesmo para revelar aos traficantes que as autoridades estavam a caminho. O terceiro período concluiu a associação coesiva: a polícia precisou atuar para liberar (“abrir caminho”) a entrada do comboio, ação que foi relacionada à operação da prefeitura por meio de oração subordinada adjetiva explicativa “que apóia a operação”. Assim, o enunciador ratificou a necessidade da presença de policiais militares em operações como essas em favelas, destacando sua condição de local perigoso e violento e sancionando, dessa maneira, seu discurso. Isso tudo foi feito sem que se confirmasse que o foguetório foi de fato provocado por tais razões ou que traficantes estivessem bloqueando a entrada das autoridades. Para tanto, o enunciador fez uso de expressão intransitiva – “abriram caminho” – dispensando a obrigatoriedade de citar o agente, isto é, o que motivou a movimentação policial. A expressão usada corresponde ao que Fairclough chama de “nominalização”, ferramenta que “divide com a voz passiva a possibilidade de omitir o agente e a variedade de motivações para fazê-lo” (FAIRCLOUGH, 2001: 226) e consiste na conversão de processos em nomes, tendo o efeito de pôr o processo em si em segundo plano” (Ibid, p. 223). A expressão usada poderia ser desmembrada e a frase, ter sido estruturada da seguinte maneira: “policiais subiram à frente para garantir a passagem do comboio ameaçado pelos traficantes (agente da passiva)”. A sentença seria mais explicativa e esclareceria a relação do foguetório com a parada do comboio, mas evidenciaria o agente “traficantes”, fato que não pôde ser dado como certo.

Já as matérias “Nos EUA, Paes diz que demolição do Minhocão foi ato contra especulação”³⁸ e “Bethlem garante que prefeitura será rigorosa no combate a outras construções irregulares”³⁹ fazem menção ao contexto geral em que se insere o caso Minhocão e ratificam o simbolismo e representatividade associados ao prédio da Rocinha. O primeiro texto foi produzido basicamente em cima do seguinte trecho, em discurso direto do prefeito Eduardo Paes:

A ação na Rocinha foi contra um ato de especulação imobiliária que se aproveitava do problema social, da pobreza dos moradores para ganhar dinheiro. Quem estava por trás daquele empreendimento

³⁸ **Nos EUA, Paes diz que demolição do Minhocão foi ato contra especulação.** O Globo Online, 26/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/nos-eua-paes-diz-que-demolicao-do-minhocao-foi-ato-contr-especulacao-755009295.asp>. Acessado em 12/10/09.

³⁹ **Bethlem garante que prefeitura será rigorosa no combate a outras construções irregulares.** O Globo Online, 26/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/bethlem-garante-que-prefeitura-sera-rigorosa-no-combate-outras-construcoes-irregulares-755004330.asp>. Acessado em 25/08/2009.

imobiliário não era pobre ou carente. Nós vamos agir com muito rigor toda vez que construções ilegais forem feitas nas comunidades ou no asfalto no Rio de Janeiro. Não é aceitável que a cidade seja destruída por essas construções. O papel da prefeitura é evitar o crescimento desordenado e fazer com que as regras sejam respeitadas. É assim que vamos recuperar o Rio de Janeiro e devolver a cidade que os cariocas querem - disse Eduardo Paes.⁴⁰

No trecho, o prefeito desenvolve um encadeamento lógico que sanciona o discurso do GLON. Primeiro, relaciona explicitamente o Minhocão a dois problemas sociais: a exploração da pobreza pela especulação imobiliária e a proliferação de construções ilegais na cidade. Em seguida, justifica a demolição: “Quem estava por trás daquele empreendimento imobiliário não era pobre ou carente”; ratifica a condição simbólica do caso na Rocinha, ao frisar que a atitude da prefeitura se estenderá a casos semelhantes; justifica mais uma vez a demolição expressando preocupação que permeia o imaginário social (cidade destruída por construções ilegais); e, por fim, expressa certo teor catártico ao dizer “É assim que vamos recuperar o Rio de Janeiro e devolver a cidade que os cariocas querem”, gerando forte apelo junto ao leitor.

A segunda matéria, da mesma forma, confirma o caráter simbólico do Minhocão, ao exibir fala do secretário de Ordem Pública garantindo que a mesma atitude da prefeitura será aplicada a outras construções irregulares. Vale ressaltar que o secretário se refere à ameaça do Minhocão fazendo uso de palavras, ou justificando a política de demolição de modo semelhante ao prefeito, citando a especulação imobiliária (justificativa) e recorrendo à ideia de “destruição” (justificativa e ameaça). Segue trecho da entrevista: “É determinação do prefeito Eduardo Paes e vamos cumprir à risca, porque a cidade do Rio não comporta mais essas pessoas que especulam imobiliariamente e destroem a cidade”

Evidencia-se no trecho a utilização de um campo semântico comum às falas dessas autoridades, imprimindo didatismo ao discurso e favorecendo, assim, a apreensão da versão oficiosa quanto à expansão das favelas e sua associação ao ilegal/irregular. A repetição de palavras e expressões determinadas é um dos elementos frequentemente utilizados na estruturação do discurso oficioso e, conseqüentemente, do discurso do veículo, cuja produção de enunciados passa constantemente pelo crivo de

⁴⁰ **Nos EUA, Paes diz que demolição do Minhocão foi ato contra especulação.** O Globo Online, 26/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/nos-eua-paes-diz-que-demolicao-do-minhocao-foi-ato-contr-especulacao-755009295.asp>. Acessado em 12/10/09.

avaliações de fontes institucionais. Para ter sancionada sua fala, o GLON procurou fazer com que o enunciário internalizasse certas associações semânticas, visto que “(...) o sucesso em obter aceitação para significados particulares de palavras, e para uma estrutura particular do seu significado potencial, é sem dúvida interpretável como uma forma de adquirir hegemonia” (FAIRCLOUGH, 2001: 235).

A última matéria da série “A demolição” é intitulada “Demolição do Minhocão da Rocinha é concluída”⁴¹. De tal maneira foi estruturada a manchete, que é válido analisá-la, a fim de que se possa demonstrar como uma simples troca de posição de palavras ou supressão de outras pode afetar a compreensão de um enunciado, o que acaba tendo implicações político-ideológicas. Se aplicado, nesta análise, o conceito de transitividade, de Norman Fairclough, notar-se-á que o enunciado é estruturado de maneira a enfatizar o ato da demolição do prédio, em detrimento das causas ou do responsável pelo feito. Fairclough (2001) explica que a transitividade, “a dimensão ideacional da gramática das orações” (Ibid., p. 221) abarca orações de ações dirigidas (sujeito + verbo + objeto) e ações não-dirigidas (sujeito + verbo). Dependendo do modo como se estrutura a oração, perguntas distintas podem ser suscitadas. “A escolha do tipo de processo para significar um processo real pode ter significação cultural, política ou ideológica” (ibid, p. 224).

A voz passiva, que estrutura a manchete em análise, seria, segundo o autor, uma variável nas orações de ação dirigida, podendo ser usada para omitir o agente, ofuscando a causalidade e responsabilidade. No caso do título em questão, pode ser exagero afirmar que a motivação para o uso da voz passiva foi este último, até porque as autoridades deram visibilidade à operação Minhocão. Contudo, essa forma de estruturação discursiva foi utilizada para focar a atenção do leitor no processo em si da demolição, da derrubada física do Minhocão (a foto, inclusive, contribui para isso: uma retroescavadeira aparece ao centro, sobre o terreno antes ocupado pelo prédio). A manchete, portanto, acaba esvaziando o conflito envolvido no caso Minhocão, deixando a polêmica em segundo plano. O interesse limitou-se a transmitir a notícia da derrubada.

Fotos: A primeira imagem desse grupo (figura 9) está presente na matéria “Minhocão começa a ser demolido após decisão favorável na Justiça”. A foto é o mais “literal” possível: focaliza o prédio sendo demolido por operários da prefeitura (o que é

⁴¹ MENDES, Taís & COSTA, Jacqueline. **Demolição do Minhocão da Rocinha é concluída**. O Globo Online, 26/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/demolicao-do-minhocao-da-rocinha-concluida-755014000.asp>. Acessado em 10/10/09.

ratificado pela legenda). Ressalta-se aí o efeito catártico que está embutido na imagem, que mostra, finalmente, o prédio sendo destruído.

Figura 9



Operários da Prefeitura iniciam a demolição

Na continuação da matéria, uma foto (figura 10) aparece com um *close* no rosto de Maria Clara dos Santos, desesperada com a derrubada de sua obra, imagem esta que corrobora a hipótese da exploração da catarse: uma imagem com a derrubada do prédio (alvo da preocupação do enunciador e do enunciatário) e outra com a responsável pela obra – simbolicamente, representante da expansão das favelas no Rio – chorando desesperada: final infeliz para os “maus” da história; purificação do “espírito carioca” dos leitores do veículo. Esta foto se repete em outra matéria que segue descrevendo o processo de demolição da obra. No texto, a mesma estratégia catártica se repete: uma imagem mostra o prédio sendo destruído pelos operários da prefeitura e outra focaliza o mal estar da responsável pelo empreendimento.

Figura 10



A proprietária da obra, Maria clara dos Santos, se desespera com a derrubada do Minhocão

Já a foto que compõe a matéria “Bethlem garante que prefeitura será rigorosa no combate a outras construções irregulares” (figura 11) segue mostrando a derrubada da obra, com um detalhe: como coadjuvante da ação dos operários da prefeitura, aparece um policial militar vigiando a operação. A imagem, pode-se dizer, lembra ao leitor que a operação de derrubada teve que ser auxiliada pela polícia, devido à periculosidade “natural” das favelas, como é consensualmente entendido e hegemonicamente representado.

Figura 11



Policial militar observa a operação de derrubada do Minhocão

Concluindo a cobertura imagética do processo de derrubada da obra, a foto que acompanha a matéria “Demolição do Minhocão da Rocinha é concluída” (figura 12) mostra o terreno onde ficava a construção apenas com os destroços da obra. A imagem reforça ainda o efeito catártico da notícia, que é acompanhado por um cenário agradável, com bela vista do mar e da Pedra da Gávea ao fundo. Pela primeira vez, uma foto da favela é feita, nesta série de notícias, de maneira não pejorativa, como que indicando que a derrubada do prédio devolveu ao local onde era construído seu espaço e beleza naturais, remetendo, assim, à idéia, um tanto quanto sádica, que passa pela cabeça de muitos cidadãos cariocas – a “fantasia da solução final”, como menciona Zuenir Ventura (1994): a remoção completa das favelas dos morros e encostas da cidade. Fenômeno que se deve em boa parte a seu visual antagônico à ordem das construções do asfalto e esteticamente pouco aprazível aos olhos dos cariocas do asfalto, como foi mencionado no capítulo 3.

Figura 12



Operação concluída; cenário catártico

4.5 Desdobramentos

Este último grupo de matérias compreende aquelas que relatam acontecimentos ocorridos após a derrubada do Minhocão da Rocinha e que se relacionam ao caso direta ou indiretamente, dessa forma reforçando o caráter intertextual e simbólico do conjunto de enunciados que compõem a construção discursiva do caso Minhocão por parte do GLON.

Três textos compõem este grupo, cujos enunciados contribuem para a sanção discursiva do veículo de notícias. As matérias ratificam o acerto das autoridades em demolir o Minhocão e, finalmente, instituem o caso Minhocão como um marco. Não só na campanha Choque de Ordem, mas na campanha simbólica que permeia o imaginário das classes mais abastadas do Rio – de combate às construções irregulares e à informalidade, o que pode também ser lido como combate à expansão das favelas.

A primeira delas, “Prestes a completar cem dias no governo, Paes quer ações contra irregularidades rotineiras”⁴², possui manchete bastante representativa, a qual é antecedida por retransmissão inédita na série de notícias sobre o Minhocão: “Em busca do controle permanente”. Se, anteriormente, viu-se que o uso de uma retransmissão poderia antecipar ao leitor o assunto sobre o qual trata o texto a ser lido (tema), neste caso, a retransmissão exerce um papel que está mais para complemento do título ou de resumo da

⁴² VALLE, Luisa; MAGALHÃES, Luiz Ernesto & MOTTA, Paulo. **Prestes à completar cem dias no governo, Paes quer ações contra irregularidades mais rotineiras**. O Globo Online, 04/04/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/04/prestes-completar-cem-dias-no-governo-paes-quer-aco-es-contra-irregularidades-mais-rotineiras-755138364.asp>. Acessado em 20/07/09.

manchete. Ao transformar um período composto por duas orações numa frase carente de verbo, pode-se dizer que a retranscrição dessa matéria sofreu uma espécie de nominalização. É a partir dessa aferição, junto à análise sobre a manchete, que se pode chegar à conclusão de que o caso Minhocão foi instituído como marco. Primeiro, pela nominalização expressa na retranscrição, que leva um título extraído de depoimento do prefeito (relato pontual, concreto) para um nível mais geral, remetendo à questão do controle social. Segundo, pela forma como se inicia o período na manchete: “Prestes à (*sic*) completar cem dias no governo, (...)”. Essa oração remete a um momento específico da gestão do prefeito, a um primeiro marco, talvez, de sua administração, fato que costuma ser explorado pela mídia, quando esta avalia os feitos de gestões políticas após um período de tempo simbólico (como cem dias, por exemplo). Sendo assim, a ação de demolição do Minhocão foi tratada pela prefeitura – e isso consta no contrato de comunicação com o leitor do GLON – como vitória da campanha Choque de Ordem, principal bandeira política da nova administração municipal do Rio. O próprio *lead* da matéria confirma essa suposição: “O prefeito Eduardo Paes chega aos cem dias de governo tendo como principais marcas as ações para o cumprimento da ordem urbana (...)”. Desse ponto, o texto parte para a avaliação da gestão do prefeito, comparando-a à gestão anterior do prefeito César Maia e destacando que outras operações semelhantes à do Minhocão serão promovidas pela prefeitura. O caráter simbólico da obra demolida é, em seguida, confirmado pelo próprio prefeito.

No início, as operações foram midiáticas, para dar exemplos de que, para cumprir a lei, só precisa vergonha na cara. Não precisa nem de dinheiro. O episódio da demolição do Minhocão da Rocinha foi um exemplo. O especulador vai segurar a onda e se perguntar se vale a pena apostar no irregular. Mas, a partir de agora, transformar o Rio numa cidade com ordem tem que ser rotina da administração.⁴³

Como o discurso do GLON tratou o caso Minhocão como um problema de desordem urbana e de ingerência da ilegalidade na cidade – esta abordada pelo veículo com frequência como *locus* da informalidade, remetendo, de certa forma, ao “jeitinho brasileiro”, que se burla de cumprir a lei sem “perder o charme” – não poderia faltar, na fase final da abordagem, uma entrevista do secretário de Ordem Urbana, Rodrigo Bethlem. A matéria intitulada “Depois do choque de ordem, Bethlem anuncia choque de

civilidade”⁴⁴ é uma espécie de complemento à entrevista do prefeito Eduardo Paes, à medida que faz um resumo das ações dessa secretaria, que é municipal, e anuncia o que ainda será feito, sempre com base no marco que deu visibilidade a “ações de ordem”: o Minhocão.

No primeiro parágrafo do texto, ressalta-se que o secretário anunciará o lançamento de um manual de ordem pública, que será símbolo da nova campanha a ser deflagrada, o “Choque de Civilidade”. Anúncio este que é precedido por *lead* que remete ao sucesso da campanha Choque de Ordem, justo após a derrubada do Minhocão, conferindo-lhe novamente o *status* de marco da campanha e da administração municipal: “O secretário municipal de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem, disse (...) que, passada a fase do choque de ordem (que será permanente), é chegada a hora de um choque de civilidade.”

Já a última matéria, “Prédio de cinco andares no Itanhangá começa a ser demolido pela prefeitura”⁴⁵ vem precedida pela seguinte retranca: “Ordem Pública”. Alguns comentários podem ser tecidos a seu respeito. Mais uma vez, a retranca funciona como forma de antecipar ao leitor o assunto do texto, atuando aí como ferramenta ideológica do discurso, uma vez que atribui ao texto e, indiretamente, à favela onde o prédio está sendo demolido, a condição semântica referente à oposição ordem/desordem, remetendo, assim, à histórica relação das favelas com a ilegalidade; como locais antagônicos à lei e à ordem.

Se avaliada em sua condição de prática discursiva e, por conseguinte, entendida como enunciado jornalístico, já que tal dimensão abarca os processos de produção, circulação e consumo do texto, poder-se-á compreender porque essa notícia pôde ser produzida e consumida. A produção de enunciados jornalísticos não ocorre aleatoriamente. Ao pensar na matéria que escreverá, o repórter precisa recorrer ao editor e apresentar uma pauta, a qual deve ser condizente não apenas com a editoria para a qual escreve e com a linha do veículo onde trabalha, como também enquadrar-se na ordem discursiva que fundamenta a prática do jornalismo. Esta, *a priori* afetada por

⁴³ Idem.

⁴⁴ AUTRAN, Paula. **Depois do choque de ordem, Bethlem anuncia choque de civilidade**. O Globo Online, 14/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/14/depois-do-choque-de-ordem-bethlem-anuncia-choque-de-civilidade-755263729.asp>. Acessado em 17/10/2009.

⁴⁵ DE CASSIA, Cristiane e COSTA, Ana Cláudia. **Prédio de cinco andares no Itanhangá começa a ser demolido pela prefeitura**. O Globo Online, 17/04/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/17/predio-de-cinco-andares-no-itanhangua-comeca-ser-demolido-pela-prefeitura-755321258.asp>. Acessado em 15/07/09.

aspectos conjunturais, insere-se num verdadeiro jogo intertextual. Isto é, a matéria, para ser publicada, deve ter um “gancho”, deve responder a outros textos, demandas, questões que estão na agenda social de alguma maneira.

Desse modo, tal notícia, que em outro momento, poderia simplesmente ser recusada pelo editor do veículo, foi publicada muito em função da derrubada do Minhocão (construção irregular em outra favela do Rio) e devido à ocorrência da campanha Choque de Ordem, fatos que estabeleceram um “chão”, isto é, uma conjuntura favorável ao emplacamento dessa última notícia. Não por acaso, ao final da matéria, há a tradicional suíte, técnica discursiva utilizada em textos jornalísticos que faz referência ao texto que, em teoria, deu origem ao texto em questão: “Também em março, a prefeitura colocou abaixo o prédio conhecido como Minhocão, na favela da rocinha, em São Conrado, na Zona Sul. A obra irregular foi denunciada pelo jornal O Globo no dia 15 de março.”

Fotos: Duas das três matérias desse último grupo possuem foto. A primeira (figura 13), “Prestes a completar cem dias (...)”⁴⁶ mostra foto do prefeito Eduardo Paes em entrevista ao jornal impresso O Globo fazendo um gesto – com as duas mãos erguidas e de punhos cerrados – que representa firmeza, traduzindo-se assim, a idéia contida na manchete (“(...) Paes quer ações contra irregularidades mais rotineiras”). A imagem naturalmente se relaciona com o posicionamento firme mantido pela prefeitura durante as disputas judiciais pela derrubada do Minhocão, caso que se tornou símbolo da bandeira política da administração municipal: combate à irregularidade e à informalidade na cidade (assuntos dentro dos quais figuram ativamente as favelas), oficialmente conhecido como “Choque de Ordem”.

⁴⁶ VALLE, Luisa; MAGALHÃES, Luiz Ernesto & MOTTA, Paulo. **Prestes à completar cem dias no governo, Paes quer ações contra irregularidades mais rotineiras**. O Globo Online, 04/04/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/04/prestes-completar-cem-dias-no-governo-paes-quer-acoes-contra-irregularidades-mais-rotineiras-755138364.asp>. Acessado em 20/07/09.

Figura 13



O prefeito Eduardo Paes, em entrevista ao Globo, gesticula, mostrando firmeza

Já a imagem presente na matéria “Prédio de cinco andares no Itanhangá começa a ser demolido (...)”⁴⁷ (figura 14) mostra o prédio que é mencionado na manchete. O que vale ser analisado é a legenda “Choque de ordem na favela da Muzema, no Itanhangá” que, apesar de não ter correspondência direta na imagem – a qual não mostra nenhuma operação ocorrendo – foi citada pelo enunciador. Isso pôde ser feito porque há uma conexão (por coerência) possível entre a foto, o texto da matéria e o texto da legenda que “está prevista” no contrato de comunicação entre o GLON e seus leitores e foi bastante reforçada na construção discursiva do caso Minhocão. A conexão se baseia na associação – esta ensinada, difundida por meio da representação histórica das favelas – entre favela e desordem e, num contexto mais imediato, entre a campanha Choque de Ordem e as favelas.

Figura 14



Prédio de cinco andares no Itanhangá que seria demolido

⁴⁷ DE CASSIA, Cristiane e COSTA, Ana Cláudia. **Prédio de cinco andares no Itanhangá começa a ser demolido pela prefeitura.** O Globo Online, 17/04/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/17/predio-de-cinco-andares-no-itanhangua-comeca-ser-demolido-pela-prefeitura-755321258.asp>. Acessado em 15/07/09.

5 Conclusão

A partir das análises feitas neste trabalho, pode-se inferir que a abordagem jornalística levada a cabo pelo veículo eletrônico GLON teve como objetivo conduzir a interpretação dos leitores de maneira a justificar que a demolição do Minhocão da Rocinha era a ação mais correta a ser tomadas pelas autoridades cariocas. Para isso, o enunciador reafirmou, no contrato comunicacional com os enunciatários, aspectos representativos historicamente associados às favelas que forneceriam insumos (de ordem moral, ideológica e política) à derrubada do prédio, e conferiu à obra o *status* de símbolo da expansão das favelas na cidade do Rio de Janeiro. Assim, à construção foi agregado mais que um conjunto de elementos e características que constituem a base do imaginário popular quanto às favelas, principalmente no que se refere a aspectos negativos e que configuram uma antítese à “cidade do asfalto”; se lhe agregou também o valor de índice, de referência que indicava e sinalizava um problema muito mais amplo.

O Minhocão da Rocinha deixou a condição concreta de obra antes mesmo de ser demolido, pois sua representação nas matérias fez dele uma abstração, algo que resumia diversos enunciados em sua expressão, que se tornou, por si só, um ponto de convergência de intenso processo de intertextualidade. A questão da favelização, do crescimento desordenado, da violência e periculosidade das favelas, da assim qualificada “estética pobre” inerente a sua arquitetura e engenharia; da informalidade e desordem que lhe caracterizariam: todas essas associações passaram a ser referenciadas na simples menção do nome do prédio nos textos analisados.

Para uma apreensão mais concreta dessa dinâmica intertextual, pode-se estabelecer o seguinte mapa cognitivo, construído a partir da análise tridimensional do discurso do veículo, considerando-se, assim, as propriedades textuais e práticas do discurso do GLON.



Como se pode ver, a representação empreendida pelo veículo – que fez uso, em sua abordagem, de elementos ou aspectos historicamente associados às favelas – manteve uma relação semântica com o conceito de problema social, sendo este categorizado e/ou adjetivado de forma a configurar “oficialmente” um assunto de Estado. Com o problema instalado e institucionalizado, o GLON reservou às autoridades a posição de sujeito mediador do conflito, publicando suas falas e conferindo-lhes a condição de fontes da verdade, que apresentariam o caminho da prevenção e da cura do problema. Tal discurso manteve, portanto, uma relação com a ideia de solução, a qual estabeleceu um processo algo semelhante com o de catarse, livrando (purificando) a cidade - e o país, em segundo plano - de mais um vestígio do subdesenvolvimento.

O estudo das matérias mostrou como um fato ou acontecimento como o advento do Minhocão pode ser construído pelos veículos da Grande Mídia por meio de estratégias que contemplam desde os elementos gramaticais – no que se refere ao vocabulário, sintaxe e associações semânticas utilizados – à exploração de ordens enunciativas específicas, as quais consistem no uso de formatos como a própria aparência do texto jornalístico, sua estrutura – baseada em artifícios como o *lead* e a

suíte –, a coesão e coerência textuais, além do dialogismo e intertextualidade que permeiam seu discurso.

A análise das matérias em questão demonstrou também como as dimensões textuais e enunciativas dos textos podem gerar efeitos político-ideológicos, os quais podem ser percebidos por meio de especificidades como a organização de um título, subtítulo ou *lead*, por exemplo. Tais efeitos também podem ter origem na escolha do tipo de fonte a que recorre o enunciador, na forma de abordar determinado assunto, e na própria escolha da pauta. Soma-se a isso, o fato de que qualquer discurso está impregnado de paixão, mesmo aquele que procura expressar a verdade absoluta, como lembra Terry Eagleton (2006). A busca implacável pelo julgamento desapaixonado, como propõe a ciência e o próprio discurso jornalístico, com seu “mito da imparcialidade”, é estafante, diz o autor, uma vez que a tão sonhada “objetividade requer um alto grau de paixão – em particular a paixão de fazer a espécie de justiça que poderia expor à revisão seus preconceitos mais profundos.” (EAGLETON, 2006: 184). O discurso é refém da paixão pela “vontade de verdade”, como se viu à introdução deste trabalho, com Michel Foucault, e da própria paixão ideológica, contendo, por conseguinte, algum nível de parcialidade. A tendência, com isso, é que os discursos naturalizem “verdades” (tão subjetivas quanto culturais) e afirmem estereótipos e visões consensuais que estão por trás da representação hegemônica acerca de determinadas questões.

Com base em tais aferições, o trabalho aponta para o fato de que a questão das favelas no Rio de Janeiro – na qual se enquadra variada gama de problemáticas como a segregação social na cidade, as políticas de habitação e segurança pública, e a postura e ações das autoridades – é tratada de maneira “pré-conceituosa”. O olhar e as ações voltadas para as favelas são permeados e moldados por elementos que constituem sua representação hegemônica. Esta é formada a partir do que se estabelece como consenso, por meio das intervenções de políticos, da mídia e outros setores envolvidos na disputa pelo estabelecimento de sentidos e de significação na vida social, processos centrais na luta pela hegemonia no campo da cultura, que é a arena-chave no contexto do capitalismo cognitivo.

E, nessa arena de disputas cognitivas, a Grande Mídia, categoria em que se inclui o GLON, costuma privilegiar o discurso de fontes oficiais e a referência a enunciados que formam, estruturam o Consenso (*sic*), como foi mostrado na análise dos textos obre o caso Minhocão. Está certo que, como diz Bakhtin, todo texto se constrói

como um mosaico de citações, sendo, portanto, a absorção e transformação de outras produções textuais. No entanto, há claramente implicações político-ideológicas na composição e no modo como foram estruturados os textos do GLON. Interesses políticos estavam ali em jogo, como ficou evidente com a promoção da campanha “Choque de Ordem”, que não era apenas interessante para o partido político do prefeito Eduardo Paes, mas correspondia a um interesse maior, de ordem mais subjetiva e até moral: a vontade que parece estar sendo instaurada em todo o país, a começar pelo Rio de Janeiro, por seu histórico associado à malandragem, de pôr fim à cultura do “jeitinho brasileiro”, à informalidade das relações sociais, políticas e econômicas. Não por acaso o jornal impresso O Globo, com frequência, tem publicado séries de notícias como “Ilegal, e daí”, que ironizam (criticam), por meio de matérias que noticiam irregularidades como o estacionamento de carros em calçadas, o jeito de ser rebelde e indolente do cidadão carioca. Comportamento que, como mostram algumas das canções populares citadas no capítulo 3, tem sua origem simbólica nos morros cariocas, a partir da figura do malandro, sujeito carismático e astuto, porém desapegado a regras de conduta, valores morais tradicionais e, em muitos casos, aos princípios da lei e da ordem.

A instauração dessa vontade geral consensual, processo que é necessário para o estabelecimento da hegemonia, ocorre num momento em que o Brasil adquire cada vez mais visibilidade internacional. O país, ainda aspirante a nova potência mundial, busca desvencilhar-se do estigma de eterno “país do futuro”, como anunciado por Stefan Zweig, e tornar-se efetivamente um país desenvolvido. Para isso, comportamentos que não condizem com o paradigma eurocêntrico de civilização, como a desobediência a regras, a indolência – característica que, com frequência, é generalizada aos pobres – e tudo aquilo que contribua para informalidade das relações sociais e à desordem urbana estão se tornado maus exemplos espetaculares⁴⁸ sob a ótica dos grandes meios de comunicação.

O Minhocão apareceu como ícone – com sua imagem que, por si só, remetia a diversas características comportamentais e sociais – que reunia um conjunto de exemplos que vem permeando a pauta, isto é, a ordem discursiva dos *mass media* brasileiros, nesse sentido; como objeto de um projeto maior, que não se limita ao

⁴⁸ A palavra “espetáculo”, do latim *spectaculu*, significa observar, ver, contemplar. Ou seja, está diretamente relacionada à ideia de visibilidade, a qual parece ser o fim em si mesmo das atitudes, posicionamento e pronunciamentos públicos das autoridades.

combate ao crescimento desordenado, às favelas ou ao crime. Há, sem dúvida, interesses locais, que envolvem diretamente a população carioca. Mas, operando-se análise mais profunda; considerando-se os valores ideológicos responsáveis pela orientação da fixação dos sentidos dos significantes flutuantes (porque arbitrários) evocados nas matérias estudadas, tem-se que o Minhocão incorporou, durante os meses nos quais teve destaque na mídia, o “espírito” do choque de ordem que, aparentemente, vem sendo propagado no país.

Espírito este que se insere no contexto do histórico intento “pró-europeizante” que quase sempre orientou as relações sociais, econômicas e políticas brasileiras: “vivemos inseridos numa lógica que consagra o retrato do branco europeu como a estética normativa e como berço dos valores considerados, no âmago do imaginário ocidental eurocêntrico, símbolos do aprimoramento civilizacional (...)” (ELHAJJI & ZANFORLIN, 2008: 2). A própria ideia de desenvolvimento, que se reflete inclusive no positivismo da frase “Ordem e Progresso”, lema impresso na bandeira nacional, remete às concepções evolucionistas ou sociodarwinistas que tanta influência tiveram (e ainda têm) na forma de relacionamento do europeu com os países subdesenvolvidos. Reflete-se ainda, na própria formação da identidade nacional do brasileiro, que se alterna entre referências ao exotismo, à informalidade e atraso, e ao progresso, à riqueza e outros sinais que confirmariam o potencial embranquecedor do país, apesar de sua “tropicalidade”.

O *sisifisiano* trabalho de produção de nossa identidade coletiva oscilaria indefinidamente entre a busca do que nos faria plenos, modernos e desenvolvidos, e a ânsia pela superação do atraso ou do subdesenvolvimento; isto é, entre o desejo de pertencimento e aliança ao modelo consagrado de civilização ocidental e a superação do seu passado colonial, regional e de mistura racial. (*Ibid.*, p. 7)

Mas esse espírito “pró-europeizante” do país vem aparecendo nas entrelinhas de muitos outros enunciados – não só no GLON – embutido no discurso jornalístico e institucional; implícito na cobertura (representação) de outros acontecimentos, seja por parte do GLON como também de outros veículos, eletrônicos ou impressos, e na consequente repercussão – em que se enquadram opiniões, muitas vezes, travestidas de verdade – a seu respeito, além de estar presente no próprio imaginário popular. Isso acaba atingindo a representação das camadas mais pobres da população, até por essas serem constituídas predominantemente por aqueles que menos se enquadram nos

padrões eurocentristas: negros, mulatos e pardos. Há, na mídia brasileira, portanto, “um posicionamento hegemônico que transfere os vícios do olhar construído ao longo de uma hierarquia eurocêntrica sobre as margens e periferias do Brasil, na insistência em uma representação arbitrária e contingente do tecido social brasileiro.” (ELHAJJI & ZANFORLIN, 2008: 9)

Assim, para além da análise da construção discursiva da realidade que é operada diariamente pelos meios de comunicação, vale dar prosseguimento ao estudo, num âmbito discursivo, dessa campanha simbólica que parece readquirir forças após o “bom” comportamento da economia brasileira durante e após a crise financeira mundial iniciada em 2008 (o que lhe conferiu visibilidade e respeito internacionalmente). Se é verdade que, em toda sua história, a sociedade brasileira nunca deixou efetivamente de alvejar padrões eurocêntricos de organização social, econômica e política, agora, ao que parece, pretende-se deixar de alvejar e, concretamente, pôr em prática os padrões e modelos do homem-branco-ocidental-do-norte, o que passa necessariamente pela mediação dos veículos de comunicação. É por meio destes que se disputa a hegemonia cultural, isto é, a fixação e naturalização dos sentidos, dos significantes flutuantes, e da dominação dos processos de significação social, os quais podem e devem ser objeto da teoria da análise crítica do discurso e do campo da comunicação em geral.

Por mais que este trabalho não tenha chegado a conclusões especialmente reveladoras, uma vez que já é conhecido que a Grande Mídia tem sua atuação orientada por interesses particulares – muitas vezes elitistas e moralistas –, comerciais e políticos, a idéia das análises se valeu ao menos para confirmar a existência da manutenção do tratamento que é dirigido ao Outro pelos principais veículos de comunicação brasileiros: impregnado por visões preconceituosas, estereotipadas e ideologizadas. Além disso, a monografia foi pensada e estruturada visando a lidar com uma metodologia específica, que pudesse empregar um mínimo de cientificidade às análises, a fim de que estas não se limitassem exclusivamente às interpretações livres do autor. Assim, procurou-se evitar que o estudo aqui desenvolvido caísse no abismo relativista tão frequentemente explorado no campo das ciências humanas – principalmente quando sob os efeitos da devoção cega ao pós-modernismo e da retórica proveniente de um “teoricismo fisiológico” – e que tende a dar espaço a formas de racionalizar que, muitas vezes, esvaziam as questões de conflito – como numa queda livre, sem fim, já que conclusões e verdades absolutas acabam sendo rechaçadas *a priori*, num dogmatismo inverso, que parte daqueles mesmos que se prostram contra o absolutismo científico. Neste trabalho,

a idéia foi, portanto, distanciar-se dessa lógica e ater-se mais ao solo firme que também pode ser encontrado nas teorias e metodologias das ciências sociais, linguísticas e da comunicação.

6 Referências Bibliográficas

ARAÚJO, J. C. & SOUZA-LOBO, A. C. **Considerações sobre a intertextualidade no hipertexto**. In Linguagem em (Dis)curso, Palhoça, SC, v. 9, n. 3, p. 565-583, set./dez. 2009.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1980

BOURDIEAU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. SP, Edusp, 1996.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 2 ed. - São Paulo: Contexto, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1995

EAGLETON, Terry. **Depois da Teoria**. SP: Civilização Brasileira, 2006

ELHAJJI, Moha & ZANFORLIN, Sofia. **Pertencimento e Alteridade na mídia brasileira: entre negação e negociação**. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_302.pdf. Compôs: 2008

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo. Redação, captação e edição no jornal diário**. Ed. Ática, 1991

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FLATH, Esther & MOSCOVICI, Serge. **Social Representation**, In: Harré, R. e Lamb, R. (eds.). **The Dictionary of Personality and Social Psychology**. Londres: Basil Blackwell Publisher, 1983.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. 12 Ed. [Tradução de Laura Fraga Almeida Sampaio]. São Paulo: Edições Loyola, 1996 (1971).

HALL, Stuart. **Codificação /Decodificação**. In: HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 387-404.

LACLAU, Ernesto. **Misticismo, retórica y política**. Cidade do México (México): Fondo de Cultura Econômica, 2002.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. Martins Fontes. São Paulo, 1999.

MENEGA, Elizete. **Crise urbana na atualidade: indagações a partir do fenômeno da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais**. Le Monde Diplomatique. Ano 2, nº 24, julho de 2009

MOREIRA, Deodoro José. **Islã e Terror: estratégias de construção na mídia impressa**. São Paulo: PUC-SP, 2009. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP

MOUFFE, Chantal. **Gramsci & Marxism Theory**. London: RKP, 1979.

PAIM, Isaías. **Curso de Psicopatologia**. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo, 1993.

PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. Ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

VAZ, Lilian Fessler. **Modernidade e Moradia. Habitação coletiva no Rio de Janeiro – séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 4.ed., Lisboa, Editorial Presença, 1995

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998

Matérias Analisadas

Grupo 1 - Fato tornado público

Rocinha cresce: do Empire State ao Minhocão. O Globo Online, 14/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/14/rocinha-cresce-do-empire-state-ao-minhocao-754844082.asp>. Acessado em 17/20/2009

DALE, Joana. **Paes visita Minhocão da Rocinha e ameaça demolir construção.** O Globo Online, 15/03/2008. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/15/paes-visita-minhocao-da-rocinha-ameaca-demolir-construcao-754849313.asp>. Acessado em 17/10/2009.

SCHMIDT, Selma. **Secretário de Urbanismo confirma que Minhocão da Rocinha não tem licença e embarga obra.** O Globo Online, 16/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/16/secretario-de-urbanismo-confirma-que-minhocao-da-rocinha-nao-tem-licenca-embarga-obra-754855633.asp>. Acessado em 17/10/2009.

Prédio Horizontal da Rocinha teve licença negada e poderá ser demolido nesta terça. O Globo Online, 16/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/16/predio-horizontal-da-rocinha-teve-licenca-negada-podera-ser-demolido-nesta-terca-754867463.asp>. Acessado em 17/10/2009.

Grupo 2 - Batalhas Judiciais

BASTOS, Isabela; DE CÁSSIA, Cristiane & SCHMIDT, Selma. **Prefeitura vai recorrer da liminar que suspendeu demolição do Minhocão da Rocinha.** O Globo Online, 17/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/prefeitura-vai-recorrer-da-liminar-que-impede-demolicao-do-minhocao-754901586.asp>. Acessado em 17/20/2009.

Pereirão em Laranjeiras será próxima comunidade a ganhar regras para a construção de imóveis residenciais. O Globo Online, 18/02/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/pereirao-em-laranjeiras-sera-proxima-comunidade-ganhar-regras-para-construcao-de-imoveis-residenciais-754884920.asp>. Acessado em 17/10/2009.

Justiça proíbe demolição de minishopping irregular em Jacarepaguá. O Globo Online, 17/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/justica->

[proibe-demolicao-de-mini-shopping-irregular-em-jacarepagua-754872766.asp](http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/proibe-demolicao-de-mini-shopping-irregular-em-jacarepagua-754872766.asp).
Acessado em 17/20/2009.

Advogados do Minhocão da Rocinha renunciam ao processo. O Globo Online, 17/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/advogados-do-minhocao-da-rocinha-renunciam-ao-processo-754880345.asp>. Acessado em 17/10/2009.

Advogados do Minhocão da Rocinha são funcionários do vereador Claudinho da Academia. O Globo Online, 17/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/17/advogados-do-minhocao-da-rocinha-renunciam-ao-processo-754880345.asp>. Acessado em 17/10/2009.

MEROLA, Ediane. **Justiça revoga decisão que impedia demolição do Minhocão da Rocinha.** O Globo Online, 18/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/18/justica-revoga-decisao-que-impedia-demolicao-do-minhocao-da-rocinha-754897100.asp>. Acessado em 17/10/09.

Prefeitura vai recorrer de liminar que impede a demolição do Minhocão. O Globo Online, 19/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/prefeitura-vai-recorrer-da-liminar-que-impede-demolicao-do-minhocao-754901586.asp>. Acessado em 20/09/09.

MEROLA, Ediane; VALLE, Luisa & CANDIDA, Simone. **Liminar adia mais uma vez a demolição do Minhocão da Rocinha.** O Globo Online, 19/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/liminar-adia-mais-uma-vez-demolicao-do-minhocao-da-rocinha-754901404.asp>. Acessado em 16/10/2009.

MEROLA, Ediane. **Minhocão: liminar impedindo derrubada foi redigida às 8h55m.** O Globo Online, 19/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/minhocao-liminar-impedindo-derrubada-foi-redigida-as-8h55m-754901869.asp>. Acessado em 15/10/2009.

MEROLA, Ediane. **Prefeitura pronta para demolição.** O Globo Online, 19/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/paes-diz-que-prefeitura-esta-pronta-para-demolir-minhocao-qualquer-momento-754906831.asp>. Acessado em 20/09/09.

MEROLA, Ediane. O Globo Online, 19/03/09. **Paes diz que prefeitura está pronta para demolir Minhocão a qualquer momento.** Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/paes-diz-que-prefeitura-esta-pronta-para-demolir-minhocao-qualquer-momento-754906831.asp>. Acessado em 15/10/09.

Dono de restaurante no asfalto teria financiado a obra do Minhocão da Rocinha. O Globo Online, 19/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/dono-de-restaurante-no-asfalto-teria-financiado-obra-do-minhocao-na-rocinha-754917615.asp>. Acessado em 15/10/2009.

Vereador Claudinho da Academia pode ser alvo de ação por improbidade. O Globo Online, 19/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/19/vereador-claudinho-da-academia-pode-ser-alvo-de-acao-por-improbidade-754917936.asp>. Acessado em 15/10/2009.

Dona do Minhocão entra na Justiça contra a prefeitura pedindo indenização por dano moral. O Globo Online, 20/03/2009. <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/20/dona-do-minhocao-entra-na-justica-contraprefeitura-pedindo-indenizacao-por-dano-moral-754936464.asp>. Acessado em 19/07/2009.

Secretaria de Urbanismo deve embargar prédio na Muzema na segunda-feira. O Globo Online, 20/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/20/secretaria-de-urbanismo-deve-embargar-predio-ilegal-na-muzema-na-segunda-feira-754936067.asp>. Acessado em 2/07/2009.

Justiça decide nesta quarta-feira futuro do Minhocão da Rocinha. O Globo Online, 24/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/24/justica-decide-nesta-quarta-feira-futuro-do-minhocao-da-rocinha-754977686.asp>. Acessado em 20/08/09.

Censo mostra que número de domicílios da Rocinha aumentou 65% de 2000 até hoje. O Globo Online, 24/03/2009. <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/24/censo-mostra-que-numero-de-domicilios-da-rocinha-aumentou-65-de-2000-ate-hoje-754976504.asp>. Acessado em 20/08/2009.

Grupo 3 - A Demolição

ARAÚJO, Paulo Roberto. **Prefeitura vai derrubar o Minhocão da Rocinha ainda hoje.** O Globo Online, 25/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/25/prefeitura-vai-derrubar-minhocao-da-rocinha-ainda-hoje-754985595.asp>. Acessado em 30/10/09.

COSTA, Jacqueline & SCHMIDT, Selma. **Minhocão começa a ser demolido após decisão favorável na Justiça.** O Globo Online, 25/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/25/minhocao-comeca-ser-demolido-apos-decisao-favoravel-na-justica-754985158.asp>. Acessado em 30/10/09.

COSTA, Célia. **Secretário sai da Rocinha sob protestos.** O Globo Online, 25/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/25/secretario-sai-da-rocinha-sob-protestos-754988114.asp>. Acessado em 05/11/09.

Juíza diz que Minhocão da Rocinha afronta a legislação municipal. O Globo Online, 25/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/25/juiza-diz-que-minhocao-da-rocinha-afronta-legislacao-municipal-754988306.asp>. Acessado em 06/11/09.

MENDES, Taís. **Comboio segue para continuar demolindo o Minhocão da Rocinha.** O Globo Online, 26/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/comboio-segue-para-continuar-demolindo-minhocao-da-rocinha-755000976.asp>. Acessado em 20/08/2009.

Prefeitura dá continuidade à demolição do Minhocão na Rocinha. O Globo Online, 26/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/prefeitura-da-continuidade-demolicao-do-minhocao-na-rocinha-755001021.asp>. Acessado em 17/10/2009.

Nos EUA, Paes diz que demolição do Minhocão foi ato contra especulação. O Globo Online, 26/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/nos-eua-paes-diz-que-demolicao-do-minhocao-foi-ato-contr-especulacao-755009295.asp>. Acessado em 12/10/09.

Bethlem garante que prefeitura será rigorosa no combate a outras construções irregulares. O Globo Online, 26/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/bethlem-garante-que-prefeitura-sera-rigorosa-no-combate-outras-construcoes-irregulares-755004330.asp>. Acessado em 25/08/2009.

MENDES, Taís & COSTA, Jacqueline. **Demolição do Minhocão da Rocinha é concluída.** O Globo Online, 26/03/09. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/03/26/demolicao-do-minhocao-da-rocinha-concluida-755014000.asp>. Acessado em 10/10/09.

Grupo 4 - Desdobramentos do caso Minhocão

VALLE, Luisa; ERNESTO, MAGALHÃES, Luiz & MOTTA, Paulo. **Prestes a completar cem dias no governo, Paes quer ações contra irregularidades mais rotineiras.** O Globo Online, 04/04/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/04/prestes-completar-cem-dias-no-governo-paes-quer-aco-es-contra-irregularidades-mais-rotineiras-755138364.asp>. Acessado em 20/07/09.

AUTRAN, Paula. **Depois do choque de ordem, Bethlem anuncia choque de civilidade.** O Globo Online, 14/03/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/14/depois-do-choque-de-ordem-bethlem-anuncia-choque-de-civilidade-755263729.asp>. Acessado em 17/10/2009.

DE CÁSSIA, Cristiane & Ana Cláudia Costa. **Prédio de cinco andares no Itanhanguá começa a ser demolido pela prefeitura.** O Globo Online, 17/04/2009. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2009/04/17/predio-de-cinco-andares-no-itanhangua-comeca-ser-demolido-pela-prefeitura-755321258.asp>. Acessado em 15/07/09.

Imagens

Figura 1 – In **Rocinha cresce: do Empire State ao Minhocão.** O Globo Online, 14/03/2009.

Figura 2 – Foto de Marcelo Piu/ Agência O Globo in DALE, Joana. **Paes visita Minhocão da Rocinha e ameaça demolir construção.** O Globo Online, 15/03/2008.

Figura 3 – Foto de Ricardo Leone/ O Globo in BASTOS, Isabela; DE CÁSSIA, Cristiane & SCHMIDT, Selma. **Prefeitura vai recorrer da liminar que suspendeu demolição do Minhocão da Rocinha.** O Globo Online, 17/03/2009.

Figura 4 – Foto de Márcia Foletto/ O Globo in MEROLA, Ediane; VALLE, Luisa & CANDIDA, Simone. **Liminar adia mais uma vez a demolição do Minhocão da Rocinha.** O Globo Online, 19/03/2009.

Figura 5 – Foto de Márcia Foletto/ O Globo in **Dono de restaurante no asfalto teria financiado a obra do Minhocão da Rocinha.** O Globo Online, 19/03/2009.

Figura 6 – Marcelo Piu/ Agência O Globo in **Dona do Minhocão entra na Justiça contra a prefeitura pedindo indenização por dano moral.** O Globo Online, 20/03/2009.

Figura 7 – Fábio Rossi/ Agência O Globo in **Secretaria de Urbanismo deve embargar prédio na Muzema na segunda-feira**. O Globo Online, 20/03/2009.

Figura 8 – Foto de Márcia Foletto/ O Globo in **Censo mostra que número de domicílios da Rocinha aumentou 65% de 2000 até hoje**. O Globo Online, 24/03/2009.

Figura 9 – Foto de Ricardo Leoni/ O Globo in COSTA, Jacqueline & SCHMIDT, Selma. **Minhocão começa a ser demolido após decisão favorável na Justiça**. O Globo Online, 25/03/09.

Figura 10 – Foto de Michel filho/ O Globo in Jacqueline Costa e Selma Schmidt. **Minhocão começa a ser demolido após decisão favorável na Justiça**. O Globo Online, 25/03/09.

Figura 11 – Foto de Márcia Foletto/ O Globo in **Bethlem garante que prefeitura será rigorosa no combate a outras construções irregulares**. O Globo Online, 26/03/2009.

Figura 12 – Foto de Ricardo Leoni/ Agência O Globo in MENDES, Taís & COSTA, Jacqueline. **Demolição do Minhocão da Rocinha é concluída**. O Globo Online, 26/03/09.

Figura 13 – Foto de Marcos Tristão/ O Globo in VALLE, Luisa; ERNESTO, MAGALHÃES, Luiz & MOTTA, Paulo. **Prestes a completar cem dias no governo, Paes quer ações contra irregularidades mais rotineiras**. O Globo Online, 04/04/2009.

Figura 14 – Foto de Domingos Peixoto/ O Globo in DE CÁSSIA, Cristiane & Ana Cláudia Costa. **Prédio de cinco andares no Itanhanguá começa a ser demolido pela prefeitura**. O Globo Online, 17/04/2009.

